



Programa de Pós-Graduação em Linguística

A CONSTITUIÇÃO DA FÓRMULA DISCURSIVA "CULTURA DE PAZ":
CIRCULAÇÃO E PRODUÇÃO DOS SENTIDOS



Universidade Federal de São Carlos

Helena Maria Boschi da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

A CONSTITUIÇÃO DA FÓRMULA DISCURSIVA "CULTURA DE PAZ":

CIRCULAÇÃO E PRODUÇÃO DOS SENTIDOS

HELENA MARIA BOSCHI DA SILVA
Bolsista: FAPESP (Processo 2011/16827-6)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Salazar Salgado

São Carlos - São Paulo - Brasil
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S586cf

Silva, Helena Maria Boschi da.

A constituição da fórmula discursiva "cultura de paz" :
circulação e produção dos sentidos/ Helena Maria Boschi
da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
165 f.

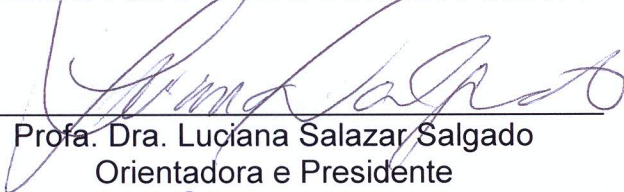
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

1. Linguística. 2. Discurso. 3. Nações Unidas. 4. Unesco.
I. Título.

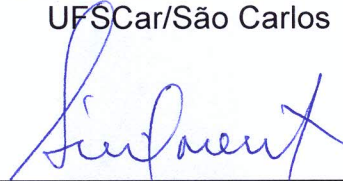
CDD: 410 (20ª)



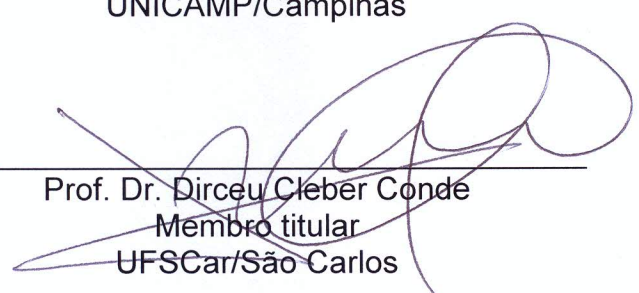
**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
HELENA MARIA BOSCHI DA SILVA**



Prof. Dra. Luciana Salazar Salgado
Orientadora e Presidente
UFSCar/São Carlos

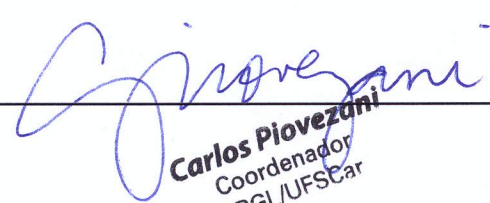


Prof. Dr. Sírio Possenti
Membro titular
UNICAMP/Campinas



Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde
Membro titular
UFSCar/São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 22/agosto/2014.
Homologada na 66 reunião da CPGL, realizada em 25 / 09 / 201 4.



Carlos Piovezani
Coordenador
PPGL/UFSCar

*Aos que lutam todo dia, à sua maneira,
por um mundo menos desigual.*

agradecimentos

Um galo sozinho não tece uma manhã.
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

(João Cabral de Melo Neto, *Tecendo a manhã*)

Muito especialmente à **Luciana Salazar Salgado**, que me mostrou com seu exemplo como o rigor intelectual pode ser libertador, pela orientação firme e pelas conversas arejadoras;

Aos professores **Sírio Possenti**, **Cléber Conde** e **Roberto Baronas**, pela leitura e arguição rigorosas na qualificação e na defesa deste trabalho, e aos professores **Luiz André Neves de Brito** e **Ana Raquel Motta**, por terem aceitado compor a banca como suplentes;

À professora **Alice Krieg-Planque**, por ter me recebido e me orientado em meu estágio de pesquisa no CÉDITEC da Université Paris-Est Créteil, e à pesquisadora **Camille Rondot**, pelas indicações bibliográficas e pela gentileza de me enviar seu *mémoire*;

Aos colegas do grupo de pesquisa **Comunica**, pela partilha de inquietações, e, me repetindo, especialmente ao professor **Luiz André**, com quem também dividi sala, cafés e ideias;

Aos **professores** do PPGL da UFSCar e do curso de Letras da Unesp, pela minha formação;

À equipe do jornal **Brasil de Fato**, que me recebeu em sua sede e gentilmente cedeu as edições de que eu precisava;

Aos amigos que conheci durante a pós, e que permanecerão na vida pós-pós, **Virgínia**, **Nilson**, **Tamiris**, **Juliane**, pela partilha de bons momentos e pelo apoio nos maus;

Aos companheiros de militância da **Associação de Pós-Graduandos (APG)** da UFSCAR e, carinhosamente, ao **Léo**, com quem aprendi que uma pesquisa engajada deve ir muito além da biblioteca e dos livros;

A todas as pessoas – assumindo o risco de ser injusta ao escolher alguns nomes em detrimento de outros – que, a seu modo, participaram dos bastidores deste trabalho: **Cora**, **Felipe**, **Guilherme**, **Thássia**, **Fabiola**, **Anaïs**, **Giovanna**, **Beth**, **Amanda**, **Mauro**, **Rémi**, **Francesco**;

À minha tia **Catharina**, pelo carinho e pelas leituras indicadas, e por ter me apresentado a duas pessoas tão especiais, **Françoise** e **Quinclet**, que me receberam como alguém da família e fizeram com que me sentisse em casa enquanto estive na França – *un grand merci à vous*;

Ao **Rafael**, pela longa estrada partilhada e pelo reencontro em um momento tão importante;

À minha **família**, por construir zelosamente as bases do que sou, e por estar sempre presente, principalmente quando eu não estava;

E à **FAPESP**, como não podia deixar de ser, por financiar esta pesquisa.

Las instituciones mundiales, particularmente hoy vegetan a la sombra consentida de las disidencias de las grandes naciones que, obviamente, estas quieren retener su cuota de poder.

Bloquean en los hechos a esta ONU que fue creada con una esperanza y como un sueño de paz para la humanidad. Pero peor aún la desarraigan de la democracia en el sentido planetario porque no somos iguales. No podemos ser iguales en este mundo donde hay más fuertes y más débiles. Por lo tanto es una democracia planetaria herida y está cercenando la historia de un posible acuerdo mundial de paz, militante, combativo y que verdaderamente exista. Y entonces, remendamos enfermedades allí donde hace eclosión y se presenta según le parezca a algunas de las grandes potencias. Lo demás miramos desde lejos. No existimos.

(Pepe Mujica, 68ª Assembleia Geral da ONU, 2013)

[...]

Car tout comme il est courant de parler de la physionomie d'une époque, d'un pays, de même on désigne l'esprit d'un temps par sa langue.

(Victor Klemperer, *LTI, la langue du IIIe Reich*)

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?

(Carlos Drummond de Andrade, *À procura da poesia*)

resumo

BOSCHI, Helena Maria. **A constituição da fórmula discursiva "cultura de paz"**: circulação e produção dos sentidos. Dissertação (Mestrado). Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

Este trabalho se inscreve no quadro teórico da Análise do Discurso (AD) francesa de base enunciativa, que vê a língua como constitutivamente opaca e polissêmica e os discursos como práticas discursivas que se estabelecem e se materializam nos dizeres e nas ações, obedecendo a sistemas semânticos históricos e socialmente definidos (cf. MAINGUENEAU, [1984] 2008). Mais especificamente, tem como base principal a proposta teórico-metodológica de Alice Krieg-Planque (2003; 2010) acerca da noção *fórmula discursiva*, instrumentalizadora da análise da circulação e da produção de sentidos de sintagmas que, linguisticamente cristalizados, mostram-se, em seus usos, como lugares de tensão, pontos de convergência de questões sociais diversas debatidas no espaço público. De maneira complementar, contribuíram para a análise e a interpretação dos dados leituras paralelas de outras disciplinas, dentre as quais destacamos as referentes à Geografia Nova de Milton Santos (1994; 2000) em suas considerações no que tange ao *período técnico-científico informacional* e à importância das técnicas e das práticas em nossa concepção de tempo, de espaço e, enfim, de sociedade. Buscamos rastrear o percurso de “cultura de paz” no espaço público brasileiro desde sua gênese institucional, passando pelas condições de produção que permitiram sua emergência em 1989, no Congresso Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, organizado pela UNESCO em Yamoussoukro (Costa do Marfim), e verificando sua consolidação e seu funcionamento como *fórmula discursiva* durante o período que ficou conhecido como Década Internacional de uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo (2001-2010 - ONU) até o momento atual, a fim de mostrar como é produzido um *efeito de consenso* na superfície linguística de um sintagma que, ao circular, é convocado por interpretações diversas que partem majoritariamente do sema central “convivência” (entre pessoas, com a natureza, entre as religiões, entre parceiros sexuais etc.). Como ponto de partida, fizemos um levantamento das ocorrências desse termo nos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Brasil de Fato*, de abrangência nacional, verificando posteriormente uma circulação mais expressiva do sintagma com uma vasta pesquisa realizada em buscadores, dentre os quais, destacadamente, o *Google Search* – decisão que implicou considerações de ordem metodológica que fizeram parte da pesquisa. Cabe enfatizar que consideramos mais importante a diversidade de fontes do que a quantidade e a repetição de ocorrências, entendendo os casos de maior dispersão como indícios importantes do espriamento semântico de “cultura de paz” no interdiscurso e, portanto, de sua condição de *fórmula discursiva*. Desse modo, analisamos as diferentes interpretações que caracterizam os discursos de atores sociais que mobilizaram o sintagma, amplamente utilizado em encontros e documentos internacionais e nacionais, abrangendo questões políticas e sociais diversas, procurando verificar as práticas que o cristalizam e que são, ao mesmo tempo, por ele instituídas, num paradoxo constitutivo.

Palavras-chave: CULTURA DE PAZ, FÓRMULA DISCURSIVA, CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS, PRÁTICAS DISCURSIVAS, ONU, UNESCO

résumé

BOSCHI, Helena Maria. **La constitution de la formule “cultura de paz”: circulation et production des sens**. Mémoire de Master: Linguistique. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2014.

Ce travail s’inscrit dans le cadre théorique de l’Analyse du Discours (AD) française de base énonciative, qui voit la langue comme étant opaque et polysémique et les discours comme des pratiques discursives qui s’établissent et se matérialisent dans les dire et les actions, obéissant à des systèmes sémantiques définis historiquement et socialement (cf. MAINGUENEAU, [1984] 2008). Plus spécifiquement, cette recherche a comme base principale la proposition théorico-méthodologique d’Alice Krieg-Planque (2003; 2010) sur la notion de *formule discursive*, qui instrumentalise l’analyse de la circulation et de la production de sens de syntagmes qui, linguistiquement figés, se révèlent, dans leurs usages, des lieux de tension, des points de convergence sur diverses questions sociales débattues dans l’espace public. De manière complémentaire, des lectures parallèles dans d’autres disciplines contribuèrent à l’analyse et à l’interprétation des données, parmi lesquelles nous relevons celles liées à la Nouvelle Géographie de Milton Santos (1994; 2000) et ses réflexions sur ce qui est tangent à la *période technico-scientifique informationnelle* et à l’importance des techniques et des pratiques dans notre conception de temps, d’espace et, enfin, de société. Nous cherchons à retracer le parcours de “cultura de paz” dans l’espace public brésilien depuis sa genèse institutionnelle jusqu’à nos jours, en passant par les conditions de production qui permirent son émergence en 1989, lors du Congrès International sur la Paix dans l’Esprit des Hommes, organisé par l’UNESCO à Yamoussoukro (Côte d’Ivoire), et en vérifiant sa consolidation et son fonctionnement en tant que *formule discursive* durant la période connue comme étant la Décennie Internationale de la Promotion d’une Culture de la Non-violence et de la Paix au Profit des Enfants du Monde (2001-2010 - ONU). Ainsi, nous souhaitons montrer comment un *effet de consensus* est produit dans la surface linguistique d’un syntagme qui, en circulant, est mobilisé par diverses interprétations qui partent majoritairement du sème central “vivre ensemble” (des personnes, des religions, des partenaires sexuels, avec la nature, etc.). Comme point de départ, nous avons fait un recensement de ses occurrences dans les journaux *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* et *Brasil de Fato*, diffusés à l’échelle nationale, vérifiant ensuite une circulation plus expressive via une vaste recherche réalisée sur des moteurs de recherche, parmi lesquels principalement *Google Search* – décision qui impliqua des considérations d’ordre méthodologique qui firent partie de la recherche. Il convient de souligner que nous considérons plus important la diversité de sources plutôt que la quantité et la répétition d’occurrences, considérant les cas de plus grande dispersion comme indices importants de la propagation sémantique de “cultura de paz” dans l’interdiscours et, par conséquent, de sa condition de *formule discursive*. De cette manière, nous analysons les différentes interprétations qui caractérisent les discours d’acteurs sociaux qui mobilisèrent le syntagme, largement utilisé lors de rencontres et dans des documents internationaux et nationaux, englobant diverses questions politiques et sociales, cherchant à vérifier les pratiques qui le figent et qui sont, en même temps, instituées par lui-même, dans un paradoxe constitutif.

Mots-clés: CULTURA DE PAZ, FORMULE DISCURSIVE, CIRCULATION DE DISCOURS, PRATIQUES DISCURSIVES, ONU, UNESCO

lista de ilustrações

figura 1.1:1: programação do Encontro Internacional En Pie de Paz: Cultura de Paz, Políticas Públicas e Desenvolvimento Cultural (São Paulo, 2011).....	17
figura 1.3:1: modo de realização das buscas no acervo (FSP).	30
figura 1.3:2: exibição dos resultados encontrados (FSP).	30
figura 1.3:3: recorte de página disponibilizado pelo acervo a não-pagantes (ESP).	31
figura 1.3:4: resultado da busca por “cultura de paz” em todo o acervo.	32
figura 1.3:5: resultado da busca por “cultura de paz” em todo o acervo.	33
figura 1.3:6: resultado da busca por “cultura de paz” somente na Edição Brasil.	34
figura 1.3:7: busca avançada por “cultura de paz” no acervo do jornal por meio do software Adobe Reader X (BF).....	36
figura 1.4:1: busca avançada do sintagma “cultura de paz” na plataforma <i>Google Search</i>	39
figura 1.6:1: busca “cultura de paz” na plataforma Google Trends 2004-2011 – “interesse com o passar do tempo” (GOOGLE, 2013)	41
figura 1.6:2: busca “cultura de paz” na plataforma <i>Google Trends</i> 2004 - 2011– “interesse regional” (GOOGLE, 2013).....	41
figura 1.6:3: busca “cultura de paz” na plataforma Google Trends 2004 – atual – “interesse regional” (GOOGLE, 2013).....	42
figura 1.6:4: exemplo de e-mail diário recebido da ferramenta Alertas do Google	43
figura 2.1:1: câmeras, arames farpados e cercas elétricas,	47
figura 2.1:2: mapa da violência com base em índice de homicídios das (ESP, 2010)	49
figura 2.1:3: mapa de “vigilantes” por região brasileira.....	49
figura 2.1:4: “Mirante da Paz”, Morro do Cantagalo (RJ)	50
figura 2.2:1: imagem do “site oficial de documentos das Nações Unidas em português” (ONU, 2014).....	52
figura 2.2:2: panfleto do Manifesto 2000 (ADAMS, 2005c).....	57
figura 3.3:1: “cultura de paz” como índice de reconhecimento na <i>Cartilha Cultura de Paz: redes de convivência</i>	70

figura 3.3:2: slogan da Prefeitura de São Paulo em jogo de despedida do Ronaldinho, 7 de junho de 2011	73
figura 3.3:3: página de Facebook da ONG Ecosurfi: “entre nessa onda: surf pela cultura de paz”	74
figura 3.3:4: “Cultura da paz é o remédio”, notícia sobre a influência da amizade entre vizinhos na segurança pública (Gazeta do Povo)	75
figura 3.4:1: materialização do sema "convivência" em campos discursivos diversos	76
figura 3.4:2: eixo “Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz” - Programa Cidades Sustentáveis	78
figura 3.4:3: matéria sobre o programa federal “Brasil diz não à violência – Plano Nacional de Segurança Pública”, realizado entre os anos 2000 a 2003 (ESP).	78
figura 3.4:4: página do site do Instituto Nina Rosa (INR).....	80
figura 3.4:5: direitos animais e "cultura de paz": Facebook da União Libertária Animal (ULA)..	81
figura 3.4:6: página inicial do site “Omnisciência: livraria da cultura da paz”	82
figura 3.4:7: ocorrências de “cultura de paz” em horóscopo (ESP)	83
figura 3.4:8: ocorrência de “cultura da paz” em texto central de horóscopo (ESP)	83
figura 3.4:9: ocorrência de “cultura de paz” em texto central de horóscopo (ESP)	84
figura 3.4:10: capa do livro resultante do 2º Fórum inter-religioso: por uma cultura de paz e liberdade de crença; a imagem é a mesma divulgada em cartazes do evento.	85
figura 3.4:11: Associação das Famílias para a Unificação e Paz Mundial	86
figura 3.4:12: Olinda Carnaval 2013: atuação do grupo “Por uma Cultura de Paz”.	88
figura 3.4:13: “cultura da paz e do amor” em cartilha destinada a casais homossexuais.	89
figura 3.4:14: excerto da crônica “Nova comunicação para uma humanidade” (BF)	91
figura 3.4:15: divulgação do 10º Prêmio de Mídia Estadão.	92
figura 3.4:16: zoom da figura anterior.....	93
figura 3.4:17: ocorrência da sequência “uma cultura de paz verdadeira” (FSP).	95
figura 3.4:18: charge “Por uma cultura de paz”, de Carlos Latuff, agosto de 2013.	96
figura 4.1:1: capas dos livros Cultura da Paz & prevenção da violência (MOSCOSO, 2003), Cultura de Paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo (VON, 2003), Abrindo espaços: educação e cultura para a paz (NOLETO, 2004) e Previna o bullying: jogos para uma cultura de paz (MIRANDA; DUSI, 2011).....	99

figura 4.2:1: capa da cartilha <i>Cultura de Paz: redes de convivência</i> (DISKIN, 2009).....	101
figura 4.2:2: aforização de Gandhi, invocado como “fonte de saber” (DISKIN, 2009, p.4)	104
figura 4.3:1: contextos imagéticos da fórmula: a pomba branca "da paz"	120
figura 4.3:2: contextos imagéticos da fórmula: a metonímia das mãos dadas e o ato de cultivar	120
figura 4.3:3: “#cultura de paz” em cartaz de campanha escolar	122
figura 6.1:1: "Paz", cartum de Jarbas	124
figura 6.2:1: relação de <i>hiperonímia</i> estabelecida por "cultura de paz" com outros sintagmas ...	126
figura 6.2:2: "Por uma cultura de paz": celebração do dia da consciência negra	127
figura 6.2:3: "rolezinho da paz" e "paz de estilo"	128
figura 8.1:1: resposta do Banco de Dados da FSP sobre consulta ao acervo.	135
figura 8.1:2: falha na entrega de e-mail enviado ao Banco de Dados segundo endereço indicado no site do jornal (ESP).....	136
figura 8.1:3: envio de e-mail ao serviço de atendimento do jornal (ESP).	136
figura 8.1:4: resposta do jornal com indicação de e-mail da Agência Estado (ESP).	137
figura 8.1:5: falha na entrega de e-mail enviado à Agência Estado (ESP).....	138
figura 8.1:6: mensagem de erro na plataforma de assinatura digital do jornal exibida após envio dos dados para assinatura (ESP).....	138

lista de tabelas

tabela 1: as oito áreas programáticas da “Cultura da Guerra e da Violência” e da “Cultura da Paz e da Não-violência”	59
tabela 3: lista de resultados encontrados na busca pela sequência “cultura de paz” (FSP).	140
tabela 4: lista de resultados encontrados na busca pela sequência “cultura da paz” (FSP).	141
tabela 5: lista de resultados encontrados na busca pela sequência “cultura da paz” (ESP).	144
tabela 6: lista de resultados encontrados na busca da sequência “cultura de paz” (BF).	145

sumário

apresentação do problema.....	16
1 pesquisar uma fórmula: considerações metodológicas	24
1.1 a noção de <i>percurso</i> em trabalhos sobre <i>fórmulas discursivas</i>	25
1.2 coleta de dados: ferramentas, decisões e <i>cópus</i>	27
1.3 pesquisa nos acervos digitais dos jornais.....	29
1.4 <i>google search</i> : uma ferramenta "neutra"?.....	37
1.5 do acesso às informações no período <i>técnico-científico informacional</i>	39
1.6 ferramentas auxiliares para pesquisas sobre fórmulas	40
projetos de lei na câmara dos deputados	40
google trends	40
alertas do google.....	43
o software <i>lexico3</i>	44
2 substratos da gênese do sintagma.....	46
2.1 condições de produção dos discursos "de paz"	47
2.2 organizações internacionais e seu papel como produtoras de documentos.....	52
3 funcionamento do sintagma "cultura de paz" como fórmula discursiva.....	62
3.1 o caráter cristalizado	65
3.2 a dimensão discursiva.....	67
3.3 o funcionamento como referente social.....	68
3.4 o caráter polêmico.....	75
convivência entre pessoas: cultura de paz e segurança.....	77
convivência com a natureza: cultura de paz, desenvolvimento sustentável e direitos animais.	79
convivência consigo mesmo: cultura de paz, autoajuda e horóscopos.....	82
convivência com/entre religiões: cultura de paz, inter-religiosidade e liberdade de crença	84
convivência entre parceiros sexuais: cultura da paz e do amor e sexo seguro.....	87
cultura de paz e comunicação.....	90
uma cultura de paz "verdadeira"	95
4 a consagração da fórmula via mercado editorial.....	97
4.1 mercado editorial e espaço público	98
4.2 um consenso nem tão homogêneo assim	100
4.3 falando "de paz": um código linguageiro.....	107
5 contextos discursivos da fórmula	116
nomes próprios.....	117
textos-chave.....	119
citações de autoridade.....	119
estrato gráfico e icônico	120
gêneros e tipos de textos que implica.....	121
tags	121

6 considerações finais.....	123
6.1 cultura de paz, consenso e fábula	124
6.2 encaminhamentos futuros.....	126
uma hiperfórmula?.....	126
o ovo ou a galinha: “cultura de paz”, “de paz”, “da paz”	128
referências bibliográficas.....	129
livros sobre "cultura de paz"	134
anexos.....	135
formas de restrição de acesso aos jornais	135
Folha de S.Paulo	135
Estado de S. Paulo	136
tabelas de ocorrências nos jornais.....	139
Estado de S. Paulo	139
Folha de S.Paulo	141
Brasil de Fato.....	145
lugares discursivos da fórmula: documentos institucionais	146
Declaração sobre a Paz na Mente dos Homens (Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1989)	146
Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace	150
International Decade for a Culture of Peace and Non-Violence for the Children of the World (2001–2010).....	161
Proclamation of the year 2000 as the International Year for the Culture of Peace	163
Carta Aberta aos Candidatos às Eleições 2006 - CONPAZ	164

apresentação do problema

Impulsionada por um evento, uma palavra se impõe. E se impõe a todos como um remédio [...]. Ela simboliza uma solução. Mas, paralelamente a essa retomada massiva na superfície dos enunciados, a palavra vê seu sentido se dispersar. (KRIEG-PANQUE, 2010, p.26)

O elemento disparador desta pesquisa foi o Encontro Internacional “En Pie de Paz – Cultura de paz, políticas públicas e desenvolvimento cultural”¹, realizado nos dias 25 a 27 de abril de 2011 pelo Centro Cultural da Espanha em parceria com o Instituto Pólis, em São Paulo. Pudemos constatar nesse evento a pluralidade das instituições que trabalham com a supostamente definida “cultura de paz” e, conseqüentemente, das práticas daí advindas: Associação Palas Athena, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SP), Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (SP), Comitê Paulista para da Década da Cultura de Paz (SP), Umapaz (Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz), Instituto Sou da Paz, União de Mulheres, Rede de Artistas da Cidade Tiradentes, ONG Se Essa Rua Fosse Minha...

O ponto de convergência, como se pode notar, está na superfície linguística do sintagma “cultura de paz”, recorrentemente retomado no emaranhado de enunciados em circulação. As relações parafrásticas que se estabelecem entre as comunicações realizadas no evento, chamadas “falas inspiradoras”, tecem uma rede – já dada no interdiscurso, de cujas memórias o evento é apenas uma materialização – em que esse sintagma “cola” em outros: “desenvolvimento cultural e sustentável”, “direitos humanos e políticas públicas”, “gênero”, “diversidade cultural”, “arte”, “segurança” e “educação de crianças em risco social”²:

¹ O nome do evento recupera da memória discursiva a expressão “em pé de guerra”, retomando a oposição “guerra” x “paz” da qual o sintagma aqui estudado nasce, como veremos.

² A programação em formato digital ainda pode ser encontrada no site do evento, disponível em: <http://enpiedepaz.wordpress.com/programacao/>. Último acesso em 30 de maio de 2014.



figura 1.1:1: programação do Encontro Internacional En Pie de Paz: Cultura de Paz, Políticas Públicas e Desenvolvimento Cultural (São Paulo, 2011)

A efervescência sob a unicidade da etiqueta “cultura de paz” evidencia as diferentes leituras dos enunciados, condicionadas pelas grades semânticas de cada instituição – e que são construídas, como sabido, pela circulação dos discursos nas comunidades discursivas às quais pertencem e, consequentemente, pelos posicionamentos e práticas que compartilham ou rejeitam.

Além disso, a aglutinação de “cultura” com a locução adjetiva “de/da paz” intensifica a deriva semântica na medida em que ambos os substantivos são conceitos “universais”, que fazem parte do mundo partilhado – todos temos uma ideia mais ou menos definida do que sejam “cultura” e “paz” –, e é essa sensação de estabilidade e de consenso que permite a circulação do sintagma nos espaços sociais os mais diversos, como se pode notar em entrevista concedida pela diretora do Centro Cultural da Espanha³:

³ “Ana Tomé, diretora do Centro Cultural da Espanha fala sobre cultura de paz”. Instituto Pólis, 2011. Disponível em: <http://www.polis.org.br/noticias/democracia-participacao/formacao/ana-tome-diretora-do-centro-cultural-da-espanha-fala-sobre-cultura-de-paz>. Último acesso em 10 de junho de 2014.

Eu sei que Cultura de Paz é um termo carimbado, que já possui um significado internacional. Mas eu diria de Cultura de Paz o mesmo que de Cultura: dependendo de quem fala tem um significado, uma orientação. Por exemplo, eu acho que Cultura também significa educação e valores, e em valores que tem a ver com direitos humanos. A cultura e os direitos culturais são direitos humanos. Obviamente a Cultura de Paz é o principal direito humano, o direito a vida, não é? Sendo Cultura um termo transversal, que a gente pode usar em muitas circunstâncias que às vezes não tem muito a ver entre si, levar este conceito transversal à tudo que fazemos, é vital: através da prática e da discussão, dos produtos culturais, mas também na mudança de ideologia e de mentalidade.

Para abordar essa questão, a noção de *fórmula discursiva* conforme proposta por Krieg-Planque (2010) mostrou-se, então, bastante produtiva. Segundo a pesquisadora, para funcionar como fórmula, um sintagma deve manifestar, em maior ou menor grau, quatro propriedades, que resumidamente são: ter uma superfície linguística cristalizada, que permita sua circulação e seu rastreamento no espaço público; se inscrever em uma dimensão discursiva, sendo ponto de convergência de questões sociais em um dado momento histórico; funcionar como um referente social, de maneira que seu uso se torne imperativo num determinado meio e objeto de avaliação (positiva ou negativa) dos atores sociais; e ter uma dimensão polêmica, de forma que o sintagma seja também um lugar de tensão, manifestada nos usos que se fazem dele.

Das quatro propriedades, somente a última não se concretizava de maneira mais evidente em nosso corpus. Notamos que o discurso (os discursos, se se quiser) sobre “cultura de paz” não encontrava opositor direto no espaço público. Mais que uma polêmica, pudemos constatar um largo espaço de deslizamento semântico⁴ ligado a esse sintagma, consequência tanto da diversidade de leituras decorrentes quando da abrangência dos temas convocados nos primeiros documentos emitidos por órgãos internacionais. A esse respeito, destacamos a definição construída por Adams⁵ (2005) por meio da combinação de duas resoluções das Nações Unidas, o “Programa de Ação” e a “Resolução das Nações Unidas de 1998 sobre a Cultura de Paz”⁶:

⁴ O deslizamento semântico, aqui, refere-se às flutuações de sentido verificadas nos usos do sintagma “cultura de paz”. Se pensarmos nas palavras como um certo “espaço” de significação semântica, mais ou menos definido, que, em conjunto com outros aspectos da língua, torna possível que a comunicação aconteça, poderemos observar que suas fronteiras, especialmente quando nos referimos a fórmulas, são o tempo todo deslocadas e redesenhadas, como se o sentido “escapasse”, “deslizasse” em direções diversas do centro de maior estabilidade que se supõe defini-las “essencialmente”.

⁵ David Adams é um dos principais representantes da cultura de paz no âmbito internacional, tendo sido responsável pelo desenvolvimento do “Culture of Peace Programme” da UNESCO, em 1992, e Diretor da “Unit for the International Year for the Culture of Peace” até 2001. É também o criador do site “Global Movement for a Culture of Peace”, que traz informações e documentações sobre a “cultura de paz”.

⁶ O “Programa de Ação” de 1999 pode ser encontrado no site da Culture of Peace News Network (CPNN) (ONU,

Uma cultura de paz é uma abordagem integral para prevenir a violência e os conflitos violentos, e uma alternativa à cultura da guerra e da violência, baseada na educação para a paz, na promoção da economia sustentável e do desenvolvimento social, no respeito pelos direitos humanos, na igualdade entre mulheres e homens, na participação democrática, na tolerância, no livre fluxo de informações e no desarmamento.⁷

Para cada um dos oito pontos estabelecidos por Adams, havia, na versão inicial do programa de ação e da resolução enviados pela UNESCO para as Nações Unidas, um contraponto para a “Cultura da Guerra e da Violência”, os quais foram eliminados da versão final, juntamente com essa expressão, por pressão da União Europeia – indiciando a disputa pelos sentidos atribuíveis e/ou atribuídos ao sintagma que aqui nos interessa. Segundo notas de Adams (2005a) sobre encontro informal em maio de 1999,

O representante alemão, em nome da União Europeia ... explicou o porquê de ele ter deletado a frase “rápida transição de uma cultura de guerra e de violência para uma cultura de paz”. Segundo ele, não existe uma cultura de guerra e de violência no mundo.⁸

Como vemos, o apagamento do contradiscurso fica evidente na própria história da gênese do sintagma “cultura de paz”, e evidencia os esforços para que o discurso “de paz” se tornasse hegemônico nos órgãos internacionais. Mas, ainda que o discurso “de guerra e de violência” faça parte daquilo que não é verbalmente enunciável atualmente⁹, como vemos nas palavras do porta-voz

1999b). A “Resolução de 1998 sobre a Cultura de Paz” está linkada no site do pesquisador (ADAMS, 2005), mas não leva diretamente ao documento, que não foi possível encontrar. No entanto, parece ser o mesmo da “Declaração para uma Cultura de Paz”, também disponível no site da CPNN (ONU, 1999a).

⁷ “A culture of peace is an integral approach to preventing violence and violent conflicts, and an alternative to the culture of war and violence based on education for peace, the promotion of sustainable economic and social development, respect for human rights, equality between women and men, democratic participation, tolerance, the free flow of information and disarmament.” (ADAMS, 2005, tradução nossa)

⁸ “The German representative, on behalf of the EU ... explained why he deleted the phrase ‘speedy transition from a culture of war and violence to a culture of peace’. According to him, there is no culture of war and violence in the world.” (ADAMS, 2005, tradução nossa)

⁹ Se pensarmos na alusão direta ao “fazer a guerra”/“promover a violência” como práticas positivas – discursos dos quais, no entanto, derivam paráfrases e modalizações largamente utilizadas: combater o terrorismo, promover a segurança, fazer intervenções militares etc. No entanto, cabe ressaltar que, a nosso ver, o que é ou não enunciável a esse respeito tem começado a mudar no Brasil, dados os últimos acontecimentos relacionados aos ditos “justiceiros” e a declarações como as da repórter Raquel Sheherazade que, em rede nacional, ao comentar notícias de atos de violência extrema de civis contra supostos “bandidos”, afirmou, por exemplo, que “a atitude dos vingadores é até compreensível”, obtendo um apoio considerável da população. Em nível internacional,

da Alemanha, a tensão é facilmente observável quando analisamos as práticas cotidianas: câmeras de segurança, muros altos e cercas elétricas que materializam no próprio espaço urbano a psicossfera do medo e da violência que domina o espaço público (cf. MELGAÇO, 2010), desocupações e “pacificações” altamente militarizadas, notícias contínuas de crimes violentos e de confrontos da polícia militar brasileira, ou, em nível internacional, intervenções que, sob a designação do “direito de ingerência”/“dever de ingerência” (cf., por exemplo, KRIEG-PLANQUE, 2011, p.37), se desdobram em guerras cujo resultado é um número elevado de morte de civis. O alcance desses eventos é regulado pelas mídias, que silenciam ou amplificam sua importância por meio de “informações noticiosas”, conforme termo utilizado por Pasti (2013) para marcar a diferença entre uma ideia de notícia “imparcial” e aquilo que efetivamente se veicula, necessariamente resultado de filtros de agências que são, por sua vez, pautadas por interesses socioeconômicos:

Os eventos que são repercutidos pelas agências transnacionais de notícias — cuja escala de origem é, muitas vezes, mundial — contribuem, a partir dos lugares, nesse movimento de totalização, para a conformação de uma psicossfera com as características de uma globalização perversa (SANTOS, 2000). (...) A seleção e ‘filtro’ dos eventos e, sobretudo, a definição de sua escala de resultado pelas agências transnacionais tem um papel importante na conformação da psicossfera, das visões de mundo predominantes, das crenças e das prioridades no território brasileiro. Essa escala de resultado — área de ocorrência do fenômeno — pode ser maximizada ou diminuída de acordo com a escala de origem, o poder e o alcance dos agentes ‘criadores’ do evento e, sobretudo, da repercussão pelos agentes que mediam a comunicação. Essas pautas impostas em função do agendamento da mídia pelas agências transnacionais de notícias representam escalas de resultado de eventos maximizadas, enquanto o silenciamento quanto a outros eventos tem o efeito contrário. (PASTI, 2013, p.149)

Tudo isso faz com que a busca por “paz” se mostre, então, como um ponto imperativo de aparente consenso e aprovação na sociedade, e os discursos “de paz”, cuja materialização nevrálgica é a fórmula “cultura de paz” — que, como outras fórmulas, representa cabalmente a opacidade da linguagem —, tornam-se necessários como neutralizadores de conflitos. Configura-se o que consideramos, na esteira de Milton Santos (1994), uma das “fábulas” do mundo globalizado:

também, os discursos de ódio aumentam, juntamente com a aprovação eleitoral de partidos da extrema-direita na Europa (cf., por exemplo, “Discurso de Sheherazade prospera: crescem os linchamentos”, Pragmatismo Político, 20 de fevereiro de 2014, disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/02/rachel-sheherazade-linchamentos-proprias-maos.html>, e “O Big-Bang da extrema-direita européia”, Carta Maior, 26 de maio de 2014, disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-big-bang-da-extrema-direita-europeia/6/31017>. Último acesso em 20 de junho de 2014).

Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. (...) diante de nós, temos, hoje, possível (e frequente), com a falsificação do evento, *o triunfo da apresentação sobre a significação*, ainda que reclamando uma ancoragem. (SANTOS, 1994, p.21, destaque nosso)¹⁰

Como indícios maiores da construção discursiva em torno da fórmula em questão, podemos citar a proclamação do ano 2000 como “Ano Internacional por uma Cultura de Paz” e da década 2001-2010¹¹ como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” pela Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU (Resolução de 20 de novembro de 1997 e Resolução de 10 de novembro de 1998, respectivamente). No que diz respeito especificamente ao Brasil, o último relatório sobre a Década (ADAMS et al, 2011) mostra que é o país da América Latina com maior número de entidades que realizam atividades em nome desse “lema”¹², promovendo fóruns nacionais e internacionais e produzindo inclusive regulações e políticas baseadas na construção semântica dada por esses encontros de caráter institucionalizante.

As questões levantadas e os dados analisados nos fazem considerar o funcionamento de “cultura de paz” enquanto fórmula discursiva nos discursos institucionais brasileiros como um acontecimento discursivo de interesse que, como vimos no decorrer da pesquisa, não surge como “aerólito miraculoso”¹³, mas devido a uma conjuntura específica e a atores sociais cujo papel na sociedade é, também, resultado de injunções históricas. É preciso notar que a concepção de acontecimento que adotamos aqui é menos a de uma consequência direta de uma estrutura dada, independente dos atores sociais aí participantes, ou, ao contrário, de ato individual espontâneo que rompe completamente com uma determinada ordem, que uma mistura de ambas, possível de ser observada pelo analista e organizada não só na forma de discursos, mas discursividades das quais participam dispositivos e práticas (que constroem e são construídos pelos discursos) influenciados por uma mesma semântica (cf. POSSENTI, 2009; MAINGUENEAU, [1984] 2008).

¹⁰ Algo que, a título de ilustração, foi levado ao extremo por Orwell em sua obra *1984*, na qual um país, governado por um partido totalitário que tem como líder o afamado “Grande Irmão” (*Big Brother*), tem como Ministérios o “Ministério do Amor”, que mantém a população sob controle emocional e psicológico, o “Ministério da Paz”, responsável pela manutenção da guerra, e o “Ministério da Verdade”, que censura e manipula toda informação destinada a circular no espaço público.

¹¹ Que deixou como um dos maiores legados a “guerra ao terrorismo” ao redor do mundo (em nome “da paz”, cabe frisar), inaugurada pelos Estados Unidos após o atentado às torres gêmeas em 2001.

¹² Segundo o último relatório da sociedade civil para a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” (ADAMS et al, 2011), dentre os países da América Latina e Caribe que colaboraram com informações sobre atividades em prol da Cultura de Paz, o maior número de entidades colaboradoras está no Brasil, com 95 organizações, seguido pela Argentina, com 48, e pela Colômbia, com 23.

¹³ Retomando termo de Pêcheux (1988), lembrado, por exemplo, por Possenti (2009, p.120) em seu texto “A noção de acontecimento”.

Para reconstruir o percurso realizado dessa pesquisa, organizamos esta dissertação em cinco capítulos principais. No capítulo 1, "Pesquisar uma fórmula: considerações metodológicas", narramos o processo de coleta dos dados que, com base na noção de *percurso* de Maingueneau ([2006] 2008), busca reconstruir os trajetos sociais do sintagma "cultura de paz" no espaço público rastreando sua circulação nos jornais *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *Brasil de Fato*, nos usos por atores diversos no âmbito da Web 2.0 e em projetos de lei da câmara dos deputados. Além disso, são tecidas algumas considerações sobre as implicações de escolhas das ferramentas e do *cópus* em trabalhos sobre fórmulas.

Os dois aspectos que nos parecem determinantes na emergência do sintagma "cultura de paz" e em seu posterior funcionamento como fórmula discursiva são abordados, então, no capítulo 2, "Substratos da gênese do sintagma": suas condições de produção, que materializam nas práticas cotidianas o *contradiscorso* "de guerra e de violência", que não havia se manifestado de forma expressiva em nosso *cópus*, e o papel da ONU e da UNESCO como instituições cuja principal função é a produção de documentos, que são, por sua vez, o resultado de um esforço coletivo de produção de *consenso* sobre questões constitutivamente polêmicas, que se materializa, linguisticamente, em um "falar neutro".

O capítulo 3, "Funcionamento do sintagma 'cultura de paz' como fórmula discursiva", mostra como as propriedades de *cristalização*, *discursividade*, *referência social* e *polêmica* se manifestam nas mobilizações de "cultura de paz", bem como sua atuação na produção e na cristalização dos sentidos que o sintagma abriga. Mais especificamente, nos detemos nos desdobramentos do sema *convivência*, que se mostrou altamente produtivo como instaurador de novas significações.

Após atestar o espriamento semântico da fórmula nas ocorrências mapeadas na Web 2.0, no capítulo 4, "A consagração da fórmula via mercado editorial", detemos nosso olhar sobre obras que têm "cultura de paz" em seu título: cartilhas, guias, coletâneas de artigos e, inusitadamente, um romance. Embora tradicionalmente considerados gêneros estabilizadores, observamos que os manuais e as cartilhas, especialmente *Cultura de paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009), têm sua própria estrutura subvertida pela condição formulaica de seu objeto, sendo mais coletâneas que buscam mostrar ações possíveis de "cultura de paz" do que obras definidoras de regras e práticas específicas. Além disso, a análise dos livros permitiu delinear também um "código linguageiro" dos enunciados "de paz", que se concretiza diferentemente segundo dois posicionamentos divergentes, de *conciliação* ou de *rompimento*.

O capítulo 5, "Contextos discursivos da fórmula", traz, sem pretensão de exaustão – uma vez que manifestações de um mesmo sistema semântico –, algumas das materialidades que sustentam as redes de memória tecidas pelos usos de "cultura de paz": nomes próprios de instituições, de eventos e de comissões, textos-chave e aforizações citados como fonte de autoridade, imagens que redizem a fórmula e gêneros textuais pelos quais ela circula de forma mais expressiva.

Chegamos, então, às considerações finais. Retomando o trajeto realizado, notamos como os discursos de "cultura de paz" se tornam indispensáveis na manutenção da sociedade porque apaziguadores das materializações de "guerra e de violência" que se concretizam de formas variadas nas práticas cotidianas, condições de produção constitutivas de sua existência. Damos, ainda, breves indicações de possíveis trabalhos futuros que emergem de inquietações dessa pesquisa.

I

Pesquisar uma fórmula: considerações metodológicas

Catar feijão se limita com escrever:
joga-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na folha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar.
Certo, toda palavra boiará no papel,
água congelada, por chumbo seu verbo:
pois para catar esse feijão, soprar nele,
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.

Ora, nesse catar feijão entra um risco:
o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluviente, flutual,
açula a atenção, isca-a como o risco.

[João Cabral de Melo Neto, *Catar feijão*]

1.1. a noção de *percurso* em trabalhos sobre *fórmulas discursivas*

No primeiro capítulo da obra *Cenas da Enunciação* ([2006] 2008), “Unidades tópicas e não tópicas”, Maingueneau discute a problemática do estatuto do conceito *formação discursiva* (FD) dentro das diferentes linhas de pesquisa da Análise do Discurso, a fim de distinguir novas unidades que permitam dar maior clareza às categorias trabalhadas nessa área, entre as quais a FD é fundamental.

O autor considera que essa noção “sofre e se beneficia simultaneamente de uma dupla paternidade” (MAINGUENEAU, [2006] 2008, p.12), tendo sido inicialmente mobilizada por Foucault na *Arqueologia do saber* ([1969] 2008) para designar um “sistema de dispersão” – denominação paradoxal que gera diferenças de interpretação entre os pesquisadores – e posteriormente por Pêcheux e seu grupo (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 1971, p.148) que, inscritos em uma vertente marxista, a definiram como “*o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de um discurso, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada”.

Maingueneau ([2006] 2008, p.12) frisa a opacidade do conceito nessas acepções especialmente no que tange às questões de “posicionamento”, “da construção e da gestão de uma identidade em um campo discursivo”, e de “gênero”, “dispositivos de comunicação verbal em cada sociedade”, que não ocupam lugares específicos no procedimento de categorização. Enquanto Foucault propõe abarcar um “todo” disperso na busca pela regularidade – englobando fatores diversos, como “os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas” (FOUCAULT, [1969] 2013, p.47) –, Pêcheux dá maior relevo à questão da *posição* ocupada na luta de classes, em uma chave de leitura althusseriana, de forma que “[...] o gênero do discurso parece ser exatamente o lugar onde se manifesta alguma coisa que, por essência, está escondido, seguindo nesse aspecto o modelo psicanalítico dominante na época” (MAINGUENEAU [2006], 2008, p.14).

Constatando essa flutuação teórica em diversos trabalhos, que ora enfatizam um aspecto como fator de categorização das FDs, ora outro, ou utilizam o termo sem definição explícita, Maingueneau propõe uma distinção entre dois grandes tipos de unidades de trabalho dentro da Análise do Discurso: as *unidades tópicas*, que se dividem entre *unidades territoriais*, ancoradas em “espaços já ‘pré-delineados’ pelas práticas verbais” (MAINGUENEAU, [2006] 2008, p.16) – os “tipos de discurso”, conforme definição do autor –, e *unidades transversas*, que passam por gêneros diversos do discurso – registros linguísticos, funcionais ou comunicacionais –; e as *unidades não-tópicas*, que “são construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas

[...] [e] agrupam enunciados profundamente inscritos na história” (MAINGUENEAU, [2006] 2008, p.18), e que se distinguem entre *formações discursivas*, mobilizadas em casos de corpus historicamente especificados e de gêneros diversos unificados por um ou mais “focos” (FDs unifocais ou plurifocais, respectivamente), e *percursos*. Devido ao caráter desta pesquisa, interessamos aqui sobretudo esta última categoria, sobre a qual nos debruçaremos.

Como já mostrado em trabalhos anteriores (POSSENTI, 2010; BENITES, 2011; VOSS, 2011; OLIVEIRA, 2013), a noção de *percurso* proposta por Maingueneau ([2006] 2008, p.23) é importante para pesquisas sobre fórmulas discursivas no sentido de auxiliar e embasar teoricamente a prática metodológica desse tipo de estudo.

Segundo o autor, um *percurso* é constituído pela rede interdiscursiva estabelecida por um determinado sintagma linguístico (que pode ser uma unidade lexical, proposicional ou mesmo um fragmento de texto), de forma que o pesquisador consiga “[...] desestruturar as unidades instituídas, definindo percursos não esperados: a interpretação apóia-se, assim, sob a atualização de relações insuspeitas no interior do interdiscurso” (MAINGUENEAU, [2006] 2008, p.23). A pesquisa de Krieg-Planque (2003) é inserida nessa categoria por ser um trabalho em que “tratava-se, antes de tudo, de explorar uma dispersão, uma circulação, e não de relacionar uma sequência verbal a uma fonte enunciativa” (MAINGUENEAU, [2006] 2008, p.23).

A fórmula funciona, então, como um meio de “entrar” no corpus – algo como o que Guilhaumou e Maldidier ([1986] 1994) denominaram “dispositivos de arquivo”. Conforme Maingueneau (2009) afirma em uma entrevista, em trecho destacado também por Possenti (2010, p.105),

Uma pesquisa boa é aquela que transforma as hipóteses iniciais, que descobre coisas novas e isso implica uma entrada, achar uma entrada e muitas vezes uma entrada modesta, através de uma fórmula, de um conector, de uma metáfora, de uma frase, não sei, da tipografia, não sei, uma coisa que parece humilde, pode ser muito mais rentável, porque é uma maneira de ver o texto não através do conteúdo, porque senão o conteúdo sempre vai ter interpretação.

No entanto, Maingueneau lembra também que esse tipo de trabalho impõe algumas dificuldades. No curso de nossa pesquisa, nos deparamos com aquilo que ele chamou de o “reverso da moeda” de atravessar múltiplas fronteiras: justificar as escolhas operadas (MAINGUENEAU, [2006] 2008, p.23).

1.2. coleta de dados: ferramentas, decisões e córpus

Confirmando o posicionamento de Guilhaumou e Maldidier ([1986] 1994, p.164) de que “o arquivo nunca é dado *a priori*”, com o andamento da pesquisa notamos, resumidamente, que:

- a) a utilização dos dois jornais de maior circulação no Brasil, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, como parte do córpus desta pesquisa, embora tivesse sido tomada como uma coleta de dados numa fonte “óbvia”, mostrou-se um tanto difícil no que diz respeito ao acesso às informações, configurando-se em um dado discursivo de interesse, que expomos de forma mais detalhada no final do tópico 1.3 - pesquisa nos acervos digitais dos jornais;
- b) a restrição a documentos e jornais impressos na composição do córpus não seria suficiente para abranger a efetiva circulação da fórmula, que tem como característica intrínseca a dispersão por diferentes dispositivos e posicionamentos, além de uma farta frequência em documentos digitais bastante variados;
- c) a saída a campo para a coleta de dados mostrou, portanto, que há questões de ordem técnica e de ordem institucional, com implicações recíprocas, que tornam a discussão metodológica necessária e interessante, na medida em que desautomatiza esse procedimento e revela que o estudo da circulação de materiais linguísticos, sobretudo na internet, não pode prescindir da reflexão sobre como se busca e como funcionam as plataformas, os acervos etc. dos quais se faz uso.

Dada a imensidade de possibilidades de difusão da informação no atual período, definido pelo geógrafo Milton Santos como período técnico-científico informacional¹⁴ (2008; 2011), e considerando que “o mundo globalizado se funda numa ‘imprescindibilidade do discurso’, da qual o ciberespaço é uma materialização expressiva” (SALGADO; ANTAS JR., 2011, p.259), sentimos a necessidade de realizar pesquisas também no âmbito da Web 2.0, que permitiu, desde sua instauração em 2004, uma maior inserção de pessoas e instituições como produtoras e difusoras de informações na rede (Cf. CASTELLS (2003); JOHNSON (2001)). O fato de esse ambiente virtual

¹⁴ Para Mattelart (2005, p.10), também, as tecnologias da informação e da comunicação são consideradas como uma das duas principais revoluções do terceiro milênio, colocadas lado a lado com a engenharia genética e tidas como “instrumento de reordenação do mundo”.

interativo estar cada vez mais naturalizado como parte do cotidiano de grande parte da população brasileira torna, a nosso ver, cada vez mais premente que os estudos acadêmicos o levem em consideração.

Segundo notícia do portal Tele.síntese (2012), que tem como base relatórios do Ibope Media, no terceiro semestre de 2012 o total de pessoas com acesso a internet no Brasil foi de 94,2 milhões. Considerando aqueles que têm o acesso disponível em casa, inclusive crianças e adolescentes, são 85,3 milhões de pessoas, “representando crescimento de 2,4% sobre os 83,4 milhões do trimestre anterior e de 8,8% sobre os 78,5 milhões do terceiro trimestre de 2011”.

Guilhaumou e Maldidier ([1986] 1994, p.164) talvez vislumbraassem esse aspecto da constituição do arquivo quando refletiam sobre esse ponto no interior do próprio desenvolvimento da Análise do Discurso – ainda que não pudessem, à época, estimar a dimensão que essa questão tomaria:

Inicialmente presa ao gênero do discurso político, a análise do discurso clássica não tinha nenhuma necessidade de diversificação do arquivo. No entanto, a partir da busca por aquilo que instala o social no interior do político, não pudemos mais ignorar a multiplicidade de dispositivos textuais disponíveis. Vemos que a análise do discurso ampliou seu campo de investigação: do interesse pelo discurso doutrinário ou institucional, ela passou ao que poderíamos chamar a história social dos textos.

Para dar cabo de preencher essa lacuna em nosso corpus, decidimos realizar pesquisas por meio do buscador *Google Search*, utilizando como “dispositivos de arquivo” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, [1986] 1994) os sintagmas “cultura de paz”, “cultura da paz” e “cultura para a paz”, considerando outras ocorrências que não somente as entidades e projetos indicados pela obra *Cultura de paz: da reflexão à ação - Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo* (DISKIN; NOLETO, 2010), buscando assim contemplar mobilizações da fórmula nas situações mais diversas.

Essa decisão implicou questionamentos principalmente de ordem metodológica, sobre os quais nos debruçamos a seguir.

1.3. pesquisa nos acervos digitais dos jornais

No meio do caminho tinha uma pedra
(Carlos Drummond de Andrade)

Logo no início da pesquisa, nos deparamos com uma dificuldade inesperada: a restrição do acesso aos acervos de dois dos jornais que estavam propostos como *cópus*, *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (ESP).

A FSP tem disponibilizado o acervo on-line por período determinado, mas como a impressão página a página é trabalhosa e impossibilita o acesso à totalidade de cada número editado, entramos em contato com o banco de dados do jornal para ver se haveria a possibilidade de conseguir as edições completas, e recebemos a seguinte resposta (cf. anexos):

"Aqui no Banco de Dados da Folha fornecemos cópias das edições da Folha nos seguintes formatos: pdf e cópias em papel A3, frisando que cópias coloridas só a partir de maio de 2003.

Cobramos R\$ 60,00 referente ao pedido mais R\$ 5,20 por página publicada até abril/2003 e R\$ 3,20 por página publicada a partir de maio/2003.

Caso tenha interesse em consultar os jornais pessoalmente, cobramos R\$ 50,00 por hora de consulta. Assinantes, professores, estudantes e pessoas de 3ª idade têm desconto (veja anexo com detalhes de como ter acesso ao nosso acervo). Quanto ao custo por página em caso de pesquisa feita pessoalmente os valores são os mesmos, R\$ 5,20 ou R\$ 3,20.

Aguardamos o seu retorno."

O acesso ao material completo de uma pesquisa mais extensa, com qualidade de impressão e em formato compatível com ferramentas de análise textual, é, portanto, praticamente impossibilitado devido ao custo elevado. Foi necessário, portanto, fazer a busca via acervo digital e imprimir manualmente somente as páginas nas quais as ocorrências aparecem no único formato disponibilizado (.pdf), que, por importar o texto como imagem, inviabiliza o uso de diversas ferramentas de análise textual.

A “busca detalhada” na plataforma disponibilizada pelo site em edições lançadas até 31 de dezembro de 2010 mostrou um total de: 37 ocorrências do sintagma “cultura de paz”, em 31 edições diferentes; 28 ocorrências de “cultura da paz”, em 28 edições; e nenhuma ocorrência de “cultura para a paz”. Na tabela, as repetições de ocorrências “iguais” (na mesma matéria, porém em cidades diferentes) foram agrupadas dentro de uma mesma numeração, e as edições foram separadas pelas linhas da tabela por dia de publicação.

acervo FOLHA

busca Digite aqui: Jomata Desde 1921 Busca detalhada FOLHA DE S. PAULO

Busca detalhada

Folha de S. Paulo Folha da Manhã Folha da Noite

com todas as palavras
com a frase exata "cultura de paz"
com pelo menos uma das palavras
sem as palavras

Escolha o período De: Até: 31/12/2010 **Escolha a data exata** Dia: Mês: Ano:

Caderno Todos: **Tema** Todos:

BUSCAR

figura 1.3:1: modo de realização das buscas no acervo (FSP).

acervo FOLHA

busca Digite aqui: Jomata Desde 1921 Busca detalhada FOLHA DE S. PAULO

Resultados de busca detalhada (45 páginas)

Folha de S. Paulo	13/02/2000	Guia da Folha	página GR12
Folha de S. Paulo	24/10/2004	Guia da Folha	página GR37
Folha de S. Paulo	24/10/2000	Guia da Folha	página GR39
Folha de S. Paulo	17/10/2000	Guia da Folha	página GR13
Folha de S. Paulo	17/10/2000	Guia da Folha	página GR20
Folha de S. Paulo	17/10/2000	Guia da Folha	página GR58
Folha de S. Paulo	12/10/2000	Revista da Folha	página GR28
Folha de S. Paulo	10/10/2000	Guia da Folha	página GR19
Folha de S. Paulo	10/10/2000	Guia da Folha	página GR26
Folha de S. Paulo	10/10/2000	Guia da Folha	página GR70
Folha de S. Paulo	09/10/2000	Guia da Folha	página GR15
Folha de S. Paulo	05/10/2007	Guia da Folha	página GR11
Folha de S. Paulo	28/08/2007	Guia da Folha	página GR77
Folha de S. Paulo	20/07/2003	Smopex	página 17
Folha de S. Paulo	10/06/2003	Folha Reversa	página 20

A.

© Folha.com. Direitos reservados. Proibida a reprodução do conteúdo em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso sem autorização da Folhapress.

figura 1.3:2: exibição dos resultados encontrados (FSP).

As listas completas do resultado das buscas podem ser encontradas, na forma de tabela, nos anexos.

O acervo do ESP, da mesma forma, embora tenha ficado durante um tempo disponível ao público, atualmente é restrito aos assinantes. Não-pagantes podem fazer pesquisas, ver a quantidade de resultados da busca e ter acesso a alguns gráficos de ocorrências por ano (que mostraremos mais adiante), mas a página completa é restrita, sendo disponibilizado somente um recorte bem pequeno da página em que o sintagma buscado se encontra:



figura 1.3.3: recorte de página disponibilizado pelo acervo a não-pagantes (ESP).

Clicando no *zoom*, para poder ler toda a página, surge uma tela pedindo o *login* do usuário. Não conseguimos entrar em contato direto com a equipe do periódico para saber se haveria a possibilidade de realizar uma consulta direta ao acervo, pois sucessivos e-mails enviados tanto ao endereço do Banco de Dados indicado pelo site (arquivo.ae@grupoestado.com.br) quanto ao e-mail da Agência Estado (midiaae@grupoestado.com.br) indicado pelo serviço de atendimento (falecom.estado@grupoestado.com.br) retornaram automaticamente. Para conseguir acessar as edições dos anos a pesquisar, decidimos, então, pela assinatura digital do jornal, que também apresentou falhas técnicas e demora no período de ativação.

Na etapa inicial da busca, havíamos encontrado, inicialmente (maio de 2012), um total de 151 ocorrências, assim distribuídas¹⁵:

¹⁵ Gráfico acessível a não-pagantes.



figura 1.3:4: resultado da busca por “cultura de paz” em todo o acervo¹⁶.

Em um segundo momento (final de julho de 2012), retornando às buscas por conta do acesso à edição integral das edições, encontramos, inesperadamente, um resultado diferente, com a mesma pesquisa:

¹⁶ Estado de S. Paulo, maio de 2012, especificações em vermelho acrescentadas pela autora.



figura 1.3:5: resultado da busca por “cultura de paz” em todo o acervo¹⁷.

Como se vê, houve uma flutuação nos resultados das pesquisas do acervo. Ao mesmo tempo em que isso impõe uma dificuldade para trabalhos como o nosso, é interessante do ponto de vista discursivo, pois indicia um provável refinamento técnico implantado na plataforma no período, possibilitando uma melhor detecção de sequências linguísticas. Refazendo a busca mais recentemente, a fim de averiguar se haveria novas mudanças, não encontramos diferença nos resultados (somente 4 ocorrências a mais em 2012, em edições posteriores à busca).

No entanto, mesmo com a diferença dos resultados obtidos, deve-se notar que a concentração das ocorrências no período de 2000 a 2009 mostra que houve, realmente, um aumento da circulação do sintagma em questão nesse período, reforçando a nossa hipótese de seu funcionamento como fórmula discursiva.

¹⁷ Estado de S. Paulo, julho de 2012, especificações em vermelho acrescentadas pela autora.

Tínhamos nesse momento, então, um total de 276 ocorrências, mas notamos que a plataforma de busca desse jornal não diferencia os sintagmas “cultura de paz”, “cultura da paz” e “cultura para a paz”, e traz matérias repetidas em edições diferentes, de forma que se tornou necessário um refinamento desse resultado.

Optamos, então, por selecionar somente as edições “Brasil”, que, conforme explicação do jornal (consultável no link “entenda a diferença entre as edições”), são as que circulam nacionalmente, e que têm, portanto, a mesma abrangência dos dois outros jornais que selecionamos para esta pesquisa.

Com esse filtro, ficamos com a seguinte distribuição num total de 141 ocorrências iniciais:



figura 1.3:6: resultado da busca por “cultura de paz” somente na Edição Brasil¹⁸.

Disponibilizamos nos anexos, na forma de tabela, o resultado da busca, do qual excluímos as 4 ocorrências de 2012 e marcamos com um risco as que, com certeza, não dizem respeito à fórmula em questão. Notamos que o buscador desse jornal é menos preciso que o da FSP, de maneira que

¹⁸ *Estado de S. Paulo*, julho de 2012, especificações em vermelho acrescentadas pela autora.

várias ocorrências são indicadas pela proximidade entre as palavras “cultura” e “paz”, e não necessariamente pelo sintagma “cultura de paz”. Mantivemos aquelas que poderiam funcionar como formulações concorrentes da fórmula em questão, e obtivemos, assim, um total de 128 ocorrências em 125 edições.

Tanto na FSP quanto no ESP obtivemos somente as imagens das edições, o que gera uma segunda dificuldade: não há como processar os dados desses jornais em softwares de análise textual. Tornou-se necessário, portanto, trabalhar “a olho nu” com esse material.

Somente o terceiro jornal indicado no projeto, *Brasil de Fato* (BF), tem acervo aberto e consentiu no acesso irrestrito, desde sua primeira edição, de janeiro de 2003, até os dias de hoje. Embora todas as edições estejam disponíveis no site, não há como fazer a busca no acervo por um termo específico, de maneira que entramos em contato com a equipe e, em visita à sua sede em São Paulo, pudemos obter todos os exemplares no formato pdf. Foram contabilizadas 23 ocorrências do sintagma “cultura de paz” num total de 18 edições diferentes, e 0 ocorrências para “cultura da paz” e “cultura para a paz”. A busca foi realizada com o software Adobe Reader X a partir da busca avançada pelo sintagma na pasta do acervo, conforme imagem a seguir:

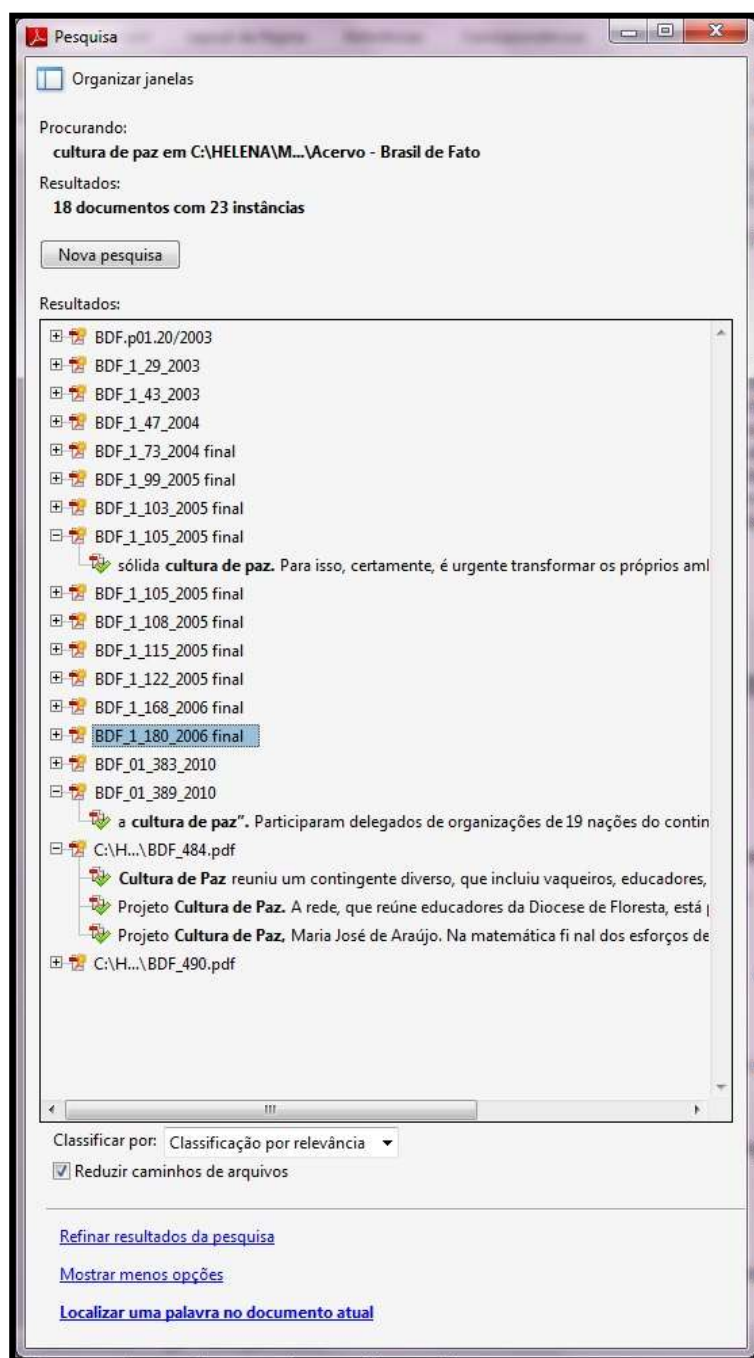


figura 1.3:7: busca avançada por “cultura de paz” no acervo do jornal por meio do software Adobe Reader X (BF).

A lista de ocorrências também se encontra nos anexos deste trabalho.

1.4. *Google Search*: uma ferramenta "neutra"?

A questão da monopolização dos meios de informação é discutida por Tim Wu em sua obra *Impérios da comunicação* (2012), que considera o Google como um dos principais monopolistas do nosso período no que diz respeito à internet – ainda que levante a bandeira pelo “acesso à informação”. Como questiona o autor (WU, 2012, p.356),

mais controverso é o fato de que, desde os anos 2010, muitas das buscas no Google nos levam diretamente a propriedades suas, o que pode ser útil, mas também uma forma de desviar os usuários de sites concorrentes em nome da conveniência. É difícil dizer se tudo isso é para defender o monopólio ou apenas para atender às demandas dos consumidores.

Pensamos que esse é um dado essencial no que diz respeito à metodologia no trabalho com fórmulas discursivas, uma vez que, com o andamento de nosso trabalho, constatamos que a maneira tradicional de formação de *cópus* na história da Análise do Discurso, muitas vezes vinculada a jornais e revistas de uma dada época, precisa ser repensada para contemplar o espalhamento de informações intrínseco à circulação de uma fórmula em nosso período – passando, consequentemente, pela utilização de ferramentas de busca como o *Google Search*.

O condicionamento das buscas nessa plataforma é discutido também por Donizeti Batista (2007, p.39), que elenca pelo menos três fatores limitadores principais desse tipo de pesquisa:

- Das características técnicas da ferramenta: limitação devido ao distanciamento entre a quantidade de informações disponíveis na *Web* e a capacidade física de *hardware* e o design do *software* dos Mecanismos de Busca de catalogá-las e apresentá-las ao usuário de forma acessível. Com o crescimento explosivo da Internet e, principalmente, da *Web*, os mecanismos de busca que indexavam até 95% das 19 milhões de páginas existentes em 1996 (CHU e ROSENTHAL, 1996), não indexavam mais de 42%, das 800 milhões de páginas disponíveis na *Web* em 1999, segundo estudos estatísticos feitos por Lawrence e Gilles (INTRONA e NISSENBAUM, 2000). Para se ter uma idéia da dificuldade de catalogar estas informações e disponibilizá-las, cabe acrescentar que em 2005 o número de páginas acessíveis na *Web* ultrapassou a cifra de 9 bilhões.

- Do usuário: desconhecimento das técnicas de funcionamento dos Mecanismos de Busca e do universo de informações disponível. O usuário, normalmente, tem poucos dados sobre o tema que está buscando neste espaço virtual e não tem informações suficientes sobre o funcionamento da ferramenta. Isto faz com que ele não seja capaz de reconhecer o fato da busca frequentemente se distanciar dos seus objetivos, obtendo resultados parciais, resultados equivocados ou nenhum resultado.

- Da influência dos interesses econômicos e empresariais frutos das relações de parcerias comerciais comuns neste setor: os interesses comerciais da empresa proprietária da ferramenta ou seus parceiros e instituições associadas podem estar em contradição com os interesses dos usuários.

No entanto, consideramos que a utilização dessa ferramenta – conjugada, necessariamente, ao questionamento e à compreensão de seu funcionamento – é indispensável, na medida em que se torna, a cada dia, mais naturalizada no cotidiano da maioria das pessoas que utilizam a internet quando se trata de buscas por informações acerca de um determinado assunto, como, por exemplo, o que seja “cultura de paz”.

Isso se confirmou em uma pesquisa realizada no site da empresa Alexa (2012), uma das principais na área de medição e análise de estatísticas da Web, no dia 14 de dezembro de 2012, por meio da qual encontramos o seguinte dado:

O Google foi classificado como o primeiro do mundo de acordo com o ranking de três meses de tráfego [de informações na Internet] da Alexa. [...] aproximadamente 19% das visitas do Google consistem apenas em uma exibição de página (isto é, são “saltos”). O tempo gasto em uma visita típica a esse site é de cerca de quinze minutos, com 29 segundos gastos em cada exibição de página¹⁹.

Procurando levar essas questões em consideração e, ao mesmo tempo, colher informações acessíveis a usuários comuns da Web acerca de “cultura de paz”, fizemos diversas buscas na plataforma *Google Search* em quatro máquinas diferentes que pertencem a usuários de perfis distintos²⁰, a fim de evitar condicionamentos de buscas anteriores – fenômeno que pode ser constatado, por exemplo, pela recorrência de anúncios comerciais de itens procurados recentemente em buscadores nas laterais das páginas. Por meio da ferramenta “Busca avançada”, utilizamos como dispositivo de arquivo os sintagmas “cultura de paz”, “cultura da paz” e “cultura para a paz” no período de tempo restrito ao Ano Internacional para a Cultura de Paz (2000) e à Década para a Cultura de Paz (1 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2010), conforme imagem a seguir:

¹⁹ Google is ranked #1 in the world according to the three-month Alexa traffic rankings. [...] roughly 19% of visits to Google consist of only one pageview (i.e., are bounces). The time spent in a typical visit to the site is about fifteen minutes, with 29 seconds spent on each pageview (ALEXA, 2012, tradução nossa)

²⁰ Utilizamos para as buscas o nosso computador de uso pessoal, o computador de um engenheiro de produção, o de um cientista da computação e uma máquina de um laboratório de uso público.



figura 1.4:1: busca avançada do sintagma “cultura de paz” na plataforma *Google Search*

As páginas foram salvas no formato pdf., de maneira que seria possível selecionar a superfície textual e prepará-la para o processamento em softwares de análise estatística textual, como o Léxico 3, caso necessária (cf. tópico 1.6), e foram feitos *screenshots* a fim de se preservar a disposição dos componentes verbovisuais e do *layout* do site, consideradas essenciais à análise.

1.5. do acesso às informações no período *técnico-científico informacional*

A etapa de coleta dos dados se mostrou interessante na medida em que desconstruiu a aparente transparência do acesso à informação no momento atual. Para Milton Santos (1994), o *meio técnico-científico informacional* se constitui no imbricamento das técnicas efetivamente presentes em um determinado espaço com as crenças que aí determinam as práticas sociais e as relações interpessoais, ambas permeadas pela ciência, pela tecnologia e pela informação.

Uma não reflete, necessariamente, a realidade objetiva da outra, de forma que, por exemplo, enquanto a ideia de "aldeia global" é amplamente difundida, fazendo parecer que todas as pessoas estão conectadas e informadas pela possibilidade de difusão instantânea de notícias, nem as técnicas que permitem o acesso às redes são efetivamente democratizadas nem a forma de distribuição da informação é neutra como pode parecer (cf. SANTOS, [2000] 2012). Em outras palavras,

A ideologia de um mundo só e da aldeia global considera o tempo real como um patrimônio coletivo da humanidade. Mas ainda estamos longe desse ideal, todavia alcançável. A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excludente e assegura exclusividades, ou, pelo menos, privilégios de uso. Como ele é utilizado por um número reduzido de atores, devemos distinguir entre a noção de fluidez potencial e a noção de fluidez efetiva. Se a técnica cria aparentemente para todos a noção da fluidez, quem, todavia, é fluído realmente? Que empresas são realmente fluídas? Que pessoas? [...] Quem pode e quem não pode? (SANTOS, [2000] 2012, p.28).

Nessa conjuntura, o procedimento de busca nos acervos dos jornais e na plataforma do *Google Search* descrito neste capítulo evidencia, ao menos, duas dimensões a serem levadas em consideração: uma primeira, de ordem técnica – a restrição ao acesso das bases de dados não se dá pela ausência de tecnologia que o viabilize, mas é propositalmente dificultado ou direcionado –, que se amarra a uma segunda, de ordem político-ideológica – a submissão do acesso à informação aos interesses econômicos daqueles que medeiam sua produção e sua circulação.

1.6. ferramentas auxiliares para pesquisas sobre fórmulas

projetos de lei na câmara dos deputados

No site da Câmara dos Deputados, é possível fazer buscas por "projetos de leis e outras proposições"²¹ com o sintagma que se deseja rastrear como "assunto". Essa ferramenta torna possível acompanhar o estabelecimento da fórmula como referente social no espaço público e a deriva de sentidos produzida pelos seus usos conforme as práticas estabelecidas pela lei, gênero que materializa o grau de institucionalização atingido do que se pode conjecturar ser fórmula discursiva.

Em nosso caso, a busca tendo como critério as entradas "cultura de paz" *ou* "cultura da paz" *ou* "cultura para a paz" resultou em 17 ocorrências: 2 Requerimentos (REQ), 3 Emendas na comissão (EMC), 8 projetos de lei (PL), 1 indicação de projeto (INC), 1 sugestão (SUG), 1 Projeto de Resolução de Alteração do Regimento e outros (PRC) e 1 Substitutivo (SBT), que são apresentadas no tópico 3.3 deste trabalho.

Google Trends

O *Google Trends* é uma ferramenta que permite visualizar o “interesse” em um determinado assunto em termos de buscas realizadas no *Google Search*. Trata-se de um dado interessante para pesquisas sobre fórmulas discursivas porque permite um certo rastreamento da circulação da sequência linguística, uma vez que os dados são distribuídos numérica e geograficamente.

²¹ Disponível em: <http://www.camara.leg.br/sileg/default.asp>. Último acesso em 20 de maio de 2014.

Pesquisando “cultura de paz” no período de 2004 (mínimo permitido) ao final de 2011, limitando os resultados ao Brasil, obtivemos o seguinte resultado:

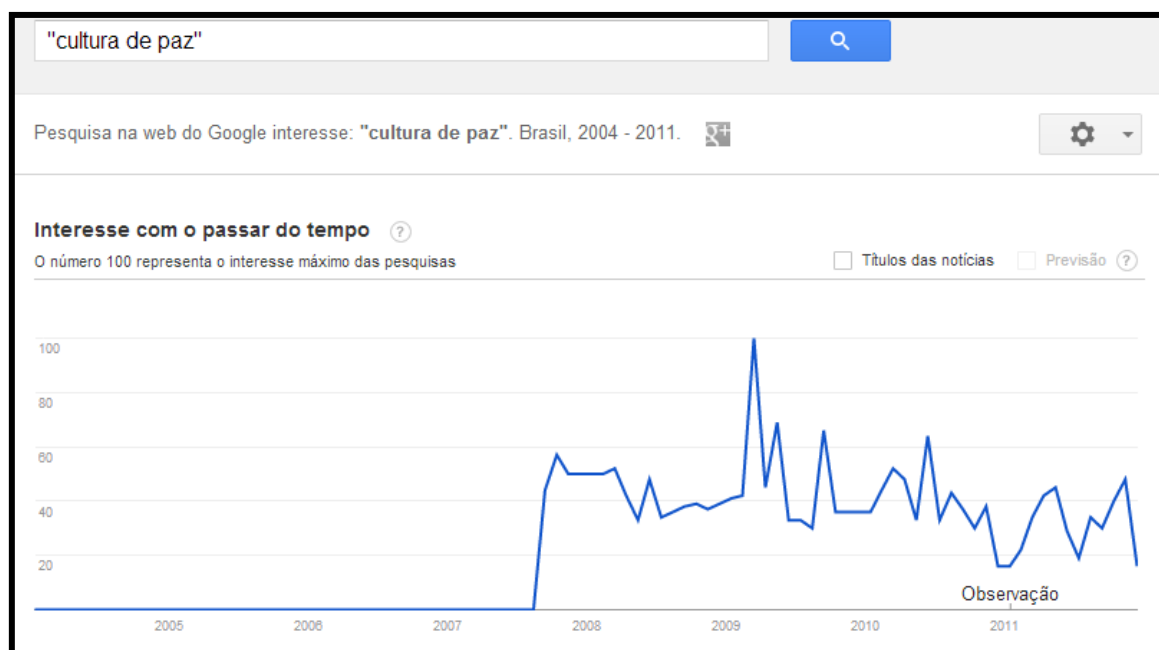


figura 1.6:1: busca “cultura de paz” na plataforma Google Trends 2004-2011 – “interesse com o passar do tempo” (GOOGLE, 2013)



figura 1.6:2: busca “cultura de paz” na plataforma Google Trends 2004 - 2011– “interesse regional” (GOOGLE, 2013)

Segundo esses resultados, “cultura de paz” teve uma circulação efetiva restrita ao estado de São Paulo nesse período (com o interesse máximo expresso no índice 100 de pesquisas), e as buscas foram expressivas somente na segunda metade da Década Internacional da Cultura de Paz, com o maior pico em março de 2009.

A fim de testar a ferramenta com entradas de dados diferentes, estendemos a busca até o período atual, e obtivemos a seguinte distribuição regional:



figura 1.6:3: busca “cultura de paz” na plataforma Google Trends 2004 – atual – “interesse regional” (GOOGLE, 2013)

Esse resultado é interessante por indicar uma migração recente do “interesse” pela fórmula em questão do Sudeste para o Nordeste, com índices altos nos estados do Ceará (76) e de Pernambuco (100). De acordo com esse critério de buscas, a abrangência regional da fórmula parece ser menor do que supúnhamos. No entanto, a análise dos dados obtidos no corpus demonstrou o funcionamento do sintagma como referente social em âmbito nacional, o que se materializa, por exemplo, na criação de projetos de lei e na circulação de objetos editoriais, de forma que se confirma ser imprescindível, em pesquisas sobre fórmulas, a variedade das fontes de busca e a observação de materialidades diversas.

alertas do google

Embora não seja o foco desta pesquisa, acionamos também a ferramenta *Alertas do Google* para receber diariamente ocorrências de “cultura de paz” e de suas variações localizadas pelo *Google Search*. Elas não entraram na composição do corpus, mas permitiram acompanhar a circulação da fórmula no período atual.



figura 1.6:4: exemplo de e-mail diário recebido da ferramenta Alertas do Google

Registramos tratar-se de uma ferramenta complementar de interesse para pesquisas que dizem respeito a fórmulas ainda em período de circulação.

o software lexico3

Embora tenha sido previsto em nosso projeto inicial, o desenvolvimento da pesquisa impôs uma inflexão a respeito da utilização de análises automatizadas do *cópus*.

Sabemos que a utilização de softwares textuais torna possível que se trabalhe com um *cópus* maior, ajudando a evidenciar relações e estatísticas que não seriam visualizadas sem uma ferramenta específica para esse tipo de análise. Segundo o manual do Lexico3^{22,23} (KUNCOVA; MAISONDIEU, 2003, p.2),

a facilidade de visualizar os dados e de criar diferentes composições, desde a mais simples análise estatística até os cruzamentos de dados fatoriais permite ao pesquisador, cujo objeto é o texto, avançar sobre hipóteses quantificando e qualificando seus dados.

Para fazer uso de suas funções, no entanto, é preciso, primeiramente, preparar o *cópus*, fazendo sua segmentação de acordo com o código do programa e definindo os melhores critérios possíveis de balizamento. No nosso caso, eles precisariam referir a data das ocorrências, o local online em que as ocorrências foram encontradas, o suporte textual e/ou gênero textual e a localização geográfica, a fim de facilitar a visualização estatística da circulação da fórmula²⁴.

As limitações que se impuseram ao uso dessa ferramenta foram de ordem técnica e teórico-metodológica: técnica, pois, como mostrado na coleta de dados dos jornais, boa parte dos arquivos foi obtida na forma de imagem, o que dificultou sua importação em formato de texto para o processamento automatizado; teórico-metodológica, pois, ao mesmo tempo em que coloca o material linguístico em evidência, ignora uma dimensão da materialização do discurso que nos pareceu essencial nos materiais que coletamos no decorrer da pesquisa: a relação do verbal com o

²² A primeira versão do Lexico3 (SYLED-CLA²T, 2001), nomeada somente *Lexico*, foi desenvolvida em 1990 por André Salem no Institut de Linguistique et Phonétique Générales et Appliquées (ILPGA) da Université la Sorbonne Nouvelle - Paris 3. Hoje o software é mantido e atualizado pelo *Centre de Lexicométrie et d'Analyse Automatique des Textes* (SYLED-CLA²T) dessa mesma universidade e, embora em seus lançamentos mais recentes seja pago, pode ser utilizado gratuitamente na versão 3.45, disponível para download.

²³ Havíamos escolhido esse software específico por diversos fatores: a disponibilidade gratuita; a variedade e a utilidade das ferramentas de estatística e de análise o contato possível com o Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde (Departamento de Letras – UFSCar), tradutor do manual para o português, que gentilmente nos introduziu à lida com o programa.

²⁴ Posteriormente, é possível estabelecer relações intertextuais de diversas ordens, como concordâncias, estatísticas por partes (por recorte temporal, por suporte, por gênero...), grupos de formas (procurando ocorrências a partir de um determinado radical), mapas de seções (mapeando ocorrências delimitadas por tipos de delimitadores, como, por exemplo, parágrafos (§)), inventário de segmentos repetidos (levantando as sequências linguísticas recorrentes do texto) e diversas outras estatísticas.

não-verbal, do suporte textual com a produção dos sentidos. Cabe notar que, diferentemente do *cópus* recolhido, por exemplo, por Krieg-Planque (2003), essencialmente um *cópus* de enunciados, o nosso constituiu-se por textos, com a análise direcionada à formulação de um modo de funcionamento da fórmula materializada na multiplicidade de suas dimensões.

Esse *modus operandi* não se afasta essencialmente da metodologia proposta por Krieg-Planque (2010), uma vez que o uso de softwares lexicais não prescinde da presença do analista, mas funciona como um auxiliar nas análises realizadas por aquele – o “interpretante razoável” proposto pela pesquisadora,

aquele que não é nem inteiramente invadido pelo já-dito de toda palavra, aturdido pelo dialogismo no qual cada palavra se produz, sufocado pela memória interdiscursiva de que o mais singelo dos discursos é depositário (esse interpretante veria a fórmula "purificação étnica" ao passar por uma tinturaria: "lavagem a seco"), nem inteiramente preso aos grilhões do dicionário e da gramática mais tradicional, que ele reconhece como parâmetros de representação de uma língua “correta” (esse interpretante não veria a fórmula "purificação étnica" senão na conformidade da ocorrência encontrada com uma lista prévia fechada. (KRIEG-PLANQUE, *apud* MOTTA; SALGADO, 2011, p.30)

Desse modo, em ambos os casos, o papel cumprido pelo analista é imprescindível porque, embora importantes para o descobrimento de relações invisíveis a “olho nu”, os softwares lexicais por si só não dão conta de todas as nuances da produção dos sentidos, tendo restrições inerentes a toda análise automatizada e sendo incapazes de substituir a interpretação humana no tratamento dos dados.

As ocorrências do *cópus* levaram a questionamentos sobre a emergência dos discursos que mobilizam a fórmula “cultura de paz” a partir de 1989, com um grande aumento em seus fluxos de circulação durante os anos 2000. O capítulo seguinte tem como objetivo verificar as condições de emergência do sintagma e, posteriormente, de seu estabelecimento como referente social em documentos institucionais diversos.

II

Substratos da gênese do sintagma

linha linha de montagem
a cor a coragem
cora coração
abecê abecedário
ópera operário
pé no pé no chão

eu não sei bem o que seja
mas sei que seja o que será
o que será que será que se veja
vai passar por lá

[Chico Buarque, *Linha de montagem*]

2.1. condições de produção dos discursos "de paz"



figura 2.1:1: câmeras, arames farpados e cercas elétricas, entrada do bairro Santa Marta, São Carlos (SP)²⁵

Este capítulo derivou de uma interrogação sobre os suportes materiais e imateriais que dão existência a um discurso aparentemente único sobre a "necessidade de paz" que se manifesta em diversas esferas – individual, social, religiosa, ecológica, mundial... –, como veremos quando tratarmos da circulação e da produção de sentidos da fórmula "cultura de paz".

Sabendo que a disseminação de um discurso nunca se dá autonomamente, mas em uma relação constitutiva com seu Outro, tornou-se imperativo observar o avesso dos discursos "de paz", que chamaremos, em consonância com os documentos que originam o sintagma estudado (como veremos mais detalhadamente no próximo tópico), discursos "de guerra e de violência".

Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau ([1984] 2008), dialogando com a tradição estabelecida pela AD, afirma que "[...] todo enunciado do discurso rejeita um enunciado, atestado ou virtual, de seu Outro do espaço discursivo". Entretanto, enquanto discursos "de paz" são cada vez mais bem-vindos, materializados em paráfrases de "cultura de paz" – como "vamos cultivar a paz" – fartamente encontradas em nosso corpus, enunciados verbalmente atestados de “guerra” e de “violência” praticamente não existem na alusão direta a “fazer a guerra” como prática aceita e socialmente desejada.

²⁵ Foto tirada pela autora em junho de 2014.

Para resolver esse aparente impasse, tornou-se necessário estender o olhar para além das práticas que já havíamos mapeado como práticas de "cultura de paz", altamente institucionalizadas, e observar o banal (melhor seria dizer *banalizado*) das práticas cotidianas como materializações do *contradiscurso*, partindo, para isso, dos objetos técnicos em que se apoiam – igualmente interessantes do ponto de vista discursivo porque constituídos por injunções históricas e determinantes de nossa maneira de sentir, pensar e viver o mundo. Conforme Santos (1994, p.42, destaque nosso),

Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições. [...] A *técnica* entra aqui como um traço-de-união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, nos dão a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, *a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham.*

É desse ponto de vista que Melgaço (2010), por exemplo, analisa o processo de “securização urbana” brasileiro, que se materializa em formas variadas de racionalização do território por meio de estruturas arquitetônicas, objetos técnicos e condomínios fechados. Focando a investigação na cidade de Campinas, o pesquisador mostra como a busca crescente por "segurança" se materializa na paisagem da cidade por meio da criação de "espaços exclusivos", delimitados por muros, cercas elétricas, alarmes, câmeras de segurança e vigilância constante.

A esse respeito, gostaríamos de destacar e relacionar dois dados: o infográfico desenvolvido pelo *Estado de S.Paulo* com base no documento "Mapa da violência de 2010"²⁶, que se apoia no índice de homicídios em cidades brasileiras, e o mapa de vigilantes privados particulares²⁷, indicador do processo de securização, elaborado por Melgaço (2010).

²⁶ Elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da área de Estudos sobre Violência da FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf>. Último acesso em 10 de julho de 2014.

²⁷ Conforme esclarecido pelo autor (MELGAÇO, 2010, p.82), a função de "vigilante" não deve ser confundida com a de "vigia", que se ocupa da "manutenção rotineira de um imóvel" – são porteiros, zeladores. O "vigilante" tem formação específica regulamentada em lei e direito ao porte de arma quando em serviço.

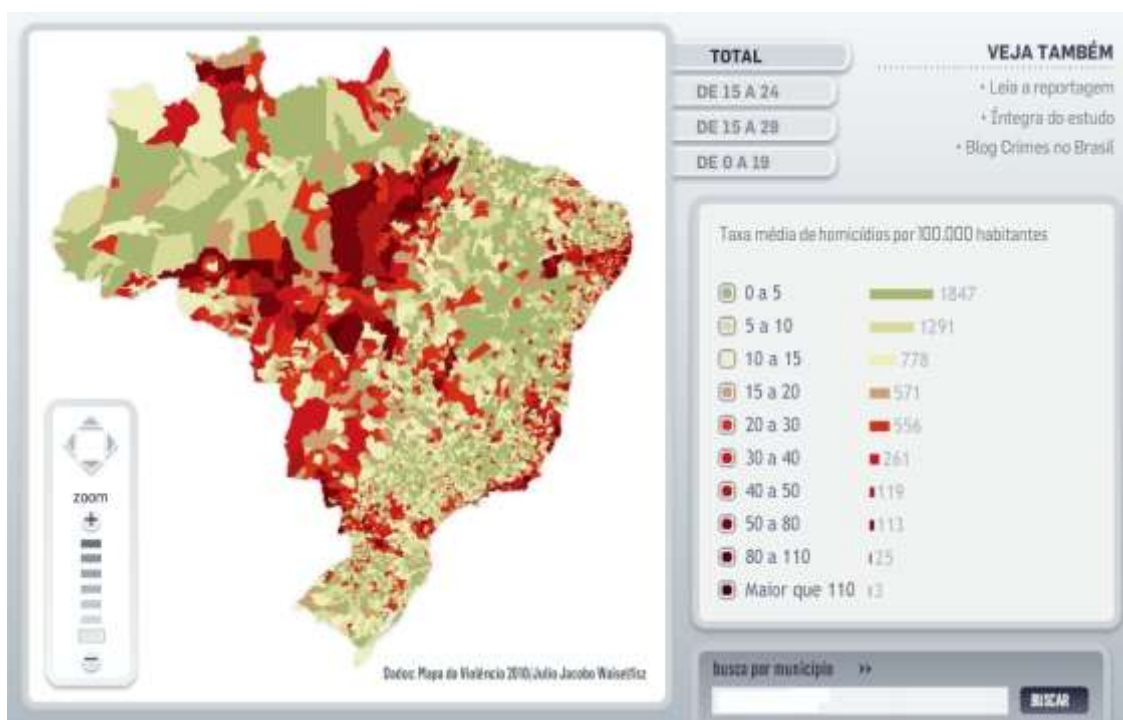


figura 2.1:2: mapa da violência com base em índice de homicídios das (ESP, 2010)²⁸

Como se pode observar, a maior concentração de homicídios violentos se dá nas regiões Centro-oeste e Norte do Brasil, enquanto o processo de "securização" conforme detectado por Melgaço (2010, p.85), por sua vez, se concentra muito destacadamente na região Sudeste:

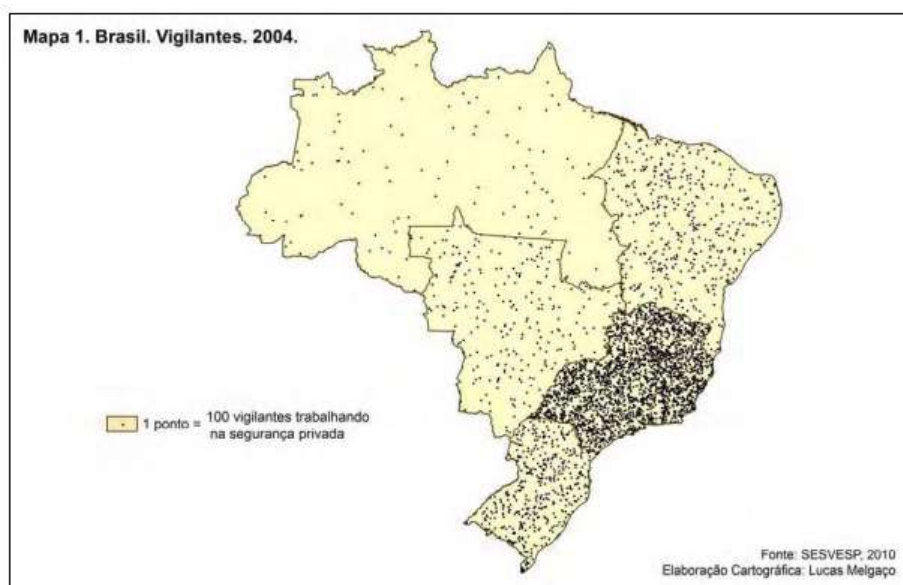


figura 2.1:3: mapa de “vigilantes” por região brasileira²⁹

²⁸ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/mapa-da-violencia-no-brasil,94911.htm>. Último acesso em 26 de junho de 2014.

²⁹ Elaborado por Melgaço (2010, p.85) com base em dados do SESVESP - Sindicato das Empresas de Segurança

Esses dados importam porque indiciam o fato de que a região Sudeste, embora com índice menor de homicídios, lança mão de forma muito mais intensa de instrumentais de "securização" como forma de manutenção da ordem estabelecida e proteção dos bens materiais, sendo mais rica e desigual. É interessante observar que a cidade de São Paulo, por exemplo, tem taxa média de 17.4 homicídios por 100.000 habitantes, número relativamente baixo que causa espanto quando confrontado com a crença generalizada de "extrema violência" da cidade. As regiões do Norte e do Centro-oeste, por sua vez, embora com menor impregnação das práticas de "securização", caracterizam-se pelo alto índice de homicídios – fortemente atrelado aos resquícios do coronelismo como forma de manutenção dos privilégios de uma determinada elite.

Como consequência, a violência se impõe de diversas formas como "realidade" aos indivíduos: no cotidiano de populações marginalizadas, reduzidas a números e estatísticas que, por sua vez, são estrategicamente generalizadas e amplificadas em nível nacional pela mídia, nas técnicas decorrentes aplicadas a objetos de consumo que servem de "proteção" para aqueles que se sentem ameaçados e que têm condições de pagar por eles³⁰, nos espaços urbanos cada vez mais monitorados.

Entendidas aqui como constitutivas das condições de produção da fórmula "cultura de paz", essas materialidades do "discurso de guerra e de violência" se associam, por vezes, diretamente ao sintagma "de/da paz". É o que podemos constatar em visita ao "Mirante da Paz", no Rio de Janeiro, edificação inaugurada em 2010 que dá acesso ao Morro do Cantagalo, "pacificado" em 2009:



figura 2.1:4: “Mirante da Paz”, Morro do Cantagalo (RJ)³¹

Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo.

³⁰ Cf., por exemplo, notícia publicada no portal G1: "Número de carros blindados cresce com aumento da insegurança no país". Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/07/numero-de-carros-blindados-cresce-com-aumento-da-inseguranca-no-pais.html>. Último acesso em 12 de julho de 2014.

³¹ Fotos tiradas pela autora em novembro de 2012.

Além da construção linguística "da paz", a imagem da pomba opera também como ativadora das redes de memória associadas à fórmula "cultura de paz" (cf. capítulo 5 - Contextos discursivos da fórmula). A edificação, cujo elevador integra o metrô da Praça General Osório à favela (hoje chamada "comunidade"), se destaca por sua estrutura colossal rodeada de vidros blindados, pela abundância de grades e de estruturas metálicas. Para Ana Luiza Nobre, arquiteta carioca doutora em História,

[...] ao criar uma bolha suspensa e isolada, de estrutura truculenta e hostil à realidade em que se insere, a arquitetura mais alimenta que reduz a desigualdade, e faz com que a espetacularização da miséria se sobreponha ao enfrentamento efetivo dos problemas fundamentais da cidade. Materializada na bolha-mirante-panóptico, a incomunicabilidade permanece. E o paradoxo da *paz armada*, enfim, encontra na arquitetura sua mais perfeita tradução. (NOBRE, 2012, p.13)

Essa “paz armada” pode ser constatada também na esfera internacional, nos ostensivos gastos governamentais com armamentos de diversos tipos – materializações cabais do discurso "de guerra e de violência" – destinados a manter cada país em pé de igualdade em relação às outras nações e, assim, assegurar “a paz” e a soberania nacional³².

Assim, embora não sejam alardeados como “remédio” para os males da sociedade, caso de "cultura de paz", esses discursos se institucionalizam e se presentificam no cotidiano de todas as camadas da sociedade por meio de práticas discursivas, e atuarão como substrato fértil para a idealização de paz preconizada por instituições internacionais como a ONU e a UNESCO.

³² Cf., por exemplo, entrevistas com Celso Amorim, ministro da Defesa, e Michel Temer, vice-presidente do Brasil, em feira internacional de segurança (abril de 2013): “Brasil precisa investir em defesa porque "mundo é imperfeito", diz Amorim”, disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/09/brasil-precisa-investir-em-defesa-porque-mundo-e-imperfeito-diz-amorim.htm>. Consulta em 12 de julho de 2014.

2.2. organizações internacionais e seu papel como produtoras de documentos



figura 2.2:1: imagem do “site oficial de documentos das Nações Unidas em português” (ONU, 2014)

Passando por um apanhado de acontecimentos que deram início às grandes organizações mundiais, Mattelart (2005) narra as mudanças das relações entre os países com as possibilidades cada vez maiores de interação ao redor do mundo instauradas pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Retomando a origem e as diversas significações dos termos “mundialismo”, “internacionalização”, “internacionalismo”, “globalização” e “mundialização”, cunhados e mobilizados em diferentes conjunturas do debate acerca dos “vínculos transfonteiras” sócio-econômico-culturais entre os Estados-nação, o autor mostra como a noção de interdependência, oriunda do campo da biologia celular – e, por conseguinte, também as ideias de “ajuda mútua” e de “segurança comum”, por exemplo –, encontra-se imbricada em uma rede de disputa de poder que paira acima de qualquer representação utópica de unidade harmônica em nível mundial. Em outras palavras,

a imagem consensual evocada pelo vínculo universal tecido pela rede mundial das comunicações de longa distância negligencia a realidade das relações de força entre as grandes potências, entre elas e o resto do mundo (MATTELART, 2005, p.30).

Ainda segundo o autor (MATTELART, 2005, p.54), é materializando esse ideal de “comunhão universal”, reforçado pela atmosfera pós-Segunda Guerra Mundial de busca pela paz, que representantes de alguns países (nomeadamente, França, Índia, México, Polônia, Reino Unido e

Estados Unidos) se debruçam sobre a redação do ato constitutivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em 1945³³.

Parece-nos que é com base nessa noção de interdependência, também, traduzida posteriormente em desdobramentos do sema “convivência”, como veremos, que se desenvolverá a ideia inicial de “cultura de paz” como pilar de uma “nova forma” de estar no mundo, num movimento que partiria dos atos individuais de cada pessoa até a agenda política dos países.

No que nos concerne aqui, a ONU e a UNESCO, como outras instituições, se caracterizam por seu papel como “produtoras de documentos”, que lhes confere um lugar privilegiado no poder ligado à produção e à distribuição dos discursos. Como afirma Krieg-Planque (2012, p.23),

[...] a produção de textos é constitutiva da Assembléia Nacional ou da ONU (mas também de uma comunidade ou de uma universidade) como instituições. A esse respeito, pode-se dizer “comunidades discursivas” para designar os grupos sociais que não existem de maneira independente da enunciação dos textos que produzem e distribuem segundo regras muitas vezes altamente codificadas.³⁴

Os textos que elas produzem são documentos destinados a circular, a serem retomados e utilizados como referência por atores sociais variados, representando a instituição (e aqueles que aderem ao seu discurso) aos olhos da sociedade; é possível imaginar, portanto, o alto grau de preparação e de constrições a que são submetidos, produtos da comunicação concebida como “conjunto de saberes e habilidades relativos à antecipação das práticas de retomada, de transformação e de reformulação dos enunciados e de seus conteúdos” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p.26). Pensamos, aqui, nas práticas profissionais de comunicação, que são constituintes do funcionamento da instituição e de seu estabelecimento (portanto, também, de suas práticas) como referente social no espaço público.

³³ Para Mattelart (2005), a recusa da união Soviética em participar desse grupo permite que a tese estadunidense do *free flow of information* prevaleça na interpretação da cláusula sobre a “livre circulação de ideias” e acabe sendo adotada também, por pressão da delegação norte-americana, na Conferência das Nações Unidas sobre a Liberdade da Informação em 1948 – a despeito da resistência de alguns membros quanto a projetos estadunidenses de estabelecimento de um sistema mundial de comunicação, que culmina, posteriormente, em acirrados debates no âmbito da UNESCO acerca da troca desigual dos fluxos de informação e de comunicação. Nesse momento se confirmaria “o desejo [norte-americano] de instrumentalizar o organismo para fins políticos”. (MATTELART, 2005, p.56)

³⁴ “[...] la production de textes est constitutive de l’Assemblée Nationale ou de l’ONU (mais aussi d’une commune ou d’une université) en tant qu’institutions. On peut parler à ce sujet de “communautés discursives”, pour désigner les groupes sociaux qui n’existent pas indépendamment de l’énonciation des textes qu’ils produisent et diffusent selon des normes souvent fortement codifiées” (KRIEG-PLANQUE, 2012, p.23, tradução nossa)

Essa questão é tratada no texto “Construction institutionnelle des discours : idéologies et pratiques dans une organisation supranationale” (DUCHENE, 2004), em que o pesquisador mostra, por meio da análise de atas de assembleias da ONU, como a maneira de escrever os documentos e transcrever as falas dos debates constroem uma “ideologia de objetividade” (“*idéologie d’objectivité*”) utilizando como recursos a homogeneização da linguagem, o apagamento dos atores políticos e a eliminação dos componentes emocionais do discurso. Segundo ele,

Trata-se de uma concepção objetivadora do pensamento e do sentido que se mostra fundamental para uma instituição burocrática que busca decidir de forma categórica sobre questões que emergem de perspectivas múltiplas e que são essencialmente polifônicas e heteroglóssicas (direitos das minorias, direitos do homem etc...)³⁵

Essa “ideologia de objetividade” é característica dos discursos institucionais na medida em que eles se situam no domínio do “mundo estabelecido”: tendo como locutores atores sociais os mais diversos e ocupando um lugar de destaque no espaço público, esses discursos têm como estratégia produzir um “efeito de transparência” (oposto à concepção da língua como constitutivamente opaca e polissêmica) e de consenso que facilitem sua aceitação, circulação e legitimação o mais largamente possível na sociedade.

É nessa mesma direção que Krieg-Planque e Oger (2010) estabelecem o princípio duplo de formação dos discursos de autoridade: a estabilização dos enunciados e o apagamento da conflitualidade.

O primeiro aspecto deriva de regularidades linguísticas que restringem o leque de enunciados possíveis que circulam no espaço público, tanto no nível lexical, por meio de slogans, cristalizações, co-ocorrências e, principalmente, de fórmulas (como, em nosso caso, “cultura de paz”, e também outros sintagmas formulaicos que a ela se associam, nutrindo sua carga semântica: desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, segurança pública etc.), quanto no nível textual, nos modos específicos e regrados de organização do discurso, nas modalidades de argumentação consideradas legítimas e nos formatos redacionais (tal como estudado por Duchêne, 2004) (KRIEG-PLANQUE; OGER, 2010, p.92).

³⁵ “[...] il s’agit d’une conception objectivisante de la pensée et du sens qui apparaît comme fondamentale pour une institution bureaucratique qui cherche à trancher sur des questions qui relèvent de perspectives multiples et qui essentiellement sont polyphoniques et hétéroglossiques (droits des minorités, droits de l’homme etc...)” (DUCHÊNE, 2004, p.113, tradução nossa)

O segundo, constitutivamente ligado ao anterior, deve-se a essa necessidade de produzir o consenso – onde inextricavelmente existem conflitos – em nome de um certo “universalismo” (KRIEG-PLANQUE; OGER, 2010; DUCHENE, 2004) que permita o máximo possível de adesão ao discurso da instituição.

A gênese do sintagma "cultura de paz" se dá, justamente, no imbricamento dos pontos estudados por esses autores: trata-se do resultado de um esforço coletivo na produção de documentos altamente institucionalizados emitidos por uma organização que funciona, essencialmente, como produtora de discursos de autoridade sobre os diversos assuntos que pautam a comunidade internacional.

Segundo a cartilha *Cultura de Paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009), sua primeira aparição acontece em 1989, na Congresso Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, realizado pela UNESCO em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, no documento que resultou do encontro: a “Declaração sobre a paz na mente dos homens” (CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE A PAZ NA MENTE DOS HOMENS, 1989; cf. anexos). Este, para Diskin (2009, p.19), é “um dos primeiros documentos internacionais a salientar a mudança conceitual da Paz e as implicações disso na formulação das agendas e prioridades dos governos”.

É no “Programa de paz” descrito nele que aparece a sequência “cultura de paz”, logo no primeiro tópico:

O Congresso convida os Estados, organizações intergovernamentais e não-governamentais, as comunidades científica, educacional e cultural do mundo e ainda todos os indivíduos a:

- **Ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma cultura de paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens.**

(CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE A PAZ NA MENTE DOS HOMENS, 1989, destaque nosso)

A partir de então, começaram a surgir iniciativas que adotaram o sintagma “Cultura de Paz” como lema de suas atividades. Os marcos internacionais que consideramos como mais importantes são:

- a) sua adoção pelo Programa da UNESCO, em 1995. Segundo a publicação *UNESCO and a Culture of Peace: promoting a global movement* (UNESCO, 1995, p.39³⁶), que traz o

³⁶ “non-violence and respect for human rights; intercultural understanding, tolerance and solidarity; sharing and

programa de ação de cultura de paz da entidade, os “princípios fundamentais de uma ‘cultura de paz’” seriam:

- não-violência e respeito pelos direitos humanos;
 - diversidade cultural, tolerância e solidariedade;
 - compartilhamento e livre fluxo de informações;
 - participação plena e empoderamento das mulheres.
- b) a proclamação do ano 2000 como “Ano Internacional por uma Cultura de Paz” e da década 2001-2010 como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” pela Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU (Resolução de 20 de novembro de 1997 e Resolução de 10 de novembro de 1998, respectivamente - cf. anexos);
- c) o lançamento do “Manifesto 2000”, elaborado por ganhadores do Prêmio Nobel da Paz³⁷, tendo como mote a frase “A Paz está em Nossas Mãos”.

A logomarca criada para o Manifesto 2000, também utilizada na campanha mundial do Ano Internacional por uma Cultura de Paz, parece ter contemplado esse lema. Segundo explicação do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, além de ser feita em “pigmentos naturais”, seguindo os princípios da ecologia, ela

simboliza a Cultura de Paz com duas mãos entrelaçadas, que significa encontro, confiança mútua e suporte mútuo. Ao mesmo tempo a mão simboliza a Terra, sendo cada continente representado por um dos dedos. (COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ, A logomarca)

free flow of information; full participation and empowerment of women.” (UNESCO, 1995, p.39, tradução nossa).

³⁷ Segundo o Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, o grupo era composto por Norman Borlaug, Adolfo Perez Esquivel, Michail Gorbatchev, Mairead Maguire, Rigoberta Menchu Tum, Shimon Peres, José Ramos Horta, Joseph Rotblat, David Trimble, Desmond Tutu, Elie Wiesel, Carlos F. Ximenes Belo, Nelson Mandela e Dalai Lama, e se encontrou em Paris por conta do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eles foram os primeiros signatários do Manifesto 2000. (COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ, MANIFESTO 2000).

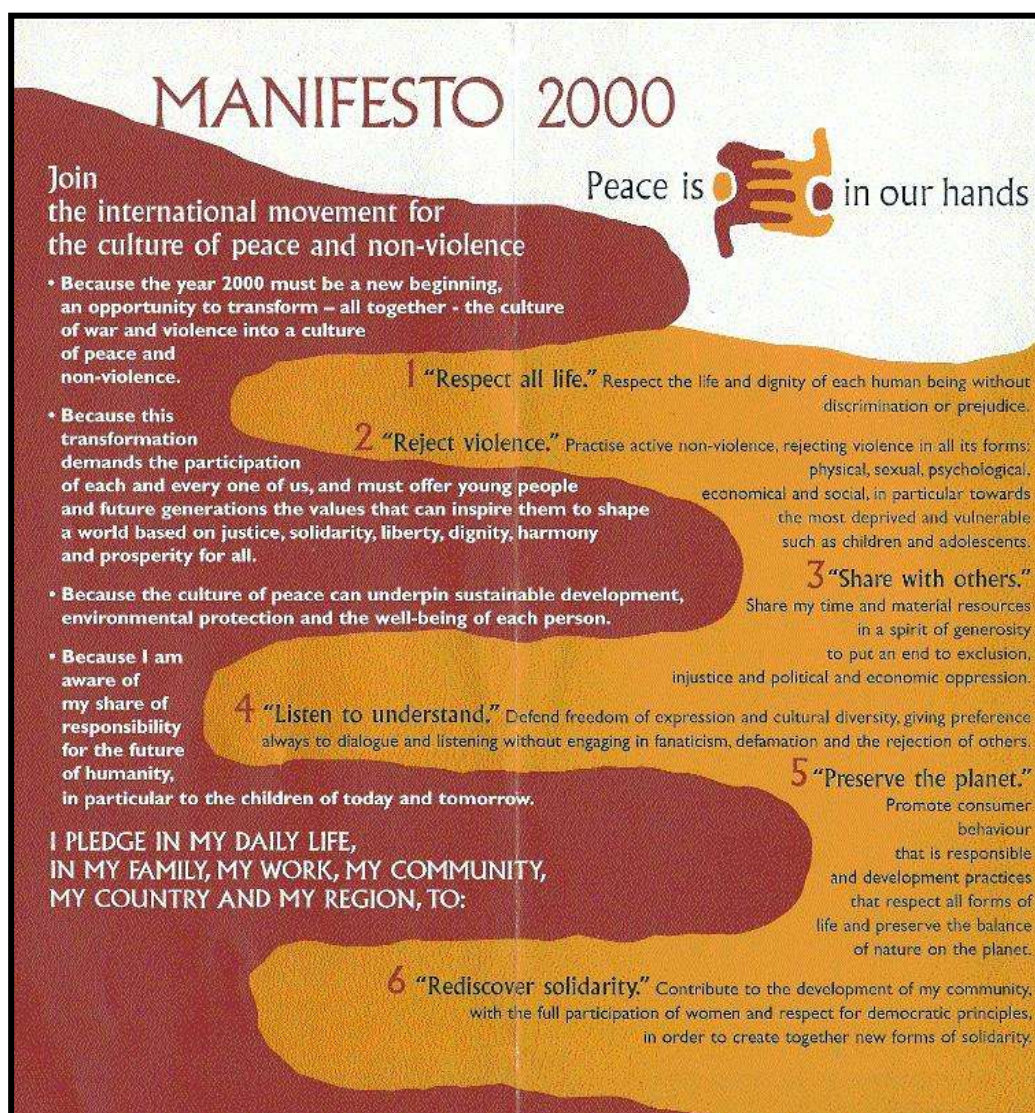


figura 2.2:2: panfleto do Manifesto 2000 (ADAMS, 2005c).

Nos seis princípios do Manifesto 2000 (UNESCO, 2000), a dimensão individual se impõe como determinante na construção de um mundo pacífico, aspecto que se manifestará, posteriormente, nos usos do sintagma “cultura de paz”:

- respeitar a vida;
- rejeitar a violência;
- ser generoso;
- ouvir para compreender;
- preservar o planeta;
- redescobrir a solidariedade.

Para Adams (2005), no entanto, como já citado, o significado de “cultura de paz” pode ser compreendido por meio da combinação de duas resoluções das Nações Unidas, o “Programa de Ação” e a “Resolução das Nações Unidas de 1998 sobre a Cultura de Paz”³⁸, a partir dos quais ele constrói uma definição baseada em oito premissas:

Uma cultura de paz é uma abordagem integral para prevenir a violência e os conflitos violentos, e uma alternativa à cultura da guerra e da violência, baseada na educação para a paz, na promoção da economia sustentável e do desenvolvimento social, no respeito pelos direitos humanos, na igualdade entre mulheres e homens, na participação democrática, na tolerância, no livre fluxo de informações e no desarmamento.³⁹

A gênese do sintagma “cultura de paz” teria se baseado, portanto, em uma oposição a “cultura da guerra e da violência”, que, como vimos, se radica nas práticas, nas técnicas e nos espaços. Mesmo sem o reconhecimento da União Europeia, o pesquisador disponibiliza em seu site os dois documentos, fazendo notar a grande diferença entre eles e utilizando a seguinte tabela para contrapor as diferentes áreas dos programas da “Cultura da Guerra e da Violência” e da “Cultura de Paz” (ADAMS, 2005a⁴⁰):

³⁸ O “Programa de Ação” de 1999 pode ser encontrado no site da Culture of Peace News Network (CPNN) (ONU, 1999b). A “Resolução de 1998 sobre a Cultura de Paz” está linkada no site do pesquisador (ADAMS, 2005), mas não leva diretamente ao documento, que não foi possível encontrar. No entanto, parece ser o mesmo da “Declaração para uma Cultura de Paz”, também disponível no site da CPNN (ONU, 1999a).

³⁹ “A culture of peace is an integral approach to preventing violence and violent conflicts, and an alternative to the culture of war and violence based on education for peace, the promotion of sustainable economic and social development, respect for human rights, equality between women and men, democratic participation, tolerance, the free flow of information and disarmament.” (ADAMS, 2005a, tradução nossa)

⁴⁰ O quadro original em inglês pode ser acessado no link indicado nas referências (ADAMS, 2005a).

CULTURA DA GUERRA E DA VIOLÊNCIA	CULTURA DA PAZ E DA NÃO-VIOLÊNCIA
Crença no poder baseado na força	Educação para uma cultura de paz
Ter um inimigo	Compreensão, tolerância e solidariedade
Governo autoritário	Participação democrática
Sigilo e propaganda	Livre fluxo de informações
Armamento	Desarmamento
Exploração das pessoas	Direitos Humanos
Exploração da natureza	Desenvolvimento sustentável
Dominação masculina	Igualdade entre homens e mulheres

tabela 1: as oito áreas programáticas da “Cultura da Guerra e da Violência” e da “Cultura da Paz e da Não-violência”.

Cabe notar que, embora David Adams coloque o *desarmamento* como ponto da “Cultura de Paz”, no Programa de Ação elaborado pela UNESCO (para o qual ele também colaborou) e no Programa da Década da Cultura de Paz, baseado naquele, este tópico é substituído por outro, *paz e segurança internacional*, sendo o desarmamento deixado como um dos vários subitens. Os oito eixos desses dois programas tornam-se, então:

1. Cultura de Paz através da educação;
2. economia sustentável e desenvolvimento social;
3. compromisso com todos os direitos humanos;
4. equidade entre os gêneros;
5. participação democrática;
6. compreensão, tolerância e solidariedade;
7. comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimento;
8. paz e segurança internacional.

Este oitavo ponto traz uma questão interessantíssima para o debate. Até então, não havia surgido a questão da *segurança* nos preenchimentos semânticos possíveis de “cultura de paz”, termo que também assume interpretações diversas. Segundo o próprio Adams (2005b), falando sobre o oitavo ponto do programa,

Talvez não haja lugar em que as ironias sejam mais evidentes do que aqui. São os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China, que detêm a maioria das armas nucleares e que fazem a maior parte das vendas de armamentos do mundo. Talvez a maior contradição seja que essas grandes potências dominem o Reino Unido, potencialmente nosso maior aliado para a transição até uma cultura de paz. Não é de admirar que tenha sido tão difícil conseguir apoio do Secretariado da ONU para a cultura de paz.⁴¹

Esse acontecimento não causa surpresa se pensarmos que todas as ações promovidas em prol da supostamente definida “cultura de paz” e suas prerrogativas seguem o fluxo da *mundialização*, tal como abordada por Mattelart (2005), isto é, no âmbito da comunicação e da cultura, que tem permitido, por exemplo, às (auto)eleitas “nações civilizadoras” estender globalmente seu poder e seu entendimento do que sejam essas premissas, fato que pode ser constatado visivelmente, por exemplo,

(...) nas novas práticas de intervenção territorial, que, em nome da *liberdade* e da *democracia*, transitarão pelo globo como forças expedicionárias que visam garantir o bom funcionamento local onde supostamente falham a *liberdade* e a *democracia* celebradas globalmente. (SALGADO; ANTAS JÚNIOR, 2011, p.262)

Mas essa questão é interessante por uma conjuntura mais ampla, ou seja, em termos discursivos, por ser parte de uma conjuntura que trata das diversas interpretações reivindicadas em cada ocorrência do sintagma “cultura de paz”.

Essas alterações nos documentos expõem, na gênese da fórmula, as disputas ideológicas que se dão na redação dos textos institucionais, na medida em que ela torna obrigatório o apagamento da conflitualidade, intrínseco a toda atividade humana, em nome da unidade do posicionamento institucional. Conforme Krieg-Planque (2012, p.41), “nas instituições, o discurso não exprime o consenso, ele se esforça para produzi-lo”⁴².

⁴¹ “Perhaps nowhere are the ironies more evident than here. It is the five permanent Member States of the Security Council, the United States, United Kingdom, France, Russia and China that hold most of the nuclear weapons and which make most of the sales of armaments in the world. The contradictions are many. On the one hand, in the case of nuclear weapons, the great powers emphasize non-proliferation in an attempt to maintain their “monopoly of terror” (given the history of Hiroshima and Nagasaki, how else should we characterize nuclear weapons?!). On the other hand, in the case of conventional weapons, they push proliferation to the point of bribing potential customers to purchase their weapons systems. Perhaps the greatest contradiction is that the great powers dominate the United Nations which is our greatest potential ally in a transition to a culture of peace. No wonder it has been so difficult to get support for the culture of peace from the UN secretariat.” (ADAMS, 2005b, tradução nossa)

⁴² “Dans les institutions, le discours n'exprime pas le consensus, il s'efforce de le produire” (KRIEG-PANQUE, 2012, p.41, tradução nossa).

Uma das dimensões da materialização desse apaziguamento se dá na criação de um código linguageiro associado a “cultura de paz”, como se pôde constatar nas ocorrências diversas que atestam a circulação do sintagma como fórmula discursiva no espaço público e na análise de objetos editoriais (cf. capítulos 3 e 4) que a ele se referem; dentre suas consequências, pode-se elencar a diversidade de práticas decorrentes das interpretações que esse linguajar possibilita e, numa via de mão dupla, os custos políticos decorrentes.

Esse funcionamento de “cultura de paz” como fórmula discursiva segundo a proposta de Krieg-Planque (2010) será discutido mais detidamente no capítulo que se segue.

III

Funcionamento do sintagma “cultura de paz” como *fórmula discursiva*

Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Ai, palavras, ai, palavras,
sois de vento, ides no vento,
no vento que não retorna,
e, em tão rápida existência,
tudo se forma e transforma!

[Cecília Meirelles, *Romance das palavras aéreas*]

Como vimos no capítulo anterior, nos primeiros documentos em que se mobiliza o sintagma "cultura de paz" "se pensa o objeto do pensamento" (recuperando PÊCHEUX, 1997, p.102-107), associando-o a nomes comuns conceituais como os ditos valores universais de "liberdade", "justiça", "tolerância", "segurança" etc⁴³. Podemos considerar que ocorrem ali os *textos primeiros (fontes)* (MAINGUENEAU, 2008, p.48-9) a respeito de "cultura de paz", "os discursos que supostamente produzem os conteúdos em sua 'pureza'".

Pouco a pouco, conforme surgem iniciativas que adotam "cultura de paz" como tema de suas atividades, esse sintagma nominal adquire o funcionamento do que Pêcheux estudou em determinado período de sua trajetória acadêmica como um *pré-construído* (PECHEUX, [1983] 1997): a expressão entra para o "universo das coisas" e ganha maior evidência no interdiscurso, adquirindo um sentido supostamente estável e compartilhado socialmente, e integrando o enunciado muitas vezes "*como se esse elemento já se encontrasse aí*"; tratava-se, para esse autor, da

(...) separação fundamental entre o pensamento e o objeto de pensamento, com a pré-existência deste último, marcado pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito. (PECHEUX, 1997, p.102)

Esse "impensado preexistente" está diretamente ligado à memória discursiva, retomada e reconstruída nos diversos enunciados a cada vez que fazem uso do termo em questão. Como Courtine (2009, p.104) afirma, recuperando Foucault, "toda formulação apresenta em seu 'domínio associado' outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega...", dependendo da formação discursiva em que se encontra. Isso reforça a postulação do "primado do interdiscurso" de Maingueneau (2008, p.31), segundo o qual existe uma "heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro".

Com o aumento da circulação desse *pré-construído* e o aprofundamento de sua heterogeneidade semântica, verificável na memória discursiva estabelecida pelo interdiscurso e acionada/construída pelos usos que se fazem dele, ele passa a uma categoria que materializa, em seus usos, um grau mais complexo de funcionamento discursivo: a "fórmula discursiva", conforme concebida por Alice Krieg-Planque (2010).

⁴³ Que consideramos aqui como "temas", "aquilo de que um discurso trata" (MAINGUENEAU, 2008, p.81).

Essa pesquisadora vem traçando uma trajetória de estudos que parte das Ciências da Informação e da Comunicação e busca, na Linguística, e mais particularmente na Análise do Discurso de tradição francesa, um suporte teórico-metodológico para a análise de fatos comunicacionais, com ênfase nos discursos midiáticos, políticos e institucionais.

Em sua tese de doutorado, *Émergence et emplois de la formule “purification ethnique” dans la presse française (1980-1994)* (KRIEG, 2000), Krieg-Planque estuda a circulação da fórmula “purificação étnica”, desdobrada também em outras variações sintagmáticas, como “limpeza étnica” e “depuração étnica”, nas mídias francesas e internacionais no período das guerras da ex-Iugoslávia. Essa pesquisa dá origem à obra *“Purification ethnique” : une formule et son histoire* (KRIEG-PLANQUE, 2003), que, segundo a autora,

[...] foi bem recebida tanto em análise do discurso, em lexicologia sociopolítica, em ciências da informação e da comunicação, em ciência política, em história contemporânea e imediata, em antropologia, em sociologia, quanto nos subcampos da pesquisa frequentemente marcados pela pluridisciplinaridade (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.10)

O interesse do meio acadêmico por sua análise se deve ao conceito *fórmula discursiva*, cuja definição objetiva, presente no primeiro capítulo de sua tese, ainda não havia sido objeto de publicação, e leva ao lançamento do livro em que esta pesquisa se baseia, *La notion de “formule” en analyse du discours: cadre théorique et méthodologique* (KRIEG-PLANQUE, 2009), logo traduzido no Brasil (KRIEG-PLANQUE, 2010).

O termo *fórmula discursiva* é recuperado a partir de trabalhos sobre o uso sociopolítico do léxico, com ênfase nas obras de Marianne Ebel e Pierre Fiala (1983), sobre as fórmulas “*Überfremdung*” (traduzida como “influência e superpopulação estrangeiras” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.51)) e “xenofobia”, e de Jean-Pierre Faye (1972), sobre a fórmula “Estado Total”. No entanto, a autora frisa que o uso que ela faz desse conceito não é exatamente um empréstimo, mas, antes, um *descolamento referencial*, uma vez que o próprio Faye o toma do discurso dos atores que estuda⁴⁴ (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.36-37).

⁴⁴ Segundo Ebel (*apud* Krieg-Planque, 2010, p.37), a noção de fórmula “[...] não sai pronta de uma teoria da linguagem; Faye a toma dos próprios materiais, dos textos, narrações e discursos que, desde 1929, esboçam os contornos de um novo tipo de estado. Ele a encontra em Carl Schmitt, que a chama ora de ‘fórmula’, ora de ‘conceito’, e também em Ernst Forsthoff: ‘Der totale Staat ist eine Formel’ [O Estado total é uma fórmula]”.

A noção de fórmula é definida como

um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público⁴⁵ (KRIEG-PLANQUE *in* MOTTA; SALGADO, 2011, p.12⁴⁶)

Esse “objeto” é descrito como uma sequência linguística que deve manifestar *quatro propriedades interdependentes* que podem ocorrer em diferentes graus de intensidade. É importante notar que essas *propriedades* são condições *sine qua non* para o funcionamento do sintagma linguístico como fórmula, sobrepondo-se a possíveis *características* específicas que cada fórmula possa vir a manifestar. São elas:

1. assumir um caráter cristalizado;
2. se inscrever em uma dimensão discursiva;
3. funcionar como um referente social;
4. comportar um aspecto polêmico.

3.1. o caráter cristalizado

O caráter cristalizado da fórmula diz respeito a ela se materializar em “uma forma significante relativamente estável” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.61), seja ela um sintagma básico ou um sintagma derivado⁴⁷. Essa sequência cristalizada é necessária para tornar possível tanto a circulação da fórmula quando o seu rastreamento pelo analista – o que não quer dizer que não possa condensar formas menos estáveis, na forma de paráfrases ou variantes dessa sequência mais cristalizada. Segundo a autora (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.71),

⁴⁵ A autora trabalha com a noção de espaço público enquanto local fundamentalmente midiático de projeção dos diversos aspectos da sociedade, “por meio do qual os atores compartilham seus pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer outras pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.114).

⁴⁶ Trata-se de uma definição publicada originalmente no livro *Purification ethnique: une formule et son histoire* (KRIEG-PLANQUE, 2003), que é um recorte da tese de doutorado da pesquisadora. Ela é retomada na entrevista “‘Fórmulas’ e ‘lugares discursivos’: propostas para a análise do discurso político”, traduzida por Sírio Possenti e Luciana Salazar Salgado no livro referido.

⁴⁷ Utilizamos aqui a classificação sintática de José Carlos de Azeredo na Gramática Houaiss (2011, p.146; 296). Segundo ele, sintagmas básicos são aqueles “formados por uma classe de palavra apta a constituir por si só o respectivo sintagma”, enquanto sintagmas derivados são “criados por meio de transposição”, processo em que um sintagma deriva de outra unidade – caso da “cultura de paz”.

é a concisão que permite à fórmula circular, no sentido material do termo, é ela que permite à sequência ser integrada a enunciados que a sustentam, a incluem, a retomam, a reforçam, a reiteram ou a recusam.

O caso do sintagma “cultura de paz” (com as variantes “cultura da paz”, “cultura para a paz”, menos utilizadas à época da coleta de dados⁴⁸), por exemplo, é de uma unidade lexical complexa que se cristalizou ao longo dos últimos vinte e três anos (desde seu surgimento em 1989), contando, por exemplo, com quase dois milhões de ocorrências na ferramenta de busca do Google em agosto de 2012⁴⁹ e constando em verbetes na Wikipédia⁵⁰ (embora ainda não nos dicionários tradicionais), tendo, portanto, uma forma identificável e possível de rastrear.

O lançamento da cartilha *Cultura de paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009) pelo SENAC comprova também essa cristalização, pois evidencia uma necessidade de “ensinar” o que significaria essa sequência linguística “cultura de paz” – mas que, devido ao caráter de heterogeneidade semântica da fórmula, acaba por extrapolar a rigidez conceitual típica de uma cartilha, como mostraremos no tópico 4.2.

No entanto, a estabilidade “relativa” da superfície linguística dá margem justamente a possíveis variações que a fórmula possa vir a incorporar nos usos que se fazem dela. Krieg-Planque (2003), por exemplo, encontra as formas significantes “depuração étnica” e “limpeza étnica” funcionando como alternativas à fórmula “purificação étnica”, com significados que podem ou não estar em conflito. No caso de “cultura de paz”, localizamos a variante “cultura da paz”, que tem sua origem na tradução do inglês “culture of peace” acrescida do artigo definido antes de paz, e “cultura para a paz”, que se mostrou como a menos produtiva em termos de quantidade de ocorrências no corpus.

⁴⁸ Contrastando com a busca da sequência “cultura de paz”, que teve 2,07 milhões de resultados no buscador do Google, “cultura da paz” contou com 864 mil e “cultura para a paz” com 87,5 mil ocorrências em pesquisa no dia 24 de agosto de 2012.

⁴⁹ Curiosamente, em maio de 2013 esse número era aproximadamente metade do encontrado nas buscas realizadas em 2012 (que obtiveram uma média de 2.300.000 ocorrências), e atualmente, em junho de 2014, caiu para 465 mil resultados, o que pode indicar uma possível diminuição da circulação dessa variante da fórmula, ao menos no meio digital.

⁵⁰ O verbete em português estava disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_de_paz> até nosso último acesso em 13 de agosto de 2012. Procurando-o recentemente, notamos que ele foi apagado e redirecionado para “pacifismo”, ali definido como “uma filosofia de oposição à guerra”. “O termo cobre um amplo espectro de pontos de vista, desde a preferência por meios não-militares para a solução de conflitos até à oposição total ao uso da violência, ou mesmo força, em qualquer circunstância”. Ainda existem outros dados sobre a cultura de paz, como o verbete sobre o Ano Internacional da Cultura de Paz (disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ano_Internacional_da_Cultura_da_Paz, último acesso em 20 de maio de 2013), o verbete sobre o Manifesto 2000 (disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_2000, último acesso em 20 de maio de 2013) e o verbete sobre a “cultura de cooperação” (disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_da_coopera%C3%A7%C3%A3o, último acesso em 20 de maio de 2013).

Além dessas variações, encontramos a associação de “cultura de paz” com o sintagma “paz e amor”, gerando a variante “cultura da paz e do amor [e não da guerra]”, que trataremos mais detidamente na seção sobre a dimensão polêmica da fórmula, e também com “cultura da cooperação”, da seguinte maneira, na Wikipédia⁵¹ (destaque nosso):

Cultura da cooperação é um termo novo e poucas são as citações encontradas tanto na literatura como na internet. O Sebrae de Minas Gerais trabalha com esta terminologia, utilizada pelos pesquisadores e praticantes dos jogos cooperativos. Para o Sebrae, a cultura da cooperação tem como objetivo facilitar o processo de desenvolvimento de um grupo para que ele alcance a capacidade de agir coletivamente, visando objetivos comuns, baseados nos princípios da cooperação entre os participantes. Definem o conceito desta forma: “Cultura da cooperação é resultado de um fazer humano pautado no diálogo das diferenças. Um diálogo que se dá numa relação de interdependência visando, invariavelmente, o bem coletivo, onde diferentes atores, em lugares diferentes, em interação, complementando-se, sem se opor ou se mesclar, experimentam o desafio de serem autônomos na ação e interdependentes na missão.” (...) **Vemos que a cultura da cooperação está intimamente ligada à cultura de paz, visto uma não viver sem a outra.**

Nesse caso, ocorre não só uma sequência linguística de estrutura próxima de “cultura de paz”, mas também a própria citação dessa fórmula como um referente social para o estabelecimento do novo termo.

3.2. a dimensão discursiva

A segunda propriedade da fórmula, a *dimensão discursiva*, deve-se ao fato de ela ser uma materialidade linguística que “não existe sem os usos que a tornam uma fórmula” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.81). Dessa maneira, nenhum sintagma verbal está destinado a ser formulaico, sendo necessária a análise de sua circulação em um determinado recorte temporal para se verificar se alcança essa condição.

Cabe notar que a sequência pode tanto surgir já com o status de fórmula, como é o caso de “cultura de paz”, quanto desenvolver esse caráter em meio a sua trajetória, devido a algum uso particular (ou uma série de usos), como ocorre na maioria das vezes (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.82). A pesquisadora mostra como exemplo desse acontecimento o sintagma “sem-documento” (“sans-papiers”), que, segundo ela, parece ter se tornado uma fórmula na segunda metade de 1996, quando

⁵¹ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_da_coopera%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 23 de maio de 2013.

ocorreu “o caso dos sem-documento da igreja Saint-Bernard” e passou a ter uma aparição expressiva no espaço público⁵² (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.85).

A potencialidade do sintagma “cultura de paz” como fórmula discursiva deve-se, em primeiro lugar, ao próprio campo discursivo em que surge, tendo sido cunhado em documentos institucionais com um poder elevado de irradiância, como vimos. Em segundo lugar, ao fato de ser constituído pela aglutinação de dois substantivos que, diferentemente, por exemplo, de “árvore” ou “lápis”, não têm referentes diretos no mundo real, de modo que seu significado passa, necessariamente, por construções discursivas. Soma-se a isso o grande número e, ao mesmo tempo, a opacidade dos *temas* aos quais ele se associa já em sua gênese, fazendo com que ele esteja, necessariamente, sujeito às disputas pelos sentidos atribuídos ao que seriam, por exemplo, a “sustentabilidade”, o “desenvolvimento social”, o “livre fluxo de informações” para os diversos posicionamentos discursivos. É o que fica evidente quando, ao passar para o Programa de Ação da UNESCO, o “desarmamento”, que estava entre os oito temas definidos por David Adams (2005a), seja substituído por “paz e segurança internacional”, o que abre espaço para as diversas reivindicações discursivas do que sejam essa “paz” e essa “segurança” (militarizadas, desarmadas, etc.).

Esse funcionamento discursivo ficará ainda mais evidente quando tratarmos da polêmica inerente à condição de fórmula.

3.3. o funcionamento como *referente social*

O funcionamento como um *referente social*, terceira condição para que um sintagma cristalizado seja classificado como fórmula, deve-se, segundo Pierre Fiala e Marianne Ebel (citados por Krieg-Planque em MOTTA; SALGADO, 2011, p.18), ao fato de que

(...) surgem fórmulas na linguagem em relação às quais o conjunto de forças sociais e o conjunto dos locutores são obrigados a tomar posições, a defini-las, a combatê-las ou a aprová-las, mas, em qualquer caso, a fazê-las circular de uma maneira ou de outra.

⁵² Nesse caso, a sequência “sem documento” (“sans-papiers”), que já existia no interdiscurso, torna-se representativa de disputas no espaço público quando passa a funcionar como substituta do termo “clandestinos” (“clandestins”), ressignificando, assim, a própria condição dos atores sociais aos quais dava nome.

Em outras palavras, isso acontece quando a sequência torna-se presença obrigatória para além dos contextos sociais em que surge, transcendendo o lugar discursivo de origem e podendo, inclusive, “(...) funcionar como índice de reconhecimento que permite 'estigmatizar' – positivamente ou negativamente – seus usuários” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.74). É exatamente o que Bonnafous (*apud* KRIEG-PLANQUE, 2010, p.25-6) expressa ao dizer que a “palavra” “torna-se um *slogan*”, “uma palavra de ordem”.

A instauração e a mobilização de uma fórmula está diretamente ligada, então, à definição proposta por Krieg-Planque (2009, p.14) para a *comunicação* no âmbito dos discursos institucionais de que já lançamos mão, que tem como foco o “conjunto de saberes e habilidades relativos à antecipação das práticas de retomada, de transformação e de reformulação dos enunciados e de seus conteúdos”. Assim como no caso de pequenas frases e *slogans*, para que a transformação do sintagma em um *referente social* possa ocorrer, a fórmula deve ser constituída por uma estrutura linguística pregnante, que favoreça sua circulação e a constituição de uma memória discursiva. Não é casual que boa parte das potenciais fórmulas sejam constituídas por sintagmas complexos, cadenciados e, como notamos, geralmente compostos por um determinante e um determinado, que potencializam a possibilidade da instauração de uma polêmica discursiva pela interpretação da “qualidade” atribuída ao núcleo da sequência (como, por exemplo, o que seja “desenvolvimento sustentável”, ou “cultura de paz”).

Um indício forte desse acontecimento e do funcionamento como um *referente social* no caso da fórmula em questão é sua extensa adoção por Universidades, Associações e ONGs, além de sua presença em regras de concursos e em instâncias legislativas, muitas vezes devido ao reconhecimento e à visibilidade que seu uso confere às instituições – já que atitudes que se encaixariam perfeitamente dentro das concepções da “cultura de paz” tal como delineadas por Adams (2005) e citadas anteriormente, muitas vezes não são vistas e reconhecidas como tal, se não utilizarem explicitamente essa denominação.

É o caso, por exemplo, da seção “Saber o sabor da experiência” da Cartilha *Cultura de Paz: Redes de Convivência* (DISKIN, 2009, p.30). Os dez projetos que foram selecionados para representar didaticamente (trata-se de uma cartilha) algumas das “ações em prol da cultura de paz” não tiveram necessariamente o desenvolvimento de suas atividades avaliado, como mencionamos no caso do norteamento político da Secretaria Municipal de Saúde, mas a presença de “cultura de paz” entre seus objetivos como fator primeiro de avaliação.



figura 3.3:1: “cultura de paz” como índice de reconhecimento na *Cartilha Cultura de Paz: redes de convivência*⁵³

O fato de a fórmula se tornar “passagem obrigatória” nos discursos se materializa também no âmbito legislativo com a mobilização de “cultura de paz” em projetos de lei, requerimentos e sugestões, refletindo a importância e ao mesmo tempo a diversidade que ela assume no espaço público, passando pelas áreas da educação, da religião e do “bem-estar”, como podemos ver nas ementas a seguir:

PL 1477/2011 – trata da “disseminação da ‘cultura de paz’ no ambiente escolar”, por meio de adição de um parágrafo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (PL 1477/2011):

⁵³ Diskin (2009, p.30, ênfase nossa em vermelho).

Art. 1º. O art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo único:

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino deverão atuar para disseminar o respeito, a solidariedade e a resolução pacífica de conflitos no ambiente escolar, promovendo ações educativas transdisciplinares orientadas para **a construção de uma cultura de paz**.

REQ 126/2011 – “Requer a realização pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em parceria com a Frente Parlamentar da Educação, de Seminário Internacional sobre Meditação Transcendental na Educação, que procurará divulgar os benefícios que essa prática traz para a melhoria do rendimento escolar e para a **criação de uma cultura de paz** nas escolas e no meio social.”

INC 5417-2009 – “Sugere ao Ministro da Educação a implantação de projeto para alunos na faixa de seis a oito anos de idade. Explicação: Projeto em todas as escolas públicas para alunos na faixa de seis a oito anos de idade, **objetivando instalar uma cultura de paz** nas escolas.”

A desestruturação da família é uma das principais razões para ocorrência de episódios violentos no ambiente escolar. Quando as brincadeiras se transformam em brigas entre colegas é hora de a escola canalizar as energias das crianças e, dessa forma, evitar criar espaço para violência em sala de aula.

A exemplo do que está sendo desenvolvido na Escola Classe 403 Norte, Brasília (DF), onde **o recreio é utilizado como aula de relaxamento** e tem por finalidade promover a participação no processo de aprendizagem e na luta contra a violência. Com base no exposto, solicitamos providências no sentido de incentivar a implantação do projeto em todas as escolas públicas para alunos na faixa de seis a oito anos de idade, **objetivando instalar uma cultura de paz** nas escolas.

PL 5612/2009 - “inclusão da disciplina ‘**CULTURA DE PAZ**’, no currículo das escolas de Educação Básica, Profissional e de Ensino Superior, como matéria obrigatória”:

§ 1º A disciplina “**CULTURA DE PAZ**” terá como objetivo primordial a **construção de uma genuína cultura de aceitação da diversidade, de tolerância com as diferenças, de compreensão, compaixão e de solidariedade entre os seres humanos**.

§ 2º O conteúdo programático da disciplina a que se refere o “caput” deste artigo deverá ser organizado de modo a introduzir o estudo gradual e sistemático dos fatores intervenientes no processo de **construção da paz**, tais como o estudo das emoções e dos sentimentos, dos conflitos e das suas formas de solução.

SUG 119/2008 CLP – “Sugere a realização de uma Semana por ocasião do centenário da Umbanda no Brasil. Constam da programação a realização de Sessão Solene 'Homenagem à Matriz Religiosa Brasileira; de um **Seminário 'Matriz Religiosa Brasileira: Espiritualidade, Diversidade e Cultura de Paz'**; e de uma exposição 'Centenário da Matriz Religiosa Brasileira: Por Dentro do seu Imaginário'.”

PL 4228/2004 - “Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para **promoção da cultura de paz** e dá outras providências. NOVA EMENTA: Dispõe

sobre as diretrizes gerais da política pública **para promoção da cultura de paz** e dá outras providências - Estatuto da Paz.”

PL 759/2006 – “**Institui o Dia Nacional da Cultura de Paz** nas escolas públicas e privadas, e dá outras providências. Explicação: A ser comemorado no dia 9 (nove) de agosto de cada ano.”

(BRASIL, 2013, destaques nossos nas ocorrências)

Assim como no caso do estudo do “desenvolvimento sustentável” por Krieg-Planque (2010), aqui fica evidente a debilidade jurídica de “cultura de paz” enquanto noção aplicada em leis e, por outro lado, sua importância política enquanto legitimadora de práticas.

Outro índice do funcionamento de “cultura de paz” como índice de reconhecimento social é o fato de instituições a utilizarem como *slogan*, como a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação da Prefeitura de São Paulo, que estabeleceu “cultura de paz” como “política pública deste governo”, ação divulgada por meio do mote “Cultura de Paz: passe esta bola para frente!”⁵⁴.

Na mesma forma de funcionamento, pudemos atestar a fórmula em faixa afixada no Estádio do Pacaembu no dia 7 de junho de 2011, durante o jogo de despedida do jogador Ronaldinho, acompanhada, em faixa idêntica ao lado, pelo brasão da Prefeitura de São Paulo e pelo dizer: “Segurança que a gente vê”:



⁵⁴ SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/cultura_de_paz/index.php?p=8588. Último acesso em 1 de agosto de 2011.



figura 3.3:2: slogan da Prefeitura de São Paulo em jogo de despedida do Ronaldinho, 7 de junho de 2011⁵⁵

Aqui temos um exemplo claro do extrapolamento da fórmula para além da conjuntura de sua gênese. De convenções e acordos entre os países, a fórmula passa a circular no espaço público como algo “positivo” a que se quer atrelar o nome da instituição. Nesse caso específico, o entendimento que se evidencia no uso de “cultura de paz” está ligado diretamente às questões de violência entre as torcidas nos estádios e ao policiamento intensivo, abonado pelo Estado, que garantiria a “segurança” em grandes jogos⁵⁶.

No rol de enunciados que colocam “cultura de paz” como algo a ser realizado, promovido, disseminado, encontramos a seguinte postagem na página de Facebook de uma associação de surfistas que “busca empoderar os surfistas para a atuação em causas públicas, proteção das praias, ondas, rios e oceanos”:

⁵⁵ Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y4u3VP_T8nk. Último acesso em 27 de maio de 2013.

⁵⁶ Esse uso da fórmula nos chama a atenção também devido a outros fatos amplamente divulgados, como desapropriações e reintegrações de posse na Região Metropolitana de São Paulo e denúncias de abusos da Polícia Militar da cidade no decorrer do ano de 2011.



figura 3.3.3: página de Facebook da ONG Ecosurfi: “entre nessa onda: surf pela cultura de paz”⁵⁷

Nesse cartum se condensam as condições de produção da fórmula, materializadas na imagem do tanque de guerra, seu espraio semântico, que perpassa a prática de esporte (o “surf”), a ideia de que mudanças desejadas só acontecem por meio da ação dos indivíduos, correntemente atrelada a “cultura de paz” (ilustrada nas pessoas que se “manifestam”) e os símbolos que historicamente foram associados a “paz” (as pombas brancas, que guiam a “crista da onda”, e o símbolo adotado pelo movimento hippie na década de 1960).

Por fim, como uma indicação bastante contundente de sua condição de referente social, “cultura de paz” aparece efetivamente como “remédio” para os males da (falta de) segurança e da relação entre as pessoas, remetendo-nos a Krieg-Planque (2010, p.26) nos termos que utilizamos como epígrafe da “apresentação do problema”:

Impulsionada por um evento, uma palavra se impõe. E se impõe a todos como um remédio [...]. Ela simboliza uma solução. Mas, paralelamente a essa retomada massiva na superfície dos enunciados, a palavra vê seu sentido se dispersar. (KRIEG-PANQUE, 2010, p.26)

⁵⁷ Disponível em:

<https://www.facebook.com/ecosurficial/photos/a.209649595732336.58186.209308629099766/504640946233198/?type=1&theater>. Último acesso em 14 de março de 2014.

Jornal de Londrina | Assine agora | Clube Gazeta do Povo | Entrar (login) | Crie sua conta grátis

GAZETA DO POVO | CAPA | VIDA E CIDADANIA | VIDA PÚBLICA | ECONOMIA | MUNDO | ESPORTES | CADerno G | OPINIÃO | + Seções | **GUIA** | **classificados**

Paz Tem Voz

CAMPANHA

Walter Alves/ Gazeta do Povo



Peça de teatro do Mulheres da Paz, em São José dos Pinhais, na última quinta-feira: grupo fortalece laços na comunidade para reverter quadro de violência

» MOBILIZAÇÃO

Cultura da paz é o remédio

Especialistas afirmam que fortalecimento da amizade entre vizinhos faz diferença quando o assunto é segurança pública

15/12/2011 | 00:04 | DIEGO RIBEIRO

Recomendar 0 | Tweetar 0 | 8+1 3 | Comentários (0)

MAIS LIDAS | ÚLTIMAS

- 11h39 | Pai morre e filha é ferida por atirador no Capão Raso
- 11h33 | Pastor de igreja protestante na China é condenado a 12 anos de prisão
- 11h12 | Exército Livre Sírio pede armamento para combater avanço jihadista
- 10h59 | Duas últimas vagas para as semifinais em jogo; acompanhe as informações
- 10h43 | Quatro crianças morrem em incêndio na Filadélfia

» ver mais ÚLTIMAS

figura 3.3:4: “Cultura da paz é o remédio”, notícia sobre a influência da amizade entre vizinhos na segurança pública (Gazeta do Povo)⁵⁸

A possibilidade de outra realidade é projetada nas crianças vestidas de "flores" multicoloridas, que dialoga com a ação de "cultivar a paz", que também constatamos em outras ocorrências (cf. contextos imagéticos da fórmula no capítulo 5).

3.4. o caráter polêmico

Tudo isso nos leva ao *caráter polêmico* da fórmula, que está intimamente ligado à propriedade anterior (e também às demais) pelo fato de a expressão constituir “um suposto

⁵⁸ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1204490>. Último acesso em 02 de julho de 2014.

denominador comum”, mas comportar diversos sentidos, reivindicados por institucionalidades distintas. É a “generalização do termo” acompanhada de “uma semantização bastante heterogênea”, nas palavras de Bonnaïfous (*apud* KRIEG-PLANQUE, 2010, p.25).

A leitura de nosso *cópus*, como já adiantamos em outro momento, nos levou a perceber que a relação estabelecida entre os diferentes usos de “cultura de paz” é, em sua grande maioria, de aliança e polissemia, e não de disputa direta e polêmica. As diversas interpretações de “cultura de paz” mostraram uma regularidade em torno do sema central da “convivência”, que se materializa nos diferentes *campos discursivos* de formas variadas: convivência entre as pessoas (programas locais de desenvolvimento social / “segurança” / “direitos humanos” / “perdão”), convivência com a natureza (“sustentabilidade”, direitos animais), convivência com você mesmo (autoajuda, horóscopos), convivência entre as religiões (“tolerância religiosa”), convivência entre os países (“segurança internacional”), e mesmo convivência entre parceiros sexuais (“sexo seguro” / “cultura da paz e do amor”).



figura 3.4:1: materialização do sema “convivência” em campos discursivos diversos

A imagem das mãos unidas, recorrentemente convocada nos lugares em que a fórmula aparece, materializa também esse sema, metonimizando a união das pessoas por meio da relação de

contiguidade estabelecida entre essa parte do corpo humano e o conjunto de pessoas que se propõem a "promover cultura de paz"⁵⁹.

Por vezes, o próprio substantivo "convivência" co-ocorre com a fórmula, sem especificá-la, no entanto, pela própria transitividade herdada do verbo de que deriva: convive-se *com* alguém ou *com* alguma coisa. Dois exemplos significativos dessa aproximação se dão, por exemplo, na cartilha *Cultura de paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009), e no Instituto Pólis, ponto de cultura que se auto-intitula "Pontão de Convivência e Cultura de Paz".

A relação de polêmica não se estabelece, portanto, de forma expressiva *entre* as mobilizações do sintagma, mas, como mostramos no capítulo 2, *nas condições de produção dos discursos* "de paz", que se põem como necessários frente às práticas cotidianas "de guerra e de violência".

convivência entre pessoas: cultura de paz e segurança

Desde a gênese do sintagma "cultura de paz", viu-se uma conexão do discurso de "paz" com o de "segurança", que dá margem a interpretações diversas. Esse entrecruzamento discursivo se manifesta em diversas ocorrências da fórmula:

⁵⁹ Retomamos, aqui, o mote do Manifesto 2000, já exposto na gênese do sintagma: "A paz está em nossas mãos".



figura 3.4:2: eixo “Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz” do Programa Cidades Sustentáveis⁶⁰



figura 3.4:3: matéria sobre o programa federal “Brasil diz não à violência – Plano Nacional de Segurança Pública”, realizado entre os anos 2000 a 2003 (ESP)⁶¹.

⁶⁰ Segundo o site, “O Programa Cidades Sustentáveis oferece aos gestores públicos uma agenda completa de sustentabilidade urbana, um conjunto de indicadores associados a esta agenda e um banco de práticas com casos exemplares nacionais e internacionais como referências a serem perseguidas pelos municípios. O objetivo é sensibilizar e mobilizar as cidades brasileiras para que se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável.” Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/apresentacao>. Último acesso em 25 de maio de 2013.

⁶¹ Teixeira, Ariosto. Plano do governo lançará ofensiva ao tráfico. O Estado de S. Paulo, 1 de junho de 2000. Política, Segurança, A5 (destaque em vermelho feito pela autora).

No primeiro caso, vemos, pelo título, que “cultura de paz” se dissocia dos pilares de sua definição inicial, sendo colocado também como um “valor”, tal como “equidade” e “justiça social”, a ser seguido nos eixos do Programa Cidades Sustentáveis (não os englobando, portanto, como na definição proposta por Adams, 2005). Enquanto “equidade” e “justiça social” se manifestam nas ações de outros tópicos, “cultura de paz” é vinculada à “segurança da comunidade”.

No segundo caso, “cultura de paz” é citada pela matéria de *O Estado de S. Paulo* como parte dos capítulos 3 e 4 do programa “Brasil diz não à violência – Plano Nacional de Segurança Pública”, que propõe, dentre outras medidas, “a capacitação, o aperfeiçoamento e o reaparelhamento das polícias federal e estaduais”, “a melhoria do sistema penitenciário e a criação de 46.219 novas vagas no sistema prisional com a construção de penitenciárias (...)” e a “criação de um sistema de inteligência denominado Sistema de Informações de Conflitos Agrários (SICA)”⁶².

Ambos os casos são materializações das condições de produção da fórmula, que se liga às questões de “violência” e, conseqüentemente, de “segurança”.

convivência com a natureza: cultura de paz, desenvolvimento sustentável e direitos animais

A fórmula “cultura de paz” também é mobilizada no campo dos direitos animais como argumento de autoridade no discurso em oposição à violência das indústrias de alimentos, de lazer e de roupas, como podemos ver em diversas manifestações de entidades protetoras dos animais:

⁶² Teixeira, Ariosto. Plano do governo lançará ofensiva ao tráfico. *O Estado de S. Paulo*, 1 de junho de 2000. Política, Segurança, A5.

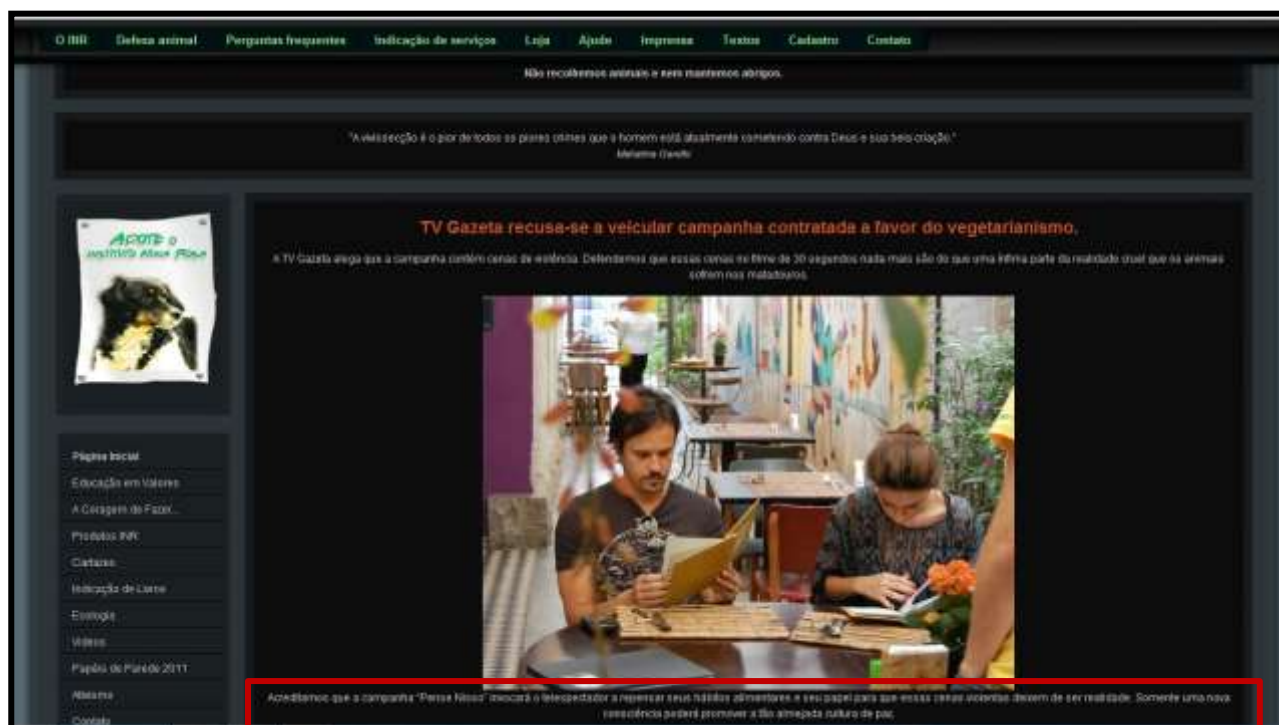


figura 3.4:4: página do site do Instituto Nina Rosa (INR).⁶³

No dado acima, temos uma notícia do site do Instituto Nina Rosa sobre a negativa da TV Gazeta ao pedido de veiculação da campanha “Pense nisso” devido à presença de cenas de violência. No enunciado que destacamos em vermelho, o instituto se justifica:

Acreditamos que a campanha “Pense Nisso” invocará o telespectador a repensar seus hábitos alimentares e seu papel para que essas cenas violentas deixem de ser realidade. Somente uma nova consciência poderá promover **a tão almejada cultura de paz.** (destaque nosso)

Esse uso também se manifesta em carta de repúdio do instituto enviada aos “patrocinadores e artistas que participaram do Rodeio de Barretos”⁶⁴:

⁶³ Disponível em: <http://www.institutoninarosa.org.br/component/content/article/424>. Último acesso em 20 de março de 2012 (destaque em vermelho feito pela autora).

⁶⁴ Texto integral disponível em: <http://germinar-loja.blogspot.com.br/2011/09/instituto-nina-rosa-cultura-de-paz.html>. Destaque nosso. Último acesso em 16 de junho de 2012.

Senhores,

Concordamos que empresas devem incentivar eventos culturais, porém de **uma cultura de paz**. Se ainda alguém duvidava que os rodeios com animais são espetáculos recheados de crueldade, esta edição de Barretos comprovou os maus-tratos, que há anos vêm sendo apontados por pessoas mais bem informadas.

(...)

O mundo clama por paz. Para podermos ser responsáveis socialmente, não devemos caminhar na direção oposta. (...)

Além do Instituto Nina Rosa, outras entidades também têm citado “cultura de paz” como parte de sua “missão”, como se vê, por exemplo, na página do Facebook da União Libertária Animal (ULA), que se propõe a “elaborar material e ações educativas que promovam os Direitos Animais e a cultura de paz”.

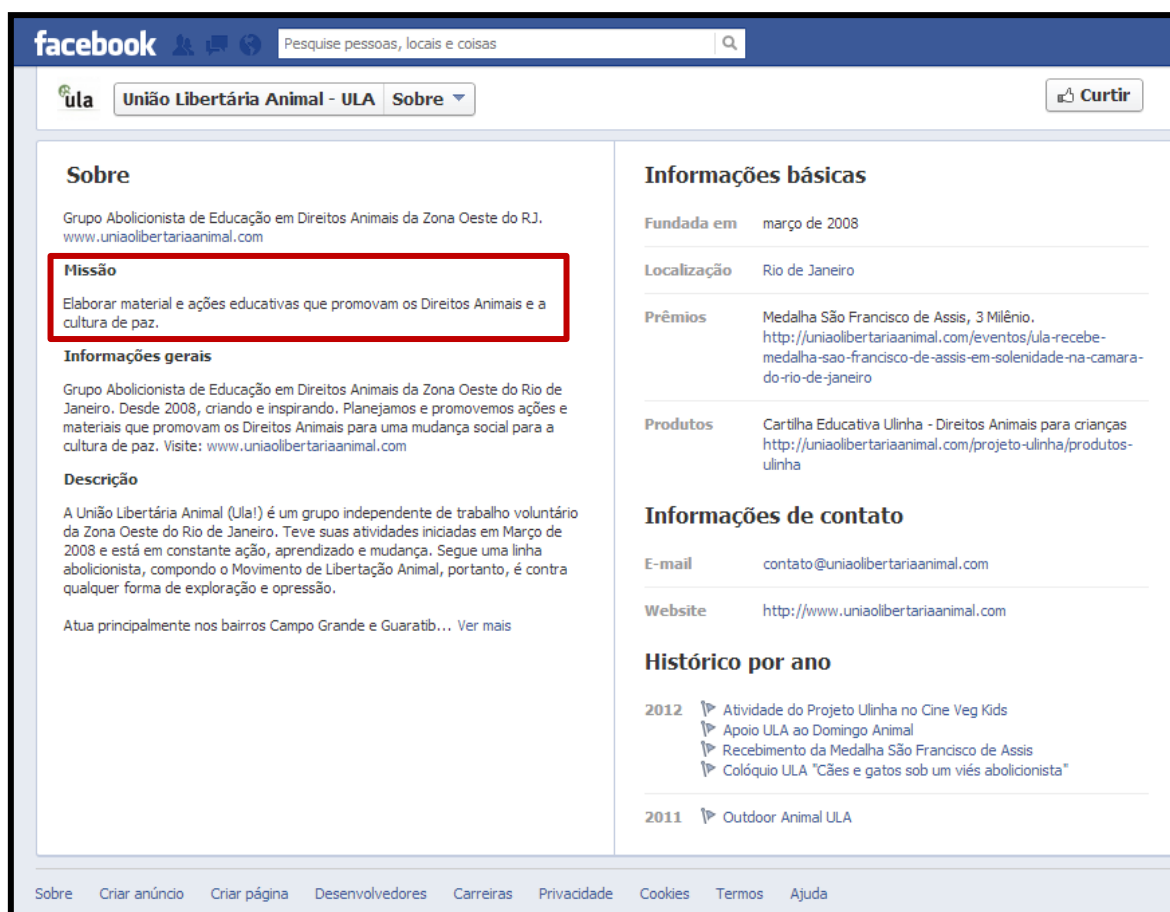


figura 3.4:5: direitos animais e "cultura de paz": Facebook da União Libertária Animal (ULA)⁶⁵.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.facebook.com/GrupoUla/info>. Último acesso em 15 de fevereiro de 2013 (destaque

convivência consigo mesmo: cultura de paz, autoajuda e horóscopos

Em um campo discursivo bastante diferente, encontramos a seguinte ocorrência da variante “cultura da paz”:



figura 3.4:6: página inicial do site “Omnisciência: livraria da cultura da paz”⁶⁶

Neste caso, “cultura da paz” se vincula ao discurso da auto-ajuda em suas diversas formas, como se pode ver nas áreas das publicações (destacadamente: “autoconhecimento”, “equilíbrio no trabalho”, “harmonia em família”), retomando o discurso correntemente atrelado à ideia de “paz interior”.

Esse discurso é retomado em ocorrências encontradas no horóscopo do Caderno 2 do jornal *O Estado de S.Paulo*, dispostas a seguir:

em vermelho feito pela autora).

⁶⁶ Disponível em: <http://www.omnisciencia.com.br/>. Último acesso em 3 de junho de 2013.

 **LEÃO** 22-7 a 22-8
É louvável buscar instaurar uma cultura de paz aqui na Terra, mas seria ingênuo demais prescindir dos conflitos, pois se isso fosse possível, aqui e agora todo mundo teria de abrir mão de suas exigências. Seria isso possível?

 **TOURO** 21-4 a 20-5
A cultura de paz e sossego que você adoraria contemplar dia a dia aqui na Terra nunca começará a partir das instituições que, teoricamente, deveriam proteger sua presença. Essa cultura terá de começar no centro de seu próprio coração.

figura 3.4:7: ocorrências de “cultura de paz” em horóscopo (ESP)⁶⁷

No entanto, encontramos também duas ocorrências que escapam ao lugar-comum desse gênero textual, esbarrando em questões abordadas na definição “autorizada” de “cultura de paz”, como a não-violência, a educação e as políticas governamentais, materializando o caráter transgenérico da fórmula:

QUIROGA ASTRAL

Hora de parar o mundo

 **GÊMEOS**
21/5 a 20/6

Você se perde no labirinto criado pelos seus próprios pensamentos, e a única maneira de sair dele é aprendendo a pensar melhor. Em pensamentos você se perde, em pensamentos você terá de se encontrar e salvar.

 **SAGITÁRIO**
22/11 a 21/12

Temer o fim das coisas é também temer que elas mudem. Para que viver assim? Viver com medo é uma experiência comum entre os humanos, porém a normalidade não a torna boa. Enfrente o fim e transforme sua vida.

No céu de novembro, Marte e Urano estão em trígono e a Lua é cheia em Gêmeos. Aqui na Terra, nossa humanidade terá de tomar a drástica decisão de “parar o mundo” e instaurar uma nova cultura, a da paz. Essa cultura da paz não advirá de um estado tão fortemente armado e violento que instaure paz por ninguém superar seu poder militar. Isso não é paz, isso é a hipócrita “paz romana”. A cultura da paz não radica em defender-se da violência, mas num amplo e profundo processo de educação para que nossa humanidade reconheça quanto ela é capaz de viver e ser feliz sem depender de governos, dinheiro, guerra ou máquinas. Parece utópico demais? Contudo, a verdadeira utopia é a que hoje chamamos de cultura, onde os cidadãos vivem esperando que um governo os conduza à prosperidade como se fossem um rebanho obediente.

 **CÂNCER**
21/6 a 21/7

Enfrentar o turbilhão dos acontecimentos é imprescindível. Esta é a hora em que esconder a cabeça num buraco não será suficiente para se livrar da responsabilidade de enfrentar os acontecimentos. Cumpra sua parte.

 **CAPRICÓRNIO**
22/12 a 20/1

Em sua mente você cultivou e armazenou infindáveis pensamentos sobre como transformaria sua vida, pondo fim a diversos relacionamentos e situações que incomodam. Chegou a hora de pôr em prática tudo isso.

figura 3.4:8: ocorrência de “cultura da paz” em texto central de horóscopo (ESP)⁶⁸

⁶⁷ QUIROGA. Astral. *O Estado de S.Paulo*. Caderno 2, Quiroga, D6. As ocorrências, da esquerda para a direita, são das datas 25 de outubro de 2005 e 31 de outubro de 2005.

ASTRAL

A infâmia



rio abando-
culosamen-
eles se ba-
ão nos sen-
o com sen-
o que esti-
les.



as claras e
não conti-
as na men-
o oferece
pizas com
reocupar-
L.

No céu de novembro, Vênus retoma seu movimento natural e a Lua começa a minguar em Gêmeos.

Aqui na Terra, a guerra é realidade cotidiana e a paz, um espectro que ronda o coração de nossa humanidade, inundando-a de saudade de um mundo que parece impossível realizar.

Chegou a hora de nossa humanidade “parar o mundo” e simplesmente assumir a coragem de enfrentar o medo das mudanças, decidindo criar a cultura de paz que ainda é mero espectro da imaginação. Utopia é pensar que a mudança se operará com um novo governo.

Nossa humanidade nunca será feliz dependendo de governos, dinheiro, guerras ou máquinas para seu bem-estar. A infâmia travestida de verdade considera utopia a cultura da paz, fazendo com que nossa humanidade engula sem questionar outra utopia do tamanho do mundo que, violento, se gaba de moderno e sofisticado.

CÂNCER
21/6 a 21/7

As coisas deve
mudar, você d
ve mudá-las.
vai mudar sozi
é feito de pes
uma delas, a n
te de todas no
to a seu desti
no centro do la

CAPRICÓRN
22/12 a 20/1

O amor é um
moeda extren
mente valiosa,
te porque é rar
Esse tesouro e
em algum lug
ção, e você, se
cidisse, poder
usá-lo a seu fa

figura 3.4:9: ocorrência de “cultura de paz” em texto central de horóscopo (ESP)⁶⁹

convivência com/entre religiões: cultura de paz, inter-religiosidade e liberdade de crença

No campo religioso, “cultura de paz” parece ter predominância no contexto de nomes de eventos, e o sema “convivência” se traduz muitas vezes pelos sintagmas “liberdade de crença” e “inter-religiosidade”:

⁶⁸ QUIROGA. Astral. *O Estado de S.Paulo*. 20 de novembro de 2002. Caderno 2, Quiroga, D6.

⁶⁹ QUIROGA. Astral. *O Estado de S.Paulo*. 21 de novembro de 2002. Caderno 2, Quiroga, D6.



figura 3.4:10: capa do livro resultante do 2º Fórum inter-religioso: por uma cultura de paz e liberdade de crença⁷⁰; a imagem é a mesma divulgada em cartazes do evento.

Nesse cartaz, as mãos, uma negra e outra branca, representam metonimicamente a união entre os povos especificamente no campo religioso, em que crenças de origem africana ainda são alvo de grande estigma social⁷¹.

Também é possível encontrar ocorrências em sites de grupos religiosos diversos, que colocam “cultura de paz” como um objetivo ou modelo a ser seguido:

⁷⁰ Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/downloads/livro.pdf>. Acesso em 13 de março de 2013.

⁷¹ A esse respeito, ver, por exemplo, “Religiões africanas são principal alvo da intolerância religiosa no Brasil”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/religioes-africanas-sao-principal-alvo-da-intolerancia-religiosa-no-brasil/>. Acesso em 16 de julho de 2014.

UNIFICACIONISTA
UMA ÚNICA FAMÍLIA SOB DEUS

Comunidade
Unificacionista
Pensamento
Bênção Sagrada
Publicações
Palavras de Dae Mo Nim
Vamos Orar!
Mídia
Vídeos
Seita e Religião
Significado do Dia da Fundação

FRUTOS DO AMOR VERDADEIRO
Introdução
Edificar a Paz entre as Nações
Dapuisismo X Comunismo
Projeto Rodovia Internacional

VIDA E OBRA
1920-1945
1945-1960
1961-1985
1986-1992
1993-2000
2001 – Hoje
O Curso de Vida
Dia da Fundação

MAIS INFORMAÇÕES
Calendário Ann Shin II 2013
Lema 2012 e 2013
Lema 2011
Lema 2010
Reflexão
Notícias
Estória Interessante
Show de Fotos
Fotos de Atividades
Contato

NOVIDADES
Lema do ano! - 2012

Home

Associação das Famílias para a Unificação e Paz Mundial é uma sociedade internacional composta de famílias que se esforçam para exemplificar e viver o ideal de amor verdadeiro a fim de estabelecer um mundo de paz e unidade entre os povos, raças e religiões, como vislumbrado pelo Rev. Sun Myung Moon. Muitos membros da AFUPM aceitam e seguem o ensinamento religioso específico do Reverendo Moon, o Princípio Divino, e são conhecidos como Unificacionistas.

A AFUPM foi fundada em 1997 pelo Rev. e Sra. Moon a fim de expandir a missão da Igreja de Unificação de criar uma aliança de pessoas que geralmente compartilham suas visões de edificar famílias centradas em Deus como a base para comunidades saudáveis, sociedades estáveis e um mundo pacífico. Este site patrocina os três ideais mencionados: família, paz e unificação. Promover os valores que criam famílias fortes é a missão central deste site. Isto significa encorajar a prática da fidelidade nos matrimônios; encorajar o amor e cuidado dos pais por seus filhos; a proteção e educação dos filhos exaltando os mais elevados padrões morais; e significa encorajar o amor e respeito dos filhos por seus pais e avós.

A AFUPM também busca uma "cultura de paz" apoiando a cooperação interreligiosa e internacional com respeito aos temas universais da família, do amor e do viver para o benefício dos outros. A palavra Unificação se refere ao ideal de unidade entre mente e corpo, entre esposo e esposa e entre céu e terra. Seja você também um Unificacionista.

Este site não é patrocinado, elaborado ou construído pela AFUPM, mas por uma família que acredita nos ensinamentos do Rev. Sun Myung Moon, que pratica os ideais da família verdadeira baseada no Amor Verdadeiro, que defende o Princípio Divino como a verdade do Completo Testamento revelada por Deus ao Senhor do Segundo Advento, e que trabalha para testemunhá-lo e contribuir com ele para a construção do Reino do Céu, o Cheon Il Guk, na terra.

VISITANTES
Nós temos 5 visitantes online

LIVROS ONLINE
平和創經
平和創經
HERNANDO DA P

LINKS
Foundation Day website
Unification is Teen
Forum Teen
Cheong Pyeong
Tongil Corea
Cheong Shim Academy
Family Federation
True Love
unificationist
Tongil Portugal
Cosmo Publicações
Turnê 2011 do Fundador
IpeaceTV
Unification News

BUSCA DA PAZ

HOMEM DA PAZ

figura 3.4:11: Associação das Famílias para a Unificação e Paz Mundial⁷²

⁷² Disponível em: <http://www.unificacionista.com/index.php>. Último acesso em 22 de maio de 2013.

No exemplo acima, temos uma comunidade religiosa conservadora, que traduz a busca pela “cultura de paz” como o apoio à

cooperação interreligiosa e internacional com respeito aos temas universais da família, do amor e do viver para o benefício dos outros. A palavra Unificação se refere ao ideal de unidade entre mente e corpo, entre esposo e esposa e entre céu e terra.⁷³

convivência entre parceiros sexuais: cultura da paz e do amor e sexo seguro

Foi possível encontrar, ainda, em menor número, mobilizações de “cultura de paz” no âmbito da sexualidade, em discursos bastante institucionalizados.

A prefeitura de Olinda, por exemplo, divulgou em sua página em fevereiro de 2010 que equipes de um projeto denominado “Por uma Cultura de Paz” estava atuando no carnaval da cidade com a função de “distribuir adesivos e preservativos” e lembrar os foliões de “brincar o carnaval em paz e combater a violência”:

⁷³ Disponível em: <http://www.unificacionista.com/index.php>. Último acesso em 22 de maio de 2013.



figura 3.4:12: Olinda Carnaval 2013: atuação do grupo “Por uma Cultura de Paz”⁷⁴.

Em outra ocorrência, em cartilha do Grupo Gay da Bahia (GGB) que “dá dicas a homossexuais” para evitar a violência no relacionamento, “cultura de paz” se aglutina com o sintagma “paz e amor”, já cristalizado no interdiscurso, resultando no sintagma “cultura da paz e do amor, não da guerra”, que recupera a oposição inicial que originou a fórmula e pressupõe a existência de “cultura da guerra”, elipsada no sintagma:

⁷⁴ Disponível em: www.carnaval.olinda.pe.gov.br/noticias/prefeitura-de-olinda-reforca-a-importancia-da-cultura-de-paz. Último acesso em 10 de maio de 2013.

COMPORTAMENTO Cartilha dá dicas a homossexuais; para militante, agressões da sociedade e da polícia preocupam mais

Violência entre casal gay é tema de manual

AURELIANO BIANCARELLI
DA REPORTAGEM LOCAL

Clumento, violento, "sarado", o vigilante Cleber jogou álcool no corpo de Oseas e ameaçou tocar fogo. Se fossem à polícia, seria uma "tentativa de homicídio", mas o caso ficou entre as quatro paredes. Cleber e Oseas formavam um casal e viviam juntos havia dois anos. Sem registro, a agressão de Cleber transformou-se em mais um caso ignorado e não registrado de "violência sexual entre casais homossexuais".

No mês passado, um manual lançado sobre o assunto pelo GGB, Grupo Gay da Bahia, fez lembrar que entre casais de homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais também podem ocorrer ameaças, humilhações, tapas e até mortes — nada diferente do que ocorre entre alguns casais heterossexuais. A diferença, quando ela existe, é que nos casais heterossexuais é o homem que costuma bater; nos outros, geralmente, é o mais fraco que apanha.

Números não oficiais divulgados pelo GGB estimam que mais de uma centena de gays, lésbicas e travestis (GLTs) são assassinados por ano, no Brasil. Segundo Luiz Mott, professor da Universidade Federal da Bahia e fiador desses números, entre cinco e dez desses casos seriam de amantes que mataram parceiros.

Pode parecer chute. Nos EUA, no entanto, o NCAVP, um programa que documenta violência doméstica entre casais gays registrou 3.327 casos em 1997. A área coberta representa 20% do território americano, o que significa que o total de casos naquele país passaria dos 16 mil. Esses seriam só os casos registrados em delegacias e pelas ONGs, um número infinitamente menor que o real.

Segundo dados do NCAVP, os estudos de prevalência nos EUA mostram que entre 25% e 33% dos membros da comunidade gay relatam ter sofrido algum abuso por parte de seus parceiros. O número, segundo a instituição, seria comparável ao da violência doméstica ocorrida entre casais heterossexuais naquele país.

No Brasil, uma pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo divulgada neste ano diz que 43% das mulheres heterossexuais já foram vítimas de violência psicológica, física ou sexual. A pesquisa, "A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado", ouviu 2.502 mulheres em 187 cidades do país.

Editoria de Arte/Folha Imagem

O QUE DIZ A CARTILHA

Evite pessoas violentas
Quem com porcos se mistura, farelo come, diz um ditado. Se você sabe que fulano é violento, que gosta de dar porrada, não seja idiota de querer um carasso como seu companheiro

Não permita a escalada da violência

O que começa com um tapa pode acabar com uma facada ou tiro. No primeiro empurrão ou tapa, discuta a situação. A vítima tem que ser corajosa e acabar a relação, se for necessário

Discuta as causas do descontrolo

Converse com seu parceiro sobre os motivos da violência. Se preciso, procure ajuda profissional, mas tenha certeza de que entende de violência e não tenha preconceito contra pessoas GLT

Ameace denunciar se a violência se repetir

Só ameace quando estiver certo de que conseguirá cumprir a ameaça, pois ameaças não cumpridas só reforçam a violência do agressor. Se for o caso, esteja pronto para ir a uma delegacia

Fortaleça seu poder e respeito

Agressores costumam alimentar sua violência na insegurança do outro. Quando ameaçar ir embora ou denunciar, faça isso, do contrário perderá sua moral e respeito

Fonte: GGB - Grupo Gay da Bahia, "Violência Doméstica Entre Casais Homossexuais"

No primeiro semestre deste ano, as 125 delegacias da mulher do Estado de São Paulo registraram 42.852 casos de ameaça e 44.695 agressões.

Não existem pesquisas com dados sobre violência envolvendo homossexuais.

A maioria dos líderes da comunidade homossexual diz que a violência contra eles — especialmente a institucional — é muito maior e mais preocupante que a violência entre eles, dentro do casal. Muitos são humilhados pela

família, pela igreja, pela escola, e apanham da polícia. Também acreditam que a violência doméstica entre eles seja menor que entre casais heterossexuais.

Entre eles, por exemplo, não há a pressão da pressão dos filhos nem a necessidade de se ocupar o mesmo teto. "Há um número menor de gays vivendo maritalmente", diz Luiz Mott.

A advogada Maria Stella Moreira Pires, 58, membro do colegiado da Amam (Associação de Mulheres que Amam Mulheres), diz que entre as lésbicas o machismo e a disputa de poder é muito menor. "As duas vão ao supermercado, cuidam da casa, dividem as tarefas e se ajudam quando uma perde o emprego." Funcionária da liderança do PT na Assembleia Legislativa, Maria Stella diz que em 40 anos nunca viu uma agressão séria entre duas lésbicas.

Rosângela Castro, do grupo de mulheres Filipa de Souza, do Rio, diz que a violência doméstica entre lésbica existe, "mas é muito velada". "A mulher não pode sequer expor sua sexualidade para a família e para a sociedade, como vai aparecer numa delegacia dizendo que apanhou da companheira", pergunta. "Nem as delegacias da mulher têm profissionais preparados para nos receber."

A cartilha do GGB chama a atenção para as várias situações que levam à violência entre os casais gays e sugere medidas para se "evitar e superar este mal que faz de nós, não seres humanos, mas lobos e feras agressivos".

"Infelizmente, o machismo impregna a todos nós, inclusive os gays, lésbicas, transexuais e travestis, e todos juntos, devemos batalhar pela construção de uma sociedade marcada pela cultura da paz e do amor, não da guerra". A cartilha lembra São Sebastião, "mártir e patrono gay", morto a flechadas a mando do imperador Diocleciano por, supostamente, ter sido abandonado por ele.

Beto de Jesus, 39, militante gay e educador, diz que a violência institucionalizada é muito maior, mas aquela entre os homossexuais deve ser combatida da mesma forma. "A violência tem uma mesma matriz, a baixa auto-estima. Só vai diminuir quando você conseguir ir ao Ministério Público e denunciá-la, quando deixarmos de entrar numa delegacia pela porta dos fundos."

Mais informações sobre a cartilha do GGB pelo telefone 011/322-2552 ou no site: www.ggb.org.br



O professor de teatro Jucinério Felix, 33, que já ajudou a apertar muitas brigas de casais homossexuais

Para educador, desemprego influi

DA REPORTAGEM LOCAL

O educador social Oseas Santana, 31, vivia com Cleber, 29, um "rapagão bonito" que trabalhava como vigia de construção em Salvador. "Ele era ciumento demais, era olhar do lado e ele achava que eu estava querendo outro. Era ciumento, possessivo, um comportamento machista dentro de um relacionamento homossexual", relata o namorado.

Um ano atrás, quando a relação já beirava dois anos, Cleber discutiu e jogou no companheiro um litro de álcool. Na outra mão, acendeu um fósforo.

"Eu me vi queimado, morto", diz Oseas. "Fui tentando acalmá-lo, perguntando por que queria me queimar se gostava de mim, lembrando as coisas boas que tínhamos vivido." Um descuido e Oseas agarrou-se ao companhei-

ro, apagando o fósforo. Um mês depois, Cleber foi embora.

Oseas é o coordenador do Grupo Gay da Bahia. "Foi culpa minha. Ele não sabia lidar com a emoção, tinha outro nível, eu devia ter compreendido isso."

Em São Paulo, o ator e professor de teatro Jucinério Felix, 33, é um dos líderes comunitários gays da Vila Dalva, no Butantã (zona oeste). É também representante no Conselho Tutelar no bairro.

Miséria

Pelas suas funções, e especialmente pelo respeito que ganhou na comunidade, Felix diz que resolveu muitas brigas de casais homossexuais. Uma delas foi de um casal, "ela" uma travesti desempregada que precisava viver de programas, ele, também desempregado, cheio de ciúmes e muitas vezes alcoolizado. Outro casal

também passou a se agredir depois que um perdeu o emprego.

"O que tenho vindo aqui é que a condição econômica, especialmente o desemprego, está por trás da violência", diz Felix. "Como nos casais heterossexuais, a miséria e o machismo provocam as brigas."

Ninguém vai à polícia, pois teme ser ainda mais humilhado. "O GGB defende há anos que gays e travestis vítimas de machismo sejam atendidos nas delegacias de mulheres", afirma Luiz Mott.

A proposta não encontra apoio no movimento gay e provoca a ira dos grupos de lésbicas. "Seria um desrespeito a uma conquista das mulheres", diz Luiza Granado, do grupo U'm Outro Olhar.

"Os homossexuais são homens que se relacionam com homens, devem ser atendidos como qualquer outro homem", completa Luiza Granado.

figura 3.4:13: "cultura da paz e do amor" em cartilha destinada a casais homossexuais⁷⁵.

"Infelizmente, o machismo impregna a todos nós, inclusive os gays, lésbicas, transexuais e travestis, e todos juntos, devemos batalhar pela construção de uma sociedade marcada pela cultura da paz e do amor, não da guerra". Beto de Jesus, 39, militante gay e educador, diz que a violência institucionalizada é muito maior, mas aquela entre os homossexuais deve ser combatida da mesma forma. "A violência tem uma mesma matriz, a baixa auto-estima. Só vai diminuir quando você conseguir ir ao Ministério Público e denunciá-la, quando deixarmos de entrar numa delegacia pela porta dos fundos."

⁷⁵ Fonte: BIANCARELLI, Aureliano. Violência entre casal gay é tema de manual. *Folha de S. Paulo*, 3 de novembro de 2002. Cotidiano, Comportamento, C7. Destaque nosso.

As condições de produção da fórmula manifestam-se novamente em seus usos, que atuam como contradiscurso da violência radicalizada nas práticas cotidianas (institucionais, familiares, íntimas).

cultura de paz e comunicação

Algumas ocorrências, no entanto, escapam um pouco a essa categorização, mas continuam dentro das oito premissas de “cultura de paz”. Dentre essas, a única com baixa produtividade de discursos se deu no âmbito da comunicação.

Além da Cartilha *Cultura de Paz: redes de convivência*, que aborda superficialmente a democratização da comunicação e o surgimento de novas tecnologias como ferramentas de disseminação de “cultura de paz” – aspecto que analisamos brevemente no capítulo 4 –, encontramos somente duas ocorrências.

No jornal *Brasil de Fato*, temos uma crônica da edição de 18 a 24 de maio de 2006 (trata-se de um periódico semanal) em que um monge beneditino aborda esse tema devido ao estabelecimento do dia 5 de maio como o “Dia Mundial das Comunicações” pela ONU⁷⁶. Para ele, “a atuação dos meios de comunicação social é decisiva para fomentar uma cultura de paz (...)”, sendo necessário, portanto, democratizar o acesso à informação e combater o monopólio das mídias⁷⁷:

⁷⁶ BARROS, Marcelo. Nova comunicação para uma humanidade. *Brasil de Fato*, 18 a 24 de maio de 2006, ed. 120, p.2.

⁷⁷ Dado que aproxima “cultura de paz” à circulação do sintagma “liberdade de expressão” enquanto fórmula discursiva no âmbito das discussões sobre a regulação da mídia, como estudado por Ribas (2014), reforçando, também, a hipótese que faremos do funcionamento de “cultura de paz” como uma *hiperfórmula* (cf. tópico 6.2).



figura 3.4:14: excerto da crônica “Nova comunicação para uma humanidade” (BF)

A outra ocorrência foi publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* durante os meses de março e abril de 2007 para a divulgação do 10º Prêmio de Mídia Estadão:

[illegible]

figura 3.4:15: divulgação do 10º Prêmio de Mídia Estadão⁷⁸.

O balão está colocado em cima de um texto que se torna praticamente ilegível devido aos recortes da figura, mas que se inicia, no canto esquerdo, na direção da leitura, com a frase:

⁷⁸ Fonte: O Estado de S.Paulo, 16 de abril de 2007, Economia, B5.

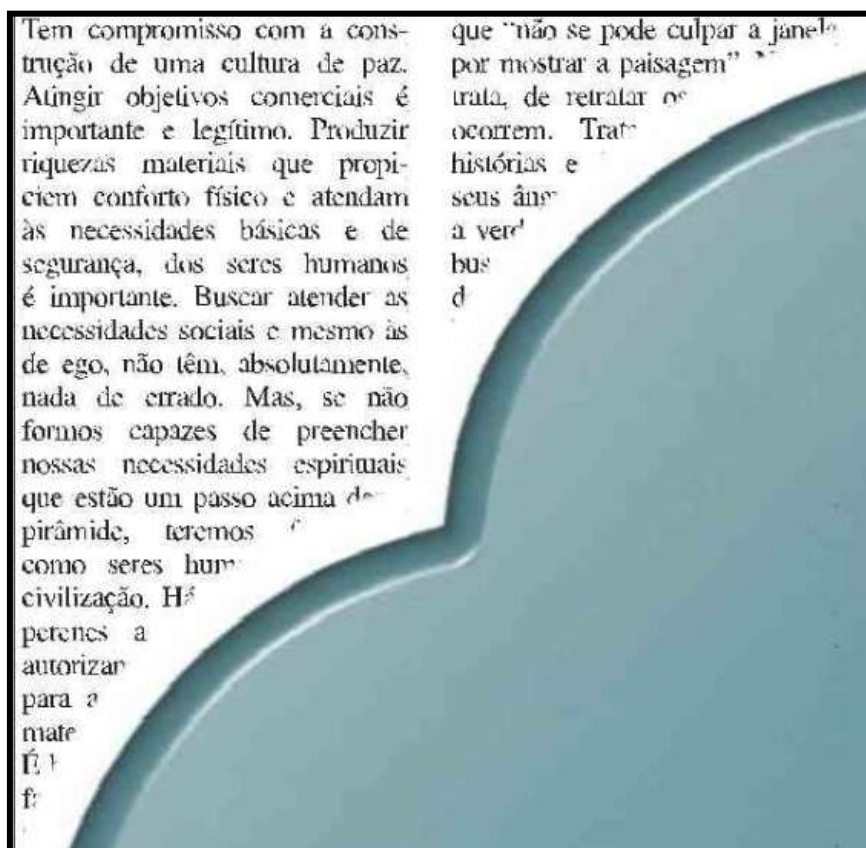


figura 3.4:16: zoom da figura anterior.

Fazendo buscas na rede com base nesse excerto inicial, encontramos o texto-fonte, de autoria de Hiran Castello Branco, coordenador do Movimento Mídia da Paz e presidente do Conselho Nacional de Propaganda (CNP), na Revista-e do Sesc⁷⁹. Observamos que o jornal omitiu trechos significativos, destacados aqui em negrito, e acrescentou trechos próprios, marcados entre colchetes:

Vivemos, inegavelmente, em uma sociedade midiática. As coisas parecem tornar-se relevantes se, e quando, aparecem na mídia. O mesmo se dá com as pessoas. Se nunca ouvimos falar de alguém é porque ele não é relevante. Nada tem a dizer. Quem não está exposto na mídia é um cidadão de segunda classe. À medida que essa percepção se consolida, as pessoas julgam que devem fazer qualquer coisa pelos "15 minutos de glória". Vulgarizar-se, falar de assuntos sobre os quais não se tem conhecimento com a desenvoltura de estudiosos do tema, expor o corpo, namorar em público, revelar intimidades, transformar em espetáculo o grotesco e a miséria humana. Potencializando esse vetor, descontrolado, de necessidade de ser alguém por meio da aparição na mídia, até mesmo mentir, roubar e matar podem ser um recurso. Estamos em um contexto social em que ter e aparentar são valores que se sobrepõem ao ser. Somos o que a mídia disser que somos, e a simples exposição já é um passo rumo à glória. Aqueles que operam a mídia, empresários de comunicação e produtores de conteúdo, publicitários, jornalistas,

⁷⁹ O texto integral está disponível em:

http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?Edicao_Id=143&Artigo_ID=2026&IDCategoria=2082&reftype=2. Último acesso em 27 de maio de 2013.

roteiristas e todos os que estão por trás dos conteúdos de informação e lazer, na indústria da comunicação, trabalham a partir de pesquisas feitas com os consumidores de mídia, que somos todos nós, incluindo aqueles que a operam. Que tipo de conteúdo garante maior circulação às publicações impressas? O que dá maior audiência à televisão e ao rádio? O que assegura maior número de visitantes únicos na Internet? Esse é o conteúdo informativo e de lazer que iremos ofertar. Se olharmos para o mundo como uma oportunidade de negócios, sempre pegaremos o caminho que parecer o mais direto para a consecução de nossos objetivos comerciais. Atingir objetivos comerciais é importante e legítimo. Produzir riquezas materiais que propiciem conforto físico e atendam às necessidades básicas, fisiológicas e de segurança dos seres humanos é importante. Buscar atender às necessidades sociais e mesmo às de ego, **como dispostas na pirâmide de Maslow (psicólogo que classificou, de acordo com a pirâmide que leva seu nome, as necessidades humanas que são exploradas pelos profissionais de marketing no desenvolvimento de estratégias básicas, sociais e de ego)**, não tem, absolutamente, nada de errado. Mas, se não formos capazes de preencher nossas necessidades espirituais que estão um passo acima dessa pirâmide, teremos fracassado como seres humanos e como civilização. Há, portanto, valores perenes a perseguir que não autorizam que se tome atalhos para a consecução de objetivos materiais, sob nenhum pretexto.

A violência e o tumulto foram os produtos mais promovidos desde o pós-guerra nos meios de comunicação em geral. É hora de descartarmos de vez o falacioso argumento de que "não se pode culpar a janela por mostrar a paisagem". Não se trata, de forma alguma, de abrir mão de retratar os fatos como ocorrem, **bons ou maus, violentos ou não.** Trata-se de focar histórias e fatos, por todos os seus ângulos, dando-lhes sempre a verdadeira dimensão humana e buscando potencializar a essência do ser humano **que está em ligação com Deus.** Na essência do ser humano estão o divino, o amor, a compaixão, a compreensão, a solidariedade. **Por trás de cada crime que a mídia retrata, há uma história de solidariedade. Por trás de cada ato violento e degradante, há uma lição de compreensão e de acolhimento.** Por trás de cada história **macabra** há uma lição de **[compreensão e de acolhimento, uma história de]** vida. Cultivar e construir a cultura de paz na mídia é mostrar também a parte submersa do "iceberg", menos visível, mas maior do que sua ponta.

A fórmula “cultura de paz” é associada à função de “educador para a paz” atribuída ao jornal que, recuperando a oitava premissa do momento inicial do surgimento da fórmula, promoveria o “compartilhamento e [o] livre fluxo de informações” (UNESCO, 1995; ADAMS, 2005). Segundo o texto recortado pelo jornal, ela estaria relacionada a uma veiculação transparente e “por todos os ângulos” dos fatos, que não se deixaria corromper pelos “atalhos para a consecução de objetivos materiais”, ideia correntemente associada ao discurso jornalístico que se põe como “neutro” – e justamente o que é criticado na primeira parte, omitida, do texto original. Sem aquela introdução, “cultura de paz” funciona aqui novamente como um índice positivo perante a sociedade, com o qual o jornal se busca se identificar quando inicia a propaganda com a frase “Tem compromisso com a cultura de paz”.

uma cultura de paz "verdadeira"

A dispersão dos sentidos intrínseca à polêmica discursiva instaurada pelas fórmulas, potencializada no caso de “cultura de paz”, faz com que alguns grupos que disputam a mobilização do termo no espaço público comecem a reivindicar um suposto significado “original” do sintagma, como podemos ver em ocorrência num período ainda anterior à Década Internacional – o que evidencia a condição de fórmula do sintagma desde a sua gênese, como já dissemos:

Século 21, educação para todos

ARNALDO NISKIER

Há uma preliminar relevante na discussão em torno dos documentos finais da Conferência Mundial sobre Ensino Superior da Unesco, em Paris. Estiveram lá 4.000 educadores de todas as partes, menos dos EUA, país que continua brigado com a organização em virtude de alguns equívocos cometidos pelo antigo secretário-geral. Resultado: os norte-americanos não pagam suas contribuições, e seus especialistas deixam de colaborar, com sua experiência, para aperfeiçoar os documentos produzidos na praça de Fontenoy. Pensar na educação do futuro excluindo o que se passa ou se projeta nos EUA é um exercício, no mínimo, capenga.

Com essa ressalva, vejamos os elementos nucleares da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século 21. O acesso deve ser caracterizado pela ausência de discriminação —ou seja, para todos e para toda a vida, marcando de vez o conceito de educação continuada. Defenderam-se a plena liberdade acadêmica e a preservação da autonomia universitária. A qualidade da educação superior é um conceito pluridimensional, que envolve atenção especial à pesquisa, responsável pelo progresso dos conhecimentos. Estes se ligarão cada vez mais aos conceitos de inovação, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, sem esquecer a necessidade básica de avaliação interna e externa, que valorizará a diversidade.

A renovação esperada do ensino superior se fará com o emprego progressivo de novas tecnologias da informação, ensinando o esperado entendimento internacional no inexorável processo de mundialização. Aqui, naturalmente, se coloca o receio de nações emergentes: que a posse do conhecimento, hoje quase um privilégio das nações pós-industrializadas, aprofunde o abismo que as separa dos países emergentes, como o Brasil. Se hoje temos no mundo cerca de 82 milhões de universitários, número que tende a crescer, não é justo que sirvam eles de instrumento para a ampliação da injusta desigualdade hoje assinalada.

Defende-se uma política clara de preparação e remuneração do corpo docente superior, além de objetivos mais modernos e diversificados na educação secundária. Esta não pode se limitar a ser um corredor de acesso ao ensino superior; deve preparar também para o mundo do trabalho. Registra-se, em todo o mundo, grande ampliação da demanda por esse tipo de ensino.

Dentre as ações prioritárias, sugeriu-se ênfase no conhecimento das questões sociais fundamentais, em particular as que guardam relação com a pobreza, o desenvolvimento sustentável, o diálogo intercultural e a construção de uma cultura da paz.

Aqui, vale um pequeno parêntese para registrar o aparte feito por um líder árabe na última sessão, logo seguido, com aplausos, pelo representante de Israel: queriam ambos que se proclamasse, no texto, a necessidade de expressar “uma cultura de paz verdadeira”. Pode-se hoje dizer que essa pequena intervenção representou uma premonição do acordo de paz assinado por árabes e judeus nos EUA, com muita esperança de que agora seja para valer.

Outro item digno de louvor na reunião refere-se à eliminação de disparidades entre homens e mulheres nos programas de estudo e de pesquisas, além da ênfase (pela primeira vez colocada de forma objetiva) no acesso de educandos adultos aos estabelecimentos de ensino superior, “com formas criativas, flexíveis e abertas”. Houve toda uma preocupação de fortalecer o acesso das mulheres, antes nitidamente discriminadas, e se inferiu que “os estudantes são os principais protagonistas da educação superior”.

Num encontro assim rico (embora com uma quantidade excessiva de pessoas, o que lhe deu nítida coloração política), enfatizamos as missões selecionadas para a educação superior em nível mundial: 1) educar, formar e realizar pesquisas; 2) formar diplomados altamente qualificados; 3) constituir um espaço aberto para a formação superior, que propicie a aprendizagem permanente; 4) promover, gerar e difundir conhecimentos por meio de pesquisas; 5) contribuir para compreender, interpretar, preservar, reforçar, fomentar e difundir as culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, num contexto de pluralismo e diversidade cultural; 6) contribuir para proteger e consolidar os valores da sociedade; 7) contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da educação em todos os níveis, em particular mediante a capacitação do pessoal docente.

O consenso demonstrou uma clara propensão a que se alcance uma nova e revolucionária visão de educação superior, com a valorização da diversificação (para reforçar a igualdade de oportunidades) e o uso de métodos educativos inovadores, permitindo o pensamento crítico e a expansão da criatividade. Isso envolve os projetos de escolas virtuais, em fase crescente, e a ampliação de oportunidades via educação à distância, modalidade que vive período de franca e definitiva expansão.

Os desafios da tecnologia não poderão jamais servir de instrumento de prevalência dos mais fortes; deverão ser usados de forma equânime.

E, no caso do assinalado “êxodo de competências”, coloca-se uma nova postura, para favorecer o retorno de cérebros privilegiados a seus países de origem.

No caso do Brasil, houve muito interesse no projeto “Cátedras da Unesco”, para a valorização das capacidades endógenas. Para citar um exemplo, por iniciativa de Eduardo Portella, presidente da Conferência Geral da Unesco, ficaram-se em Paris os alicerces da Cátedra Unesco Machado de Assis de Língua Portuguesa, com a associação de instituições como a Academia Brasileira de Letras e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É uma forma de pensar estrategicamente o nosso país, sabendo-se que a língua de Machado é falada hoje por 210 milhões de pessoas em diversas partes do mundo.

Arnaldo Niskier. 62, jornalista, escritor e professor, é presidente da Academia Brasileira de Letras. Foi secretário estadual de Ciência e Tecnologia do Rio (1968 a 1971).

Os desafios da tecnologia não poderão jamais ser instrumento de prevalência dos mais fortes

figura 3.4:17: ocorrência da sequência “uma cultura de paz verdadeira” (FSP)⁸⁰.

⁸⁰ Fonte: NISKIER, Arnaldo. Século 21, educação para todos. Folha de S. Paulo, 29 de outubro de 1998. Primeiro Caderno, Opinião, página 3.

Esse uso parece consistir em uma “prevenção das resistências”, tal como notado por Krieg-Planque (2012, versão digital) em construções similares de ocorrências da fórmula “desenvolvimento sustentável”, apontando uma suposta dicotomia entre uma "cultura de paz verdadeira" e uma presumida "cultura de paz falsa".

O questionamento do sintagma presente na ocorrência anterior é levado ao extremo no cartum "Por uma cultura de paz" de Latuff, que ressignifica a fórmula ao associá-la escancaradamente à legitimação da violência policial contra a população majoritariamente negra (representada pelo "Jesus" que não ostenta os traços europeus tradicionais) nas periferias das cidades⁸¹, uma das materializações dos "discursos de guerra e de violência" nas práticas cotidianas.

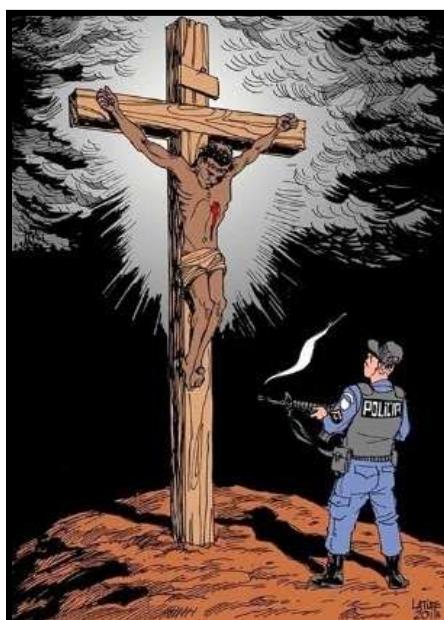


figura 3.4:18: charge “Por uma cultura de paz”, de Carlos Latuff, agosto de 2013⁸².

Essa ilustração causou polêmica por ter sido pendurada no gabinete de um juiz, atitude que foi objeto de representação judicial por parte de policiais militares com o incentivo do deputado estadual Flávio Bolsonaro (Partido Progressista), famoso pelo posicionamento conservador em relação a temas variados debatidos no espaço público brasileiro.

⁸¹ “A ideologia da segurança nacional, enquanto última lógica punitiva do neoliberalismo, abre os caminhos para a ideologia da *segurança cidadã*, primeira etapa do poder no mundo globalizado. A remilitarização da segurança pública é tão somente um efeito imediato do novo modelo de controle social, entendendo-se como agências policiais militarizadas não somente a Polícia Militar, bem como as Polícias Cíveis (estaduais e federal), por tratar-se da militarização de um modelo e não somente de uma farda. Como resultado desse processo em marcha, temos o uso rotineiro da violência letal pelas polícias, transformando em técnica de governabilidade a eliminação de inimigos”. (SERRA; ZACCONE, 2012, p.29-30)

⁸² Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/rejeitada-por-15-a-6-representacao-contra-juiz-que-pendurou-quadro-que-retrata-violencia-do-estado.html>. Último acesso em 6 de maio de 2014.

IV

A consagração da fórmula via mercado editorial

As coisas têm peso
Massa, volume, tamanho
Tempo, forma, cor
Posição, textura, duração
Densidade, cheiro, valor
Consistência, profundidade
Contorno, temperatura
Função, aparência, preço
Destino, idade, sentido
As coisas não têm paz
As coisas não têm paz
As coisas não têm paz
As coisas não têm paz

[*As coisas*, Arnaldo Antunes / Gilberto Gil]

4.1. mercado editorial e espaço público

Neste capítulo, nos propomos a analisar discursivamente o funcionamento do mercado editorial no que diz respeito a publicações que tenham como objeto principal “cultura de paz”. Postas em circulação como objetos técnicos específicos – cartilhas, livros teóricos, coletâneas etc. –, essas obras colaboram para a instauração e a difusão dessa fórmula nos discursos institucionais, com sua inclusão na esfera do poder público. Pretendemos investigar a constituição desses objetos técnicos editoriais, que são, por definição, objetos discursivos cujas especificidades se assentam nas relações que seus processos de edição mantêm com a circulação e a produção dos sentidos que a referida fórmula discursiva abriga.

Em se tratando de uma *fórmula discursiva*, a necessidade de abranger diferentes lugares discursivos adquire especial importância na medida em que permite verificar o modo como se dá o espraiamento de sua construção e, ao mesmo tempo, de sua intervenção na sociedade, uma vez que, como elemento de linguagem de funcionamento discursivo, a *fórmula* permeia os mais diferentes “terrenos e objetos”, estando “no coração da vida política e social”⁸³ (KRIEG-PLANQUE, 2012, p.14).

Isso nos levou a considerar o mercado editorial, portanto, como lugar importante de um estudo que vise o espaço público, tido como arena fundamentalmente midiática, ambiente de projeção dos diversos aspectos da sociedade,

por meio do qual os atores compartilham seus pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer outras pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.114)

Essa proposta vai ao encontro da reflexão de Chartier (1998, p.9) acerca da *ordem dos livros*, segundo a qual “[...] toda obra está ancorada nas práticas e nas instituições sociais”, e

compreender os princípios que governam “a ordem do discurso” pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos que veiculem o escrito). (CHARTIER, 1998, p.8)

⁸³ Conforme introdução da autora acerca dos “jogos e métodos” do discurso, “Qualquer pessoa que queira apreender o discurso para estudá-lo encontra ao seu redor uma multidão de terrenos e objetos que se prestam a essa investigação: o discurso está no coração da vida política e social”. No original, “Quiconque souhaite s’emparer du discours pour en mener l’étude trouve autour de lui une multitude de terrains et d’objets qui se prêtent à une telle investigation : le discours est au coeur de la vie politique et sociale.” (KRIEG-PLANQUE, 2012, p.14, tradução nossa).

Nossa hipótese, ao abordar o mercado editorial, era de que, enquanto nos jornais e nas ocorrências na rede a fórmula se publicizaria massivamente, outros objetos editoriais teriam o papel de documentar e possivelmente de estabilizar os sentidos dessa fórmula discursiva que tem servido, inclusive – dentre outros usos –, de referência para a destinação de verba pública a projetos culturais e educacionais. Isso porque, retomando Chartier (1998, p.8),

o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação.

No entanto, pudemos confirmar em nosso corpus complementar que as publicações acerca da “cultura de paz” são também associadas a discursos institucionais diversos, passando pelo campo discursivo dos “direitos humanos”, de forma mais ampla, e chegando à escola, ao esporte, à política, à filosofia, ao autoconhecimento e à religião, os quais se materializam em índices de reconhecimento extra-linguísticos presentes já no exterior das obras: editoras associadas a uma dada comunidade discursiva (como, por exemplo, a Salesiana e a Loyola, de vertente católica) e símbolos (dentre os quais, o mais representativo parece ser a “pomba branca” da paz, ligada também ao Espírito Santo da religião católica):

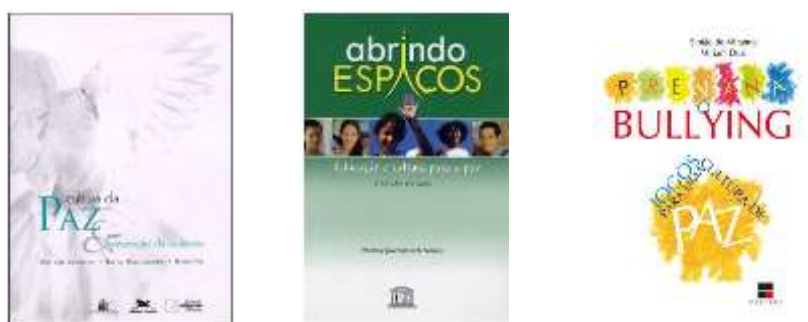


figura 4.1:1: capas dos livros Cultura da Paz & prevenção da violência (MOSCOSO, 2003), Cultura de Paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo (VON, 2003), Abrindo espaços: educação e cultura para a paz (NOLETO, 2004) e Previna o bullying: jogos para uma cultura de paz (MIRANDA; DUSI, 2011).

São obras com um perfil diferente daquelas destinadas a uma leitura de fruição; essas se referem a institucionalidades, à inauguração de práticas em espaços diversos, uma vez que produzidas para serem citadas, retomadas, registradas em documentos como bibliografia de referência, circulando assim em várias esferas da organização social.

Decidimos separá-las em dois grupos, os quais se inscrevem em dois posicionamentos distintos. De um lado e majoritariamente, obras que relatam experiências e/ou propõem ações locais, muitas vezes baseadas nas assertivas “Seja você mesmo a mudança que quer ver no mundo”, de Gandhi, e “paz é a gente que faz”, que circula sem autoria definida no interdiscurso, recorrentemente retomadas nos manuais de “cultura de paz” (DISKIN, 2009; VON, 2003; CONIC, 2005), e que de maneira geral reforçam a leitura de cada sujeito é individualmente responsável por mudar a realidade ao seu redor. De outro, obras que concebem a “cultura de paz” como decorrência de uma necessária mudança de paradigmas socioeconômicos, contrapondo-a à “cultura de violência” consequente de heranças históricas e políticas públicas neoliberais características do sistema capitalista.

As obras do primeiro grupo têm como principais representantes dois manuais de “cultura de paz” a que tivemos acesso: *Cultura de paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009) e *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo* (VON, 2003).

A primeira delas foi objeto de um estudo (SALGADO; SILVA, 2014) que mostra como a fórmula “cultura de paz” é reveladora do trabalho de produção de um consenso em meio às mais variadas ações institucionais, e que demanda, então, inescapavelmente, esforços coletivos permanentes para administração do dissenso – talvez algo previsto na referência a *redes de convivência*.

4.2. um consenso nem tão homogêneo assim

Como já havíamos exposto no projeto inicial, a Cartilha *Cultura de Paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009) foi o primeiro material sobre “cultura de paz” com que tivemos contato, e mostrou-se de importância fundamental para a nossa pesquisa devido ao fato de materializar um pico de circulação da fórmula, motivo pelo qual decidimos analisá-la mais detidamente.



figura 4.2:1: capa da cartilha *Cultura de Paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009).

Essa publicação traz tanto informações de datas e acontecimentos sobre o surgimento da “cultura de paz” quanto exemplos de ações realizadas por instituições diversas que têm em comum o fato de “cultura de paz” estar explicitamente entre seus objetivos – como já dissemos, um dos critérios utilizados para a seleção das iniciativas que estariam na publicação. A respeito dessa multiplicidade, a própria cartilha afirma que

estão em curso no Brasil centenas de programas, projetos, iniciativas e ações de Cultura de Paz promovidas como políticas públicas em setores governamentais; como cursos de extensão e especialização em universidades públicas e privadas; em capacitações de educação permanente para professores, agentes penitenciários, forças de segurança, gestores sociais, pais/mães e cuidadores, agentes comunitários, artistas, articulando as competências de agências internacionais, governo, empresas, organizações não governamentais e instituições religiosas. (DISKIN, 2009, p.30)

Os principais temas abordados nos projetos das entidades, condensados no fato de “ter a cultura de paz explicitamente entre seus objetivos” (DISKIN, 2009, p.30) – o que já havíamos colocado como sendo índice de sua condição de referente social no espaço público –, são destacadamente a “educação [para a paz]” e a “não-violência”, previstos no que seria aquele programa temático inicial da “cultura de paz” que discutimos, e desdobramentos variados que

fazem parte da grade semântica dos “direitos humanos”, como a “saúde”, a “cidadania”, a “ética”.⁸⁴

A cartilha é tida aqui como um *gênero instituído*, tratando-se de uma unidade territorial que funciona como um “dispositivo sócio-histórico de comunicação” de alta irradiância construído a partir de práticas verbais instituídas socialmente (MAINGUENEAU, [2006] 2008, p.16-17). Pela própria função de ensino e divulgação de um dado conteúdo, vemos a cartilha como um *gênero segundo*, que explicita uma “doutrina anteriormente constituída”, e *aberto*, cujo discurso é (e deve ser, nesse caso) reproduzível pelos mais variados leitores (MAINGUENEAU, [2006] 2008, p.48-9). Além disso, a Cartilha *Cultura de paz: redes de convivência* é também considerada aqui como texto fundador de práticas e discursividades, pois, apesar de recuperar outros *textos primários (fontes)*, busca, como característica constitutiva do gênero, “contribuir significativamente para a mudança de modelo mental e da construção de uma cultura colaborativa” (SOUZA⁸⁵ apud DISKIN, 2009, p.3).

Ao propor o princípio da “semântica global” em seu trabalho acerca do discurso humanista devoto e do discurso jansenista, Maingueneau ([1984] 2008) mostra um procedimento de análise baseado nas variadas dimensões que contribuem para a construção dos efeitos de sentido de um discurso. Segundo o autor, essa forma de pensar “globalmente” o conjunto discursivo se justifica porque “não pode haver fundo, ‘arquitetura’ do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões” (MAINGUENEAU, [1984] 2008, p.76)⁸⁶. Com base nisso, destacaremos quatro aspectos constitutivos desse funcionamento: o *vocabulário*, os *temas*, a *dêixis enunciativa* e o *estatuto do enunciador e do destinatário*.

Ao discutir o *vocabulário*, o autor chama a atenção para dois acontecimentos que vão ao encontro de tudo o que viemos discutindo acerca das fórmulas discursivas: não se trata de pensar que cada discurso tenha um léxico “próprio”, mas “(...) que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais pelos diferentes discursos”, e que as palavras

⁸⁴ Dentre as diversas instituições que figuram nessa seção da cartilha, a que mais chamou nossa atenção foi a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, dados, entre outros, os acontecimentos das ações policiais na região da cidade conhecida como Cracolândia em janeiro de 2012.

⁸⁵ Lourdes Alves de Souza, monitora de educação comunitária do SENAC São Paulo, autora do texto de apresentação da Cartilha.

⁸⁶ Na mesma linha de raciocínio, poderíamos retomar aqui a noção de *enunciado* conforme definido por Foucault (apud GREGOLIN, 2004, p.26-31), concebido por ele como tendo quatro características fundamentais: (a) estar inserido no *nível enunciativo*, envolvendo relações não só da ordem da estrutura gramatical, lógica ou semântica, mas também dos sujeitos, da história e da própria materialidade em que se inscreve; (b) assinalar uma *posição de sujeito*, que não se identifica necessariamente com o autor da formulação, mas com “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; (...) variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma” (apud GREGOLIN, 2004, p.28); (c) *ter sempre margens povoadas de outros enunciados*, estando imerso numa “rede verbal” e fazendo sentido somente nas relações estabelecidas com ela; e (d) ter uma *existência material* (apud GREGOLIN, 2004, p.30-31), que pode ser “uma substância, um suporte, um lugar, uma data”, que seja de alguma forma *repetível*, passível de reinscrição e transcrição.

extrapolam o que seriam suas “virtualidades de sentido em língua”⁸⁷ para “(...) adquirir o estatuto de signos de pertencimento” (MAINGUENEAU, 2008, p.80-81). Trata-se, no caso das fórmulas, da manifestação de suas propriedades intrínsecas de se inscreverem em uma *dimensão discursiva*, tornando-se um *referente social* e um objeto *polêmico*, como visto anteriormente.

Para além da forma linguística da fórmula em si, chamamos a atenção para os tipos de verbo que majoritariamente se associam a ela na cartilha: “promover”, “disseminar”, “desenvolver” (com a nominalização “desenvolvimento da...”), “apresentar”, “divulgar”. Como observamos no tópico 4.3, “Falando de paz: um código languageiro”, identificamos esses verbos de “ação” como parte do linguajar associado a “cultura de paz”, colaborando para a sua circulação e sua dispersão semântica ao instituí-la como *referente social*: deve-se, acima de tudo, “fazer ‘cultura de paz’”.

Ligando-se à questão do *vocabulário*, a dimensão dos *temas* se encontra na gênese do sintagma “cultura de paz” e é, então, muito cara a este trabalho. A opacidade desses “temas-conceitos” que originam “cultura de paz” cria um terreno fértil para a polissemia discursiva, e a disputa entre os discursos que mobilizam a fórmula torna difícil especificar o conjunto do que seriam os *temas impostos* e *temas específicos* (MAINGUENEAU, 2008, p.84). Lembramos, por exemplo, a marginalização que pudemos verificar do tema do “desarmamento” que, inicialmente, pensamos ser *imposto*, e sua substituição pelo da “segurança” nos documentos publicados durante o que pensamos ser o período inicial de estabelecimento da fórmula, e mesmo na cartilha em questão. Da mesma forma, o tema *imposto* da “comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimentos”, assim categorizado por fazer parte das oito premissas de “cultura de paz” conforme os documentos apresentados inicialmente, mas que, no caso da cartilha, aparece somente como uma das áreas do Manifesto 2000, não sendo em nenhum momento tratado como um dos objetivos do movimento, mas somente como “instrumento” que permite ao leitor se tornar um ativista.

A *dêixis enunciativa*, entendida como “(...) o conjunto de localizações no espaço e no tempo que um ato de enunciação apresenta” (MAINGUENEAU, 2008, p.88) e que, no discurso, se manifesta como parte da semântica global na qual ele se inscreve, é construída na cartilha logo após a apresentação, na seção “Mudanças em alto mar”. A autora descreve aí diversas mudanças pelas quais o mundo passou, dando ênfase às tecnologias de comunicação, do surgimento da internet à sua democratização (é citado o “conceito” *cidadania planetária*), e ao surgimento e à multiplicação

⁸⁷ Que podem ser pensadas como a definição do *valor* em Saussure (2001). Para o a autor, a linguagem é entendida através da combinação de dois conceitos: a língua [*langue*], que é sua estrutura virtual, apreendida passivamente pelos falantes, e a fala [*parole*], manifestação individual desse sistema. O *valor*, subentendido nesse sentido “virtual” de que trata Maingueneau, está no nível da *língua*, e só pode ser determinado em função dos outros elementos desse sistema. Já o “estatuto de signos de pertencimento” se encontra em outra dimensão: a *discursiva*.

das ONGs desde a década de 1990, com a “(...) mobilização da sociedade civil para dar conta de suas necessidades, insuficientemente ou não-atendidas pelo Estado nem pelo mercado” (DISKIN, 2009, p.8). Essa *cena* de inclusão digital e agitação popular é propícia para a proposta da cartilha, que, como mostramos a seguir, visa colocar o leitor como centro das diversas ações que podem ser realizadas em prol “da cultura de paz”.

Chegamos, assim, à dimensão do *estatuto do enunciador e do enunciatário*. Conforme Maingueneau (2008, p.87), “cada discurso define o *estatuto* que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer”. No caso da cartilha, ambos se inscrevem numa nova forma de viver, que promove a “transformação de uma cultura de violência em uma cultura de convivência” (DISKIN, 2009, p.15, título da segunda seção da cartilha). A “fonte de saber” invocada por ela se materializa na figura de Mahatma Gandhi, manifestada por meio de ilustrações emblemáticas do líder, em vestes brancas simples e posição de meditação, em meio a diversas aforizações⁸⁸ de suas falas, presentes ao longo da cartilha:



figura 4.2:2: aforização de Gandhi, invocado como “fonte de saber” (DISKIN, 2009, p.4)

⁸⁸ Para Maingueneau (2010), as enunciações aforizantes são citações desprovidas de contexto que, ao serem convocadas, funcionam como uma “verdade absoluta”, conferindo ao locutor uma espécie de ligação com uma “fonte transcendental” de sabedoria.

Dentre os enunciados destacados, observamos aqui os dois que consideramos ser os principais para a relação entre os agentes da comunicação. O primeiro se encontra logo na primeira página, e o outro na apresentação da cartilha: “Nunca duvide de que um pequeno grupo de cidadãos conscientes e engajados consiga mudar o mundo. Na verdade, essa é a única via que conseguiu produzir mudanças até agora”⁸⁹ (MEAD *apud* DISKIN, 2009, p.1), e “Devemos ser a mudança que queremos ver no mundo” (GANDHI *apud* DISKIN, 2009, p.2).

Esses enunciados estabelecem uma espécie de contrato entre o *enunciador* e o *enunciatário*, sendo que este último, como dissemos anteriormente, é colocado na posição de potencial “agente” da “cultura de paz”. Essa hipótese é confirmada nas subseções que se seguem, “Pedagogia do sabão” e “Rede de mulheres liberianas”, em que a cartilha traz dois exemplos díspares “(...) do poder transformador que pode ter um pequeno grupo de pessoas mobilizadas por uma causa comum (...)” (DISKIN, 2009, p.13): o primeiro, de um educador que, abrindo a escola para a comunidade e permitindo que as mães fizessem sabão, colocou-as no “lugar de produtor[as]”, passando a incentivar essa prática com diversas outras coisas (remédios, brinquedos) e chegando a criar uma cooperativa comunitária. O segundo, de uma liberiana chamada Leymah Gbowee, que em 2002 formou um grupo de mulheres para lutar pacificamente por um acordo de paz em seu país, e que, segundo a cartilha, “é hoje [2009] Diretora Executiva do Women Peace and Security Network for Africa, e consultora da presidente para assuntos de reconstrução democrática do seu país” (DISKIN, 2009, p.13). Ao final da página, fechando essa seção, a conclusão recupera um ditado popular para selar o acordo: “Moral da história: contrariando o senso comum, às vezes uma andorinha faz verão!”.

Pesquisando sobre o gênero cartilha, encontramos poucos estudos na área do discurso que se inclinaram sobre esse objeto. Mas, dentre eles, achamos interessante o trabalho de Modzenski (2007), que, antes de abordar especificamente a “cartilha jurídica”, recupera as origens desse fazer discursivo enquanto suporte para a doutrinação cristã da população no século XVI, até chegar aos dias de hoje:

Como ‘herança’ das cartilhas de outrora, as atuais cartilhas educativas constroem uma determinada ‘representação de verdade’, “trazendo consigo uma certa credibilidade informativa com uma função normativa e reguladora de mostrar ao indivíduo como se deve agir diante das relações e ações sociais” (Gomes, 2003, p. 157).

⁸⁹ Essa aforização se encontra sozinha, no meio da página inicial, inserida em uma caixa de texto no formato de um “balão de fala”. Diferentemente de Gandhi, a autora desse enunciado, Margaret Mead, antropóloga americana, não é retomada em nenhum outro momento da cartilha.

Ou seja, para que consigam alcançar os seus propósitos – e, por extensão, os propósitos dos produtores do texto –, as pessoas devem seguir as normas e orientações estipuladas nas cartilhas, sem questioná-las. (MODZENSKI, 2007, p.1212)

No capítulo “Gêneros instituídos: limites, fronteiras, liames, percursos”, Salgado (2011, p.221) mostra, por meio da análise de textos variados, que, mesmo em um documento em que se pressupõe uma certa estrutura, expressiva de um certo tipo de conteúdo relativo a um determinado gênero instituído (isto é, não-conversacional), podemos encontrar singularidades, as quais, no entanto, “(...) não podem sobrepor-se a certas expectativas (...), sob pena de não ser reconhecido como tal, ficando sem legitimidade enunciativa”. Nessa cartilha, que é assim denominada pelos próprios autores, notamos uma subversão essencial da estrutura tradicional do gênero. Ao invés de propor “normas e orientações” bem delimitadas, vemos que a proposta é justamente o oposto: “inspirar iniciativas” (DISKIN, 2009, p.3), apresentando uma diversidade de ações realizadas em nome do que é referido por “cultura de paz”, e que, como mostramos, em nenhum momento é objeto de definições ou especificações objetivas. Esse fato é interessante porque materializa a condição de fórmula do sintagma “cultura de paz” na própria forma de constituição da cartilha, ilustrando a fala de Salgado (2011, p.222) acerca das flutuações dos limites dos gêneros – de sua subversão, poderíamos dizer, nesse caso – como resultado do jogo de forças discursivas:

(...) há sempre um conjunto de movimentos entre tais limites e, permanentemente, a tessitura de liames. As diversas ligações entre discursividades também as definem como discursivizações e, então, por definição, as fronteiras são o tempo todo ameaçadas e novamente demarcadas, condicionadas que estão ao jogo de forças estabelecidas historicamente. Um cerco preenhe de escapes.

Tanto essa cartilha quanto o manual de Cristina Von (2003) se caracterizam pela proposta de ações as mais diversas e pelo uso exaustivo de expressões cristalizadas (que muitas vezes funcionam, também, como fórmulas discursivas no espaço público) provenientes dos documentos institucionais que utilizam como principal referência a declaração e o programa de ação para uma cultura de paz da ONU, o Manifesto 2000 e as propostas de “não-violência” de Gandhi.

4.3. falando “de paz”: um código linguageiro

A repetição e a co-ocorrência de fórmulas como “respeito pela vida”, “desenvolvimento sustentável”, “liberdade de expressão”, “tolerância”, “solidariedade”, “diversidade cultural”, “direitos humanos” etc. torna as obras desse primeiro grupo um tanto previsíveis, reprodutoras do “código linguageiro” que podemos associar a “cultura de paz”. Esse fato linguístico ilustra bem a proposta de Krieg-Planque e Oger (2010, p.94) quando afirmam que

[...] o “falar neutro” ocupa um espaço expressivo no “estilo formulaico”: encontramos aqui as cristalizações que tornam as produções institucionais também amplamente previsíveis. As duas dinâmicas de formação dos discursos autorizados, estabilização dos enunciados e apagamentos da conflitualidade, aparecem como complementares. Pelo efeito de evidência e de reconhecimento do pré-construído, a fórmula convida à aceitação, incita à adesão e desencoraja a contradição. Desse modo, ela inibe os contradiscursos possíveis e tende a escamotear as ocasiões de enfrentamento. Simetricamente, a minoração dos desacordos e dos conflitos, a valorização do consenso, se realizam com mais facilidade por intermédio de formulações estereotipadas, de contornos convenientes.⁹⁰

No caso de “cultura de paz” esse falar neutro é associado ao uso expressivo de verbos de fazer (*restabelecer, adotar, divulgar, promover*) que têm “cultura de paz” como objeto, como já havíamos observado, combinados com atos de linguagem exercitativos (*devemos, não devemos*), e, por vezes, promissivos⁹¹ (*comprometer-se*), que *criam a imagem de um outro mundo necessário e possível*, como podemos ver nos excertos a seguir:

“Porém, no meio desta sociedade há muitos que estão tentando **restabelecer a cultura da paz**”
(CARUSO Jr., *Mestres da Cultura da Paz*, p.XIV)

⁹⁰ “[...] le “parler neutre” fait une large place au “ style formulaire” : nous retrouvons ici les figements qui rendent les productions institutionnelles aussi largement prévisibles. Les deux dynamiques de formation des discours autorisés, stabilisation des énoncés et effacement de la conflitualité, apparaissent comme complémentaires. Par l’effet d’évidence et de reconnaissance du préconstruit, la formule appelle l’assentiment, engage à l’adhésion, décourage la contradiction. Par là, elle inhibe les contre-discours possibles et tend à escamoter les occasions d’affrontement. Symétriquement, la minoration des désaccords et des conflits, la valorisation du consensus, s’accomplissent plus aisément par le truchement de formulations stéréotypées, de tournures convenues.” (KRIEG-PLANQUE ; OGER, 2010, p.94, tradução nossa)

⁹¹ A teoria dos atos de linguagem foi proposta inicialmente por J. L. Austin na obra *How to do things with words* publicada em 1962 (na tradução francesa, *Quand dire, c’est faire*, 1970). Segundo ele, todos os enunciados têm uma “força ilocutória”, ou seja, um valor de ação, que pode ser classificada em cinco grandes classes: veridictivos ou judiciais (“condenar”, “decretar”), exercitativos (“ordenar”, “exortar”, “perdoar”), promissivos (“prometer”, “garantir”), comportamentivos (“se desculpar”, “agradecer”, “criticar”) e expositivos (“afirmar”, “negar”, “explicar”) (KERBRAT-ORECCHIONI, [2008] 2010, p.15)

“Não vislumbro outra saída para as graves questões de intolerância que não seja **a adoção de uma cultura de paz e convivência no sentido amplo**, que vai desde a rejeição a todas as formas de violência, como também o respeito à vida e à diversidade inerente” (Antonio CAMPOS, Diálogos no mundo contemporâneo: por uma cultura de paz, p.75)

“**Adotar e divulgar** os valores da cultura de paz passa a ser o ponto de partida para as mudanças fundamentais do mundo, buscando-se construir um novo paradigma de desenvolvimento” (*ibidem*, p.75)

“A Escola Paróquia da Paz **promove, através das aulas de artes, a cultura de paz**, utilizando, como indicação do VIVE, um valor a cada mês. A partir da escolha dos valores são realizadas atividades lúdicas com os alunos do ensino fundamental. No ensino médio, esses valores são trabalhados também nas disciplinas de sociologia e filosofia” (Kelma S. A. L. MATOS, in *Cultura de Paz, ética e espiritualidade*, p. 23)

“Mais de que em qualquer outro momento da História, as pessoas compreendem que **devemos avançar de uma cultura de guerra e violência para uma cultura de paz e não violência**. De fato, durante o Ano Internacional para a Cultura de Paz, do qual fui o diretor, na UNESCO, mais de um por cento da população mundial assinou o Manifesto 2000, **comprometendo-se a cultivar uma cultura de paz** ‘em minha vida diária, em minha família, meu trabalho, minha comunidade, meu país e minha região’. No Brasil, o Manifesto 2000 já foi assinado por mais de 15 milhões de pessoas.” (David Adams in *Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas*, p.13)

“Para haver cultura de paz, **não devemos** separar cor de pele, por deficiência, por local onde nasceu, por escolaridade. Se separamos ou excluímos, formam-se grupos, e uns se colocam contra os outros. A cultura de paz se baseia na capacidade de ver o outro, de ouvir o outro, de compreender o outro e buscar meios de se transformar.” (Monja Coen in CARUSO Jr., *Mestres da Cultura da Paz*, p.24)

Os julgamentos sobre a necessidade de “promover a cultura de paz” se concretizam, nessas obras, principalmente por ações como a educação de crianças e jovens (dinâmicas em grupo e atividades de convivência, reconhecimento da violência e prática da tolerância) (CONIC, 2005; VON, 2003; MATOS; NASCIMENTO; NONATO JR., 2008; NOLETO, 2004), abertura das escolas para atividades de formação e esportivas-culturais nos finais de semana (NOLETO, 2004), participação dos jovens em atividades esportivas regulares (TUBINO; SILVA, 2006), prática da mediação⁹² como

⁹² O autor (EGGER, 2008) expõe as diversas vertentes da prática da mediação, que passa desde o campo jurídico

base para a resolução dos conflitos “de um modo menos traumatizante e aceitável pelas partes” (EGGER, 2008, p.38; também presente em MACHADO, 2008, por exemplo), prática da “justiça restaurativa” nas escolas⁹³ (MACHADO, 2008).

Os livros tornam-se, assim, o meio de divulgação das ações de instituições variadas, como universidades (dentre as quais se destacam a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC)), prefeituras (MACHADO, 2008; DISKIN, 2009), o Ministério de Educação e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (Programa Nacional Paz nas Escolas (MILANI; JESUS, 2003) e mesmo a própria UNESCO (NOLETO, 2004).

Como havíamos proposto, as publicações institucionais, assim como os documentos institucionais produzidos e destinados a circular, funcionam como meio de legitimar a entidade e torná-la visível no espaço público:

“Trata-se de um programa que visa ao **aproveitamento das habilidades e experiência acumulada pela instituição nas suas grandes áreas de atuação**. Ao mesmo tempo em que focaliza a educação, combate-se a exclusão social, incentiva-se a participação cultural, conscientiza-se sobre a prevenção de DST-AIDS, o cuidado com o meio ambiente, para citar apenas algumas áreas, contribuindo tanto para a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica, como para **a promoção da cultura de paz e do desenvolvimento social, dois grandes objetivos da UNESCO**” (NOLETO, 2004, p.47)

O prestígio da publicação de um livro e o reconhecimento de se trabalhar em prol desse “movimento” também fica claro, por exemplo, em passagens como as que destacamos a seguir:

“O convite para apresentar esta obra é, além de oportuno, motivo de alegria e orgulho para mim, na qualidade de cidadão pernambucano e atual Reitor da UFPE, ao expressar para a Comunidade Acadêmica e para a sociedade em geral a **nossa esperança de ver a UFPE como referência em protagonizar a Cultura de Paz**.” (reitor Amaro Pessoa Lins, in *Cultura de paz: a alteridade em jogo*,

(a prática do acordo nos processos judiciais, por exemplo) até o psicanalítico (“capacidade de treinamento das pessoas para poder superar suas situações conflitivas ou traumáticas” (p.51), empresarial (prática de *coaching* (treinamento), trabalhista e outros.

⁹³ Segundo a autora, a justiça restaurativa muda o foco dos “culpados” para os “prejudicados”, buscando uma reconciliação entre as partes envolvidas por meio do diálogo: “Ao contrário da Justiça Tradicional, que se ocupa predominantemente da violação da norma de conduta em si, a Justiça Restaurativa ocupa-se das consequências e danos produzidos pelo dano. Esta forma de justiça valoriza a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos pra a auto-expressão e o protagonismo de cada um dos envolvidos e interessados – autor do fato, receptor do fato, familiares e comunidade.” (BRANCHER; MACHADO in MACHADO, 2008, p.63).

p.11, destaque nosso)

“Vitor Caruso Jr., com este terceiro livro, nos demonstra que também é um dos Mestres da Cultura da Paz.” (Paulo M. Piá de Andrade in *Mestres da Cultura da Paz*, orelha do livro)

Os exemplos acima e a heterogeneidade de práticas sob a unicidade da etiqueta “cultura de paz” ilustram a propriedade da fórmula de se tornar um referente social, tendo um funcionamento expressivo como índice positivo de reconhecimento no espaço público (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.74). Tal como propomos na análise da cartilha *Cultura de paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009), trata-se de mostrar “a necessidade de que certas práticas, aludidas por exemplos bastante variados, se multipliquem e avolumem um dado discurso, correspondente a um mundo desejável, porque supostamente melhor” (SALGADO; SILVA, 2014, p.136).

Os atores sociais envolvidos nesse movimento são representantes de uma nova forma de estar no mundo, e se põem por vezes na condição de conselheiros ou guias para se atingir “a cultura de paz”:

“Aqui estão as sugestões para um caminho feliz, uma vida tranquila, plena e útil para a humanidade. O mérito de maneira alguma é meu, mas destes Mestres da Cultura de Paz com quem tive a sorte de cruzar. O que fazer agora? Qual a melhor ação a tomar? Penso que tudo o que está escrito aqui deve ser passado para a frente, para que possa beneficiar muitas pessoas, **para que possa orientar a vida de outros**, como ocorreu comigo.” (CARUSO JR., *Mestres da Cultura da Paz*, p.99, destaque nosso)

“O tema da intolerância e a necessidade de se estabelecer um diálogo profícuo entre as culturas têm despertado o meu interesse enquanto cidadão do mundo, escritor, advogado e acadêmico. É inevitável que ele nos provoque uma reflexão sobre o papel que temos a cumprir nessa realidade”. (CAMPOS, *Diálogos no mundo contemporâneo: por uma cultura de paz*, p.11-12)

Em um dos casos, a oportunidade de publicação de um livro é utilizada também para a promoção da categoria dos atores sociais envolvidos e a defesa de seus interesses:

“(…) ao longo do ano nos deparamos com inúmeras e diversas iniciativas de difusão da prática do Esporte, fazendo alusão ao Ano Internacional instituído pela ONU e mesmo em propostas de órgãos governamentais citava-se Ano da Educação Física e do Esporte. Entendemos que tal fato é gerador

pela defesa da sociedade que o Sistema vem encetando e demonstração da assertiva brasileira quanto a **instituir a obrigatoriedade da prática de atividade física por Profissional de Educação Física**” (TUBINO; SILVA, *Esporte e cultura de paz*, 2006, p.16, destaque nosso)

O segundo grupo de obras se diferencia principalmente por se opor diretamente ao discurso da ONU e da UNESCO (ALMEIDA, 2010) ou por ignorá-lo enquanto “origem” da fórmula “cultura de paz” (CUNHA, 2007; CADERNOS ADENAUER VI, 2005).

Na apresentação da obra *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz* (ALMEIDA, 2010), a polêmica discursiva entre os dois posicionamentos que destacamos inicialmente se manifesta em uma acusação direta à Unesco e “à mídia em geral”:

“Pensar em desenvolver uma cultura de Paz, na atualidade, não significa apenas superar emergências locais, mas se posicionar dentro da realidade do mundo hodierno, visando romper com o atual paradigma em vigor e imposto pelos países desenvolvidos da Europa, da América e da Ásia. O sistema neoliberal excludente, consumista e individualista, já se revelou ecologicamente insustentável e profundamente antiético, pois, para se perpetuar, saqueia os recursos limitados do nosso planeta e, concentrando a riqueza nas mãos de poucos, condena a maioria a uma vida subumana. (...) Os autores partem do pressuposto de que a educação é fundamentalmente um ato político e ideológico, por isso, é capaz de ser tanto revolucionário quanto domesticador, dependendo do que se pretende com o ato de educador. Nessa perspectiva, todos os capítulos compreendem a paz de maneira crítica, **diferentemente do que prega a UNESCO e a mídia de maneira geral.**” (Dom Adriano Ciocca Vasino, Bispo da Diocese de Floresta *in* ALMEIDA, 2010, p.12, destaque nosso)

Como pode se notar já no título da obra, há a inclusão de um adjetivo na fórmula “cultura de paz”, que se torna “cultura *ética* de paz”, de forma a especificá-la e diferenciá-la de uma pressuposta “cultura *não ética* de paz”. Nos artigos que se seguem no livro, a especificação de uma determinada “cultura de paz” em detrimento de outra é recorrente:

“é importante refletir sobre **a cultura de paz que os meios de comunicação se encarregam de estabelecer como concepção oficial da paz** porque, na verdade, o que eles promovem é uma ideologia da paz. (...) **A paz do sistema capitalista não serve** porque, verdadeiramente, não é paz; é propaganda subliminar da classe dominante em manter o status quo vigente. (...) Os mesmos grupos

que patrocina a paz “da pombinha da paz” são os que legitimam explicitamente a morte-matada, a não-visibilidade, o não-lugar de milhões de brasileiros excluídos de tudo o que o país produz”. (Jorge Miranda de Almeida, in *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz*, p.24, destaques nossos)

No entanto, cabe notar que não se trata de um posicionamento homogêneo ao longo de todo o conjunto de textos. No artigo “Os pressupostos da comunicação da educação para uma cultura de paz” (Ana Claudia Pacheco de Andrade in ALMEIDA, 2010, p.97), por exemplo, a definição da fórmula é recuperada do programa da ONU, e a obra de Noletto (2003) é referenciada sobre as atividades de lazer e formação nas escolas do Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz.

Os livros *Desarmamento, segurança pública e cultura de paz* (CADERNOS ADENAUER, 2005) e *Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: juventude gerAção da paz* (CUNHA, 2007), diferentemente, não citam em nenhum momento documentos da ONU ou da UNESCO relativos a “cultura de paz”, não parecendo reconhecê-las, portanto, como fontes dotadas de autoridade.

O primeiro deles trata de uma coletânea de artigos que defendem a necessidade do monopólio legítimo do uso de armas pelo Estado ou o desarmamento total à época do Referendo pelo Desarmamento. Os autores se dividem entre uma maioria de professores universitários de áreas diversas (Filosofia, Ciências Sociais e Teologia) e porta-vozes de instituições como Polícia Militar, Iansa (International Action Network on Small Arms), Fundação para a Reconciliação (Bogotá, Colômbia) e Economistas Aliados pela Redução das Armas (filial da África do Sul).

O segundo traz uma série de reflexões a respeito do projeto de mesmo nome que o livro, “Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: juventude gerAção da paz”, proposto pelo Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba (SEJAP). A proposta do livro já mostra um posicionamento diferente das obras do primeiro grupo ao propor “articular a discussão da construção de uma cultura de paz à luta pelas políticas públicas para as juventudes” (Coordenação do projeto in CUNHA, 2007, p.12). A conjuntura histórica apresentada mostra a violência enquanto resultado de injunções sociopolíticas, e as ações propostas pelo livro – que significativamente insere a palavra “ação” em “gerAção” por meio do uso da vogal maiúscula – vão na direção de mobilizar os jovens de uma rede ecumênica de igrejas a se articular e pressionar os poderes executivo, legislativo e judiciário por mudanças.

No artigo inicial “Juventudes: cultura da violência e cultura de paz” (DELAINI in CUNHA, 2007, p.30, destaque nosso), enfatiza-se que

“A **cultura da desigualdade e da indiferença** encontra como uma das causas e consequência principais a situação econômica do país, que é um dos campeões mundiais em má e injusta distribuição da renda e da riqueza, e que o atual modelo neoliberal com suas ‘leis de mercado’, continua acentuando e fortalecendo, aumentando assim a violência estrutural”.

O conceito de paz é também questionado, na mesma busca pela *desopacificação* mencionada anteriormente: “Todo mundo fala de paz, defende, busca a paz: mas qual conceito de paz, ligado a qual visão de mundo e, mais ainda, qual prática de construção da paz é vivenciada?” (DELAINE *in* CUNHA, 2007, p.36).

A estratégia discursiva adotada nesses livros de forma geral é, portanto, o inverso daquela do primeiro grupo: pretende-se uma *desopacificação* da linguagem por meio da ressignificação das expressões utilizadas, numa clara disputa pelo preenchimento semântico das fórmulas que circulam na arena do espaço público.

Os questionamentos sobre a validade do sintagma “cultura de paz” parecem se restringir, portanto, a espaços acadêmicos, como na obra *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz* (ALMEIDA, 2010) proposta pela Pós-Graduação em Educação e Ética para uma Cultura de Paz, ou a espaços com um grau menor de institucionalização, como essa vertente mais radical da Igreja Católica representada na obra *Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz* (CUNHA, 2007).

De maneira resumida, podemos delinear as características dos discursos “de paz” no meio editorial (o qual, claramente, institui sentidos atribuíveis à fórmula e, ao mesmo tempo, é construído pelos usos que materializam possibilidades de interpretação produzidas no interdiscurso) como pertencentes aos posicionamentos de *conciliação* ou de *rompimento*, da seguinte forma:

Características dos discursos "de paz"	
<u>apaziguamento / conciliação</u>	<u>questionamento / rompimento</u>
co-ocorrência com outras fórmulas citação de documentos de autoridade: ONU, UNESCO aforizações: Gandhi, Diskin, Monja Coen uso de paráfrases: “Paz é a gente que faz”, “A paz está em nossas mãos” imagens que redizem o sintagma (mãos unidas, pomba branca), cores alegres, fortes	desopacificação da linguagem: ausência de fórmulas oposição à / apagamento da ONU e da UNESCO (desautorização) “cultura de paz” como decorrência de uma necessária mudança de paradigmas socioeconômicos uso menor de imagens e de cores
legitimação da entidade (e de suas práticas) no espaço público	
sobreposição da apresentação sobre a significação	sobreposição da significação sobre a apresentação

tabela 2: características do código linguageiro "de paz" segundo posicionamentos de conciliação ou rompimento.

Constatamos, assim, que estudar o mercado editorial considerando-o como instituição discursiva, isto é, que produz discursividades que, ao mesmo tempo, o sustentam (SALGADO, 2011, p.43), permitiu verificar as implicações da circulação da fórmula num ambiente de trocas que legitima e empodera a palavra escrita e os atores que por ela respondem.

Ao inserir a problemática dos livros na “ordem do discurso”, Chartier trouxe à tona uma questão que subjaz ao senso comum da edição e publicação de obras como meio “neutro” de disseminação do conhecimento nos diversos campos do saber. Afinal, o mercado editorial pode ser pensado na figura do editor que é, também, “[...] aquele que restringe o debate público ao regular a mediação entre produtores de mensagens e os sujeitos aos quais essas mensagens se destinam”, e que “acaba por determinar, ao menos provisoriamente, quais textos circularão na sociedade” (MUNIZ JR., 2010, p.4).

Se pensarmos na lógica de funcionamento em que se inserem os mercados em nossa atualidade capitalista, a contraditoriedade existente nessa função dicotômica de

disseminação/preservação e restrição/exclusão da produção editorial (MUNIZ JR., 2010, p.5) se explica pelo condicionamento da cultura à economia, obedecendo, portanto, à “dupla tirania” do dinheiro e da informação, que, para Milton Santos (2011, p.27),

fornece as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas.

Os livros sobre “cultura de paz”, nessa conjuntura, tornam-se objetos de desejo por serem objetos belos e de valor moral, produzindo posicionamentos políticos e participando da construção do *ethos* das instituições que ali aparecem e das que potencialmente “vestirão a camisa” do movimento. Eles atuam significativamente, por seu poder altamente institucionalizador, no estabelecimento de crenças e práticas nos espaços em que circulam – ainda que essas práticas sejam tão variadas como as que vimos acima –, irrigando e materializando o território semântico pelo qual a fórmula trafega.

V

Contextos discursivos da fórmula

Repetir repetir — até ficar diferente.
Repetir é um dom do estilo.

[Manoel de Barros, *III, Uma didática da invenção*]

Pensar a constituição de uma fórmula no espaço público implica pensar as redes de memória que a sustentam, acionadas pelos atores sociais como mecanismo de legitimação – seja pela ancoragem em dados do "real" (datas e documentos estabelecidos por instituições internacionais reconhecidas como fontes de "autoridade") ou, por exemplo, pelo apoio de verdades incontestáveis porque ditas por seres iluminados (aforizações de líderes políticos/religiosos) – e, ao mesmo tempo, construídas pelas práticas discursivas daqueles que a fazem circular – seu uso como *tag* em posts de plataformas diversas, sua associação a símbolos imagéticos, a construção linguística de que seus utilizadores fazem uso etc.

Nesse sentido, os *contextos discursivos* são reveladores de seu funcionamento, pertencendo “[...] à ordem do real discursivo e simbólico que a própria fórmula revela” (KRIEG-PLANQUE, 2012, versão digital).

Neste capítulo, destacamos brevemente (reconhecendo que a análise de cada um dos pontos se constitui como objeto de pesquisa interessante para desdobramentos futuros) alguns dos *contextos* de maior interesse para a compreensão da fórmula "cultura de paz".

nomes próprios

Como já pôde ser constatado nos dados apresentados, o sintagma "cultura de paz" é frequentemente mobilizado em nomes de eventos, de entidades, de órgãos governamentais (secretarias, ministérios) e de documentos jurídicos (leis, projetos de lei). A fim de dar uma dimensão de seus usos, listamos a seguir algumas dessas ocorrências que ilustram sua diversidade:

- Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz;
- Superintendência de Cultura de Paz (órgão da Secretaria de Estado da Promoção da Paz de Alagoas)⁹⁴;
- Secretaria de Direitos Humanos e Cultura de Paz da Prefeitura de Santo André (SP)⁹⁵;
- Fundação Lama Gangchen para a Cultura de Paz;
- Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais / Pontão de Convivência e Cultura de Paz;

⁹⁴ Disponível em: <http://www.paz.al.gov.br/institucional/superintendencia-de-cultura-de-paz>. Último acesso em 1 de julho de 2014.

⁹⁵ Disponível em: <http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/2013-03-20-17-29-08/2013-03-20-17-30-14/direitos-humanos-e-cultura-de-paz>. Último acesso em 1 de julho de 2014.

- Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz - UMAPAZ;
- Universidade Internacional da Paz - UNIPAZ;
- Fórum Internacional Cultura de Paz e Pedagogia da Convivência (DISKIN; NOLETO, 2010, p.45);
- Festival Cultura de Paz - Encontros da Cultura Ecológica⁹⁶;
- Conviver em Paz nas Cidades – Encontro Nacional de Cultura de Paz, Políticas Públicas e o Direito à Cidade (SP)⁹⁷;
- Encontro Internacional “En Pie de Paz – Cultura de paz, políticas públicas e desenvolvimento cultural (SP);
- III Seminário Nacional sobre Cultura de Paz: fortalecendo as práticas de justiça restaurativa (RS)⁹⁸
- I Fórum De Educação, Cultura De Paz e Convivência Religiosa do Hospital Geral Roberto Santos (BA)⁹⁹;
- Mesa redonda “A mulher na cultura de paz” (SENAC - SP)¹⁰⁰
- I Encontro Regional de Políticas Públicas Culturais de Convivência e Paz (BA)¹⁰¹.

Cabe enfatizar que em 2002 foi criado em São Paulo o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz – CONPAZ, que em 2003 teve seus membros nomeados (“titulares e respectivos substitutos, representantes de organizações e movimentos culturais”, estando Lia Diskin entre eles) e que em 2006 escreveu uma Carta Aberta aos Candidatos para as Eleições em curso, a qual buscava “a formulação de Políticas Públicas com base nos princípios de Cultura de Paz” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, cf. anexos).

⁹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/FestivalCulturaDePaz>. Último acesso em 1 de julho de 2014.

⁹⁷ Disponível em: http://www.polis.org.br/convivenciaepaz/?page_id=1841. Último acesso em 1 de julho de 2014.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/noticia/iii-seminario-nacional-sobre-cultura-de-paz>. Último acesso em 1 de julho de 2014.

⁹⁹ Disponível em: https://www.sympla.com.br/i-forum-de-educacao-cultura-de-paz-e-convivencia-religiosa-do-hospital-geral-roberto-santos__19065. Último acesso em 1 de julho de 2014.

¹⁰⁰ Disponível em:

<http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=DYNAMIC,oracle.br.dataservers.ContentEventDataServer18,selectEvent&template=946.dwt&event=1599>. Último acesso em 1 de julho de 2014.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?p=2646>. Último acesso em 1 de julho de 2014.

textos-chave

Fazem parte dos textos-chave “relatos, declarações e documentos nos quais os comentadores acreditam poder identificar o sentido profundo ou as intenções inaugurais da fórmula” (KRIEG-PLANQUE, 2012, versão digital).

No caso de "cultura de paz", podemos elencar os documentos que puseram a fórmula em circulação, como visto em compêndios como os de Adams (2005) e do Comitê Paulista para a Década de Cultura de Paz¹⁰² que disponibilizam on-line o que denominam "documentos da cultura de paz":

- Declaração sobre a Paz na Mente dos Homens (Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1989 - cf. anexos);
- Manifesto 2000¹⁰³;
- resoluções da ONU (cf. anexos);
- textos e depoimentos de David Adams (2005);

citações de autoridade

"Devemos ser a mudança que queremos ver no mundo" / "Não existe um caminho para a paz. A paz é o caminho" / "O primeiro princípio da ação não violenta é a não cooperação com tudo que é humilhante". (Mahatma Gandhi)

"O que me preocupa não é o grito dos violentos, é o silêncio dos bons" / "Eu tenho um sonho" (Martin Luther King Jr.)

"Nunca duvide de que um pequeno grupo de cidadãos conscientes e engajados consiga mudar o mundo. Na verdade, essa é a única via que conseguiu produzir mudanças até agora" (Margaret Mead)

"Não importa a religião, o que importa é que amemos" (Madre Teresa de Calcutá)

¹⁰² Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br>. Último acesso em 20 de junho de 2014.

¹⁰³ Disponível em: <http://www3.unesco.org/manifesto2000/>. Último acesso em 2 de julho de 2014.

Essas citações, desprovidas de contexto, funcionam como aforizações (MAINGUENEAU, 2010) que legitimam o discurso de “cultura de paz” e conferem autoridade àquele as enuncia, uma vez que originadas de fontes de sabedoria reconhecidas socialmente.

estrato gráfico e icônico

Trata-se de contextos imagéticos que, pelos trajetos sociais da fórmula, se estabeleceram como acionadores das redes de memória instituídas por ela no interdiscurso: a pomba branca da paz (e do Espírito Santo, na religião católica), a representação da ideia de convivência e interdependência pela metonímia das mãos dadas, como se vê na logomarca do Manifesto 2000, e ilustrações que remetem à prática do "cultivo", derivada da construção "cultura de [paz]", que remete ao verbo "cultivar".



figura 4.3:1: contextos imagéticos da fórmula: a pomba branca "da paz"¹⁰⁴



figura 4.3:2: contextos imagéticos da fórmula: a metonímia das mãos dadas e o ato de cultivar¹⁰⁵

¹⁰⁴ Disponíveis, respectivamente, da esquerda para a direita, em:
<https://www.exposenetwork.com/news/2014/06/17/viol%C3%Aancia-na-escola-traz-novos-desafios-aos-educadores>;
<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/noticias/5178-semana-da-paz-2013-sete-dias-dedicados-a-cidadania-e-ao-respeito-mutuo>;
<http://www.londrinatur.com.br/pos-graduacao-cultura-de-paz-unopar/>. Último acesso em 1 de julho de 2014.

gêneros e tipos de textos que implica

Como se pôde constatar pelo exposto até aqui, a fórmula circula por gêneros textuais variados, um dos motivos pelos quais o conceito de *percurso* de Maingueneau ([2006] 2008) é interessante como recurso metodológico, conforme nossa abordagem inicial.

Dentre os formatos mais expressivos, podemos destacar cartilhas, cartazes de eventos, documentos institucionais, como relatórios e declarações, documentos jurídicos, como projetos de lei e editais, artigos, notícias e textos diversos de divulgação de eventos.

A coleta de dados fundada nos percursos de “cultura de paz” permitiu rastrear esses materiais de gêneros extremamente variados que, aparentemente dispersos, circulam no interdiscurso reproduzindo o modo de funcionamento da fórmula, materializado em cenografias diversas pautadas no convívio pacífico entre pessoas, nações e natureza e em um ethos de bondade e temperança.

tags

Um novo contexto discursivo interessante a ser considerado em pesquisas futuras é o funcionamento das fórmulas como *tag* e *hashtag* de postagens em sites e blogs que não necessariamente tenham ocorrências da fórmula em seu conteúdo. Funcionando como um dispositivo de identificação e rastreamento de informações sobre um determinado assunto, essas ferramentas permitem observar o paradoxo constitutivo de produção e cristalização dos sentidos da fórmula no interdiscurso.

As *tags* operam como “etiquetas” que identificam as postagens, facilitando, assim, sua localização em buscas por meio de “palavras-chave” e organizando os conteúdos do site ou blog por temas afins. Encarnadas em fórmulas, elas se tornam uma ferramenta aglutinadora de sentidos, como podemos, por exemplo, nas colunas da jornalista Adília Belotti do IG¹⁰⁶, em que posts variados, que englobam o movimento *Playnig for change* (músicos do mundo tocando as mesmas

¹⁰⁵ Disponíveis, respectivamente, da esquerda para a direita, em:

<http://www.olinda.pe.gov.br/saude/olinda-lanca-campanha-em-promocao-a-cultura-da-paz;>

<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/noticia/iii-seminario-nacional-sobre-cultura-de-paz;>

[http://bemcoletivo.wordpress.com/2011/04/12/cultura-de-paz-conceito-e-entidades/;](http://bemcoletivo.wordpress.com/2011/04/12/cultura-de-paz-conceito-e-entidades/)

<http://www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?p=2646>. Último acesso em 1 de julho de 2014. A última imagem, que, como se pode ver, circula como ilustração autônoma de “cultura de paz”, refere-se à capa da obra *Cultura de paz: guia para a transformação social* (CONIC, 2005).

¹⁰⁶ Disponível em: http://colunistas.ig.com.br/toquesdealma/tag/paz/?doing_wp_cron. Último acesso em 16 de julho de 2014.

canções de forma diferente), uma crônica sobre o “*homo cordialis*”, um lembrete para se manifestar no “Dia Mundial da Paz”, um histórico que retoma os 50 anos do “símbolo da paz”..., são marcados pela autora com a *tag* “cultura de paz”.

As *hashtags*, por sua vez, identificadas pelo uso do símbolo “#”, se iniciaram nas redes sociais como forma de identificar posts alimentando uma interação dinâmica nas redes, facilitando, também, a localização e a organização de assuntos correlatos. No entanto, acabaram ganhando uma dimensão simbólica que extrapola a função algorítmica, atribuindo importância aos enunciados em que circulam. Podemos verificar esse uso, por exemplo, em cartaz de campanha realizada em escolas estaduais de Santa cruz do Capibaribe (PE) para debater temas como “violência doméstica, bullying, homofobia, violência política, violência ambiental, exploração sexual e violência no trânsito” por meio “da exibição de filmes, palestras, debates e reflexões, pedindo a paz”:



figura 4.3:3: “#cultura de paz” em cartaz de campanha escolar¹⁰⁷

Os *contextos discursivos* da fórmula funcionam, assim, como pontos de ancoragem de sua circulação no interdiscurso, sendo estabelecidos pelos seus usos e, ao mesmo tempo, participando de sua construção simbólica no espaço público.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.blogdoneylima.com.br/iniciativa-12/>. Último acesso em 16 de julho de 2014.

Considerações finais

No fundo, no fundo,
bem lá no fundo,
a gente gostaria
de ver nossos problemas
resolvidos por decreto

a partir desta data,
aquela mágoa sem remédio
é considerada nula
e sobre ela — silêncio perpétuo

extinto por lei todo o remorso,
maldito seja que olhas pra trás,
lá pra trás não há nada,
e nada mais

mas problemas não se resolvem,
problemas têm família grande,
e aos domingos saem todos a passear
o problema, sua senhora
e outros pequenos probleminhas.

[Paulo Leminski, *Bem no fundo*]

6.1. cultura de paz, consenso e fábula



figura 6.1:1: "Paz", cartum de Jarbas¹⁰⁸

O interesse em estudar o funcionamento de “cultura de paz” como fórmula, para além de uma resposta final afirmativa ou negativa sobre sua adequação nessa categoria discursiva, residuiu no fato de essa hipótese ter obrigado a um método: a observação de seu funcionamento no espaço público, do jogo de implicações dos posicionamentos que convoca e das identidades discursivas que, em meio às flutuações – ou deveríamos dizer, por causa delas –, colabora para construir.

Como vimos, a imprescindibilidade de um “discurso único” (SANTOS, [2000] 2012) de instauração de paz planetária só pode ter eco em um mundo em que o “discurso da guerra” se presentifica massivamente nos objetos, nos espaços e nas práticas cotidianas. São testemunhas do medo generalizado da violência, por exemplo, as formas variadas de militarização do espaço público, que atestam a busca cada vez maior por “segurança”, tema que se mostrou recorrente nos enunciados de “cultura de paz”.

Segundo Santos (1994, p.23),

o que, em nosso tempo, seja talvez o traço mais dramático é o papel que passaram a obter, na vida quotidiana, o medo e a fantasia. Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência ao serviço do mercado e do poder e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial de nosso modelo de vida. (SANTOS, 1994, p.23).

¹⁰⁸ Disponível no site do cartunista: <http://www.querodesenho.com/category/cartum/>. Acesso em 11 de julho de 2014.

É nessa conjuntura que as instituições atuam com um papel importante no apaziguamento social. A análise dos enunciados primeiros de "cultura de paz" nos documentos da ONU e da UNESCO mostraram como o *efeito de consenso* produzido por esse tipo de discurso é, conseqüentemente, projetado na fórmula, instaurando uma ideia utópica de paz mundial porque apagadora dos conflitos políticos, sociais e econômicos existentes nas relações entre os países.

Mas se o apagamento da conflitualidade constitutivo do "falar neutro" institucional permite, por um lado, seu estabelecimento como referente social no espaço público, cabe notar que essa prática discursiva não se estabelece sem reflexos na organização da sociedade, uma vez que “[...] o consenso apaziguado tem um custo social e político inerente: esforços coletivos permanentes para administração do dissenso, o que implica reconhecer a heterogeneidade de posicionamentos que configura toda atividade humana” (SALGADO, 2011, p.155).

De fato, o largo espaço de deriva semântica que constatamos nos usos da fórmula, nutrido pelos temas altamente opacos a que foi associada em sua gênese, mostra a heterogeneidade irreduzível de movimentos que se pretendem amplos e democráticos¹⁰⁹. Assim é que "cultura de paz" passa a funcionar como argumento legitimador de práticas diversas, que podem ir desde o campo da educação, por exemplo, nas propostas de "educação para a paz", como a inserção da disciplina "cultura de paz" nos ensinos fundamental e médio, as atividades práticas de "tolerância" e "convivência" ou a substituição do recreio pela prática de meditação nas escolas..., até o campo sexual, em cartilhas destinadas à prevenção da violência entre casais homossexuais que pregam a "cultura da paz e do amor, e não da guerra" e em campanhas de "sexo seguro" que distribuem camisinhas, como a promovida pela prefeitura de Olinda.

Registramos enfim que, pensando no mundo globalizado enquanto fábula, cuja “máquina ideológica [...] é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” (SANTOS, [2000] 2012, p.18), faz sentido que a maior parte dos discursos de “cultura de paz” tenha nas relações de *aliança* o principal mecanismo discursivo, de forma que, ao preconizar um “encantamento do mundo”, permanecem na superfície de problemas que na verdade se constituem nas bases do sistema socioeconômico vigente na maior parte do mundo.

¹⁰⁹ O exemplo cabal da complexidade de tudo que se pretende "hegemônico" é o acontecimento que ficou conhecido como "manifestações de junho" em 2013: tendo, inicialmente, como objetivo a redução das passagens de ônibus em São Paulo, os protestos espalharam-se pelo país e tornaram-se lugar de reivindicações não só as mais diversas como, muitas vezes, opostas, culminando inclusive em atos de violência contra movimentos históricos de militância nas ruas.

6.2. encaminhamentos futuros

uma hiperfórmula?

Como dissemos anteriormente, os temas pelos quais “cultura de paz” circula são constitutivamente opacos, sujeitos a interpretações diversas que dependem do posicionamento daqueles que os mobilizam. Sua aglutinação sob a forma linguística única “cultura de paz” faz com que conjecturemos a hipótese de que essa fórmula funcione como uma espécie de *hiperfórmula*, estabelecendo uma relação de *hiperonímia* entre sintagmas potencialmente formulaicos, característica decorrente, em grande medida, das condições de sua gênese.

Segundo Azeredo (2011, p.436), “nas descrição das relações lexicais, adotam-se os conceitos de conjunto e subconjunto e diz-se que o termo geral é um **hiperônimo** dos termos específicos, e que estes são **hipônimos** do termo geral”. Selecionando sintagmas que pareceram mais interessantes para exemplificar esse funcionamento, podemos observar esse funcionamento de forma mais evidente:



figura 6.2:1: relação de *hiperonímia* estabelecida por "cultura de paz" com outros sintagmas

Como pudemos constatar nos usos atestados de “cultura de paz”, essa fórmula se mostrou como um pólo de atração de fórmulas também já estabelecidas no espaço público. Esse é, claramente, o caso de “desenvolvimento sustentável”, estudado por Krieg-Planque (2012, versão digital) e objeto de interesse de algumas pesquisas sobre fórmula no Brasil (cf, por exemplo, LOURENÇO, 2012; ALCÂNTARA, 2013).

Neste momento, nos perguntamos em que medida “cultura de paz”, além de funcionar como um “denominador comum”, auxilia outros sintagmas que também condensam questões atuais a serem alçados à condição de fórmula. Sobre esse funcionamento, tomamos como exemplo “consciência negra”, que tem sido objeto de uma investigação inicial (OLIVEIRA, 2013) como potencial “fórmula discursiva”:



figura 6.2:2: "Por uma cultura de paz": celebração do dia da consciência negra¹¹⁰

Na ocorrência que destacamos acima, a celebração do dia da “consciência negra” é divulgada em cartaz que tem como maior destaque o mote “por uma cultura de paz”, fartamente documentado nas ocorrências de “cultura de paz”, e a mão *negra*, que assim dialoga, ao mesmo

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.sucessoemrevista.com.br/index.php/edicao-44/conteudo-ed-44/item/97-por-uma-cultura-de-paz.html>. Acesso em 13 de junho de 2014.

tempo, com o sintagma “consciência negra” e com a memória discursiva depositada na imagem de “mãos”, metonímia de convivência, que “rediz” a fórmula “cultura de paz”.

o ovo ou a galinha: “cultura de paz”, “de paz”, “da paz”

Para este trabalho, consideramos “cultura de paz” como a variante mais prototípica da fórmula, tendo como base não só o critério quantitativo, mas também sua presença em documentos e publicações institucionais.

Posteriormente, encontramos no interdiscurso uma irradiação do complemento nominal “de paz” que nos leva a questionar, ainda que sem possibilidade de responder a esta pergunta neste momento, se seria esta a construção primeira da fórmula (embora sem o grau de institucionalização que “cultura de paz” alcançou) ou se se trata de um desdobramento daquela, que teria se reduzido, então, de sintagma nominal a sintagma adjetival, multiplicando as possibilidades de aglutinação com outros sintagmas que, eles também, condensam questões sociais da atualidade em que se originam. É o caso, por exemplo, de “rolezinho da paz”¹¹¹, “territórios de paz”¹¹², “marca de paz” (em sua variação “paz de estilo”¹¹³), que evidenciam como a fórmula consagrou a possibilidade de deriva semântica de “paz” e, inclusive, de mercantilização de seu significado.



figura 6.2:3: "rolezinho da paz" e "paz de estilo"

¹¹¹ Disponível em: <http://vigilantepaulopontes.blogspot.com.br/2014/02/rolezinho-da-paz.html>. Último acesso em 10 de junho de 2014.

¹¹² Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/11/16/edital-mais-cultura-de-apoio-a-microprojetos-para-os-territorios-de-paz-2/>. Último acesso em 10 de junho de 2014.

¹¹³ Disponível em: <https://useahimsa.com>. Último acesso em 23 de maio de 2014.

referências bibliográficas

ADAMS, David et al (2011). *Report on the Decade for a Culture of Peace: Final Civil Society Report on the United Nations International Decade for a Culture of Peace and Non-violence for the Children of the World (2001-2010)*. Disponível em: http://www.fund-culturadepaz.org/spa/DOCUMENTOS/Report_on_the_Decade_for_a_Culture_of_Peace.pdf. Acesso em 3 de julho de 2011.

ADAMS, David. (2005). *Global Movement for a Culture of Peace*. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/copoj/index.html>. Acesso em 28 de julho de 2011.

_____. (2005a) Definition of Culture of Peace, in *Global Movement for a Culture of Peace*. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/copoj/definition.html>. Acesso em 28 de julho de 2011.

_____. (2005b). International Peace and Security, in *Global Movement for a Culture of Peace*. Disponível em <http://www.culture-of-peace.info/copoj/security.html>. Acesso em 28 de julho de 2011.

_____. (2005c). The American Peace Movements (chapter 7), in *Global Movement for a Culture of Peace*. Disponível em <http://www.culture-of-peace.info/apm/chapter7-20.html>. Acesso em 28 de julho de 2013.

_____. (2007). *Relatório Mundial de Cultura de Paz. 2007*. Disponível em: http://www.fund-culturadepaz.org/spa/INFORME_CULTURA_DE_PAZ/INFORME/informeFCP_por.pdf. Acesso em 5 de julho de 2011.

ALCÂNTARA, Gleice Antonia Moraes de. *Desenvolvimento sustentável: a fórmula na mídia de MT*. In: Encontro Nacional de Linguagem História e Cultura, 11ª. (ENALIHC), 2013, Cáceres/MT. Anais... Cáceres/MT: Centro de Estudo e Pesquisa em Linguagem / Mestrado em Linguística, 2013. Vol. 6. Disponível em: http://siec.unemat.br/anais/enalihc/impressao-resumo_expandido.php?fxev=MA==&fxid=MjQ3Nw==&fxcod=MTIwMzI=&fxdl=I. Acesso em 25 de junho de 2014.

ALEXA. Statistics Summary for google.com. Disponível em: <http://www.alexa.com/siteinfo/google.com#>>. Acesso em 17 de dezembro de 2012.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. CONPAZ (Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz). Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=263753>. Acesso em 1 de agosto de 2011.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.

BATISTA, Donizeti. *Uma análise do funcionamento dos mecanismos de busca na rede mundial de computadores*. 2007. 91 p. Dissertação (mestrado em ciências em história das ciências e das técnicas e epistemologia) – COPPE, universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

BENITES, Sônia Aparecida Lopes. Fórmulas de ensinar e de aprender. *Polifonia*, Cuiabá, MT, v.18, n.23, p.31-42, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Projeto de lei e outras proposições.

Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/>. Acesso em 17 de abril de 2013.
Resultados de pesquisa realizada com a entrada “cultura de paz”.

CASTELLS, M. *A galáxia da internet* – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza Borges, rev. técnica Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (2008). *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª ed. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora UNB, 1998.

_____. *Inscrição e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

COMITÊ PAULISTA PARA A DÉCADA DA CULTURA DE PAZ. Manifesto 2000. Disponível em http://www.comitepaz.org.br/o_manifesto.htm. Acesso em 28 de julho de 2011.

_____. *A logomarca*. Disponível em: http://www.comitepaz.org.br/a_logomarca.htm. Acesso em 15 de junho de 2011.

_____. *Declaração sobre a Paz na Mente dos Homens*. Disponível em http://www.comitepaz.org.br/o_manifesto.htm. Acesso em 28 de julho de 2013.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros – passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DISKIN, Lia; NOLETO, Marlova Jovchelovitch (coord.). *Cultura de paz: da reflexão à ação - Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo*. UNESCO, 2010.

DUCHENE, Alexandre. “Construction institutionnelle des discours : idéologies et pratiques dans une organisation supranationale”, TRANEL. *Travaux neuchâtelois de linguistique*, Université de Neuchâtel, n°40, pp.93-115.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2013. Edição original: 1969.

GOOGLE. Plataforma Google Trends. Disponível em: <http://www.google.com.br/trends/>. Acesso em 26 de abril de 2013.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni (org.) *Gestos de leitura: da História no Discurso*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1994. Edição original: 1986.

JOHNSON, Steven. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. [Interface culture: how new technology transforms the way we and communicate]. Maria Luiza X. de A. Borges (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 189 p. (Coleção Interface).

KRIEG-PLANQUE, Alice. *Emergence et emplois de la formule “purification ethnique” dans la presse française (1980-1994)*. Une analyse de discours, thèse de doctorat em sciences du langage soutenue le 9 novembre 2000 à l'Université de Paris 13. Paris Nord, 3 vol., 840 p.

_____. “Purification ethnique”. *Une formule et son histoire*. Paris, CNRS Editions, 2003.

_____. “Sciences du langage” et “Sciences de l’information et de la communication” : entre reconnaissances et ignorances, entre distanciations et appropriations. In: NEVEU, Franck; PETILLON, Sabine. *Sciences du langage et sciences de l’homme*. Limoges: Editions Lambert-Lucas, 2007. pp.103-119.

_____. Por uma análise discursiva da comunicação: a comunicação como antecipação de práticas de retomadas e de transformação dos enunciados. In: *Linguasagem*: revista eletrônica de divulgação científica. 16ª. edição. São Carlos: DL-UFSCar, 2009. Disponível em: [HTTP://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao16/index.php](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao16/index.php).

_____. *La notion de formule en analyse du discours*: cadre théorique et méthodologique. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009.

_____. *A noção de “fórmula” em análise do discurso*: quadro teórico e metodológico. Trad. Luciana Salazar Salgado, Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Lingua[gem]; 39)

_____. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar. *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011, p.11-40.

_____. A fórmula “desenvolvimento sustentável”: um operador de neutralização de conflitos. Trad. Roberto Leiser Baronas, Júlia Lourenço Costa e Virginia Rubio Scola. *Linguasagem*: revista eletrônica de divulgação científica. 19ª. edição. São Carlos, DL-UFSCAR: 2012 (versão digital).

_____. *Analyser les discours institutionnels*. Paris: Armand Colin, 2012.

KRIEG-PLANQUE, Alice; OGER, Claire. “Discours institutionnels : perspectives pour les sciences de la communication”, *Mots. Les langages du politique*, Lyon, ENS Editions, n°94, 2010, pp. 91-96.

KUNCOVA, Andrea; MAISONDIEU, Aude. Manual resumido de utilização: dez primeiros passos com L3. Ed.3.41. Trad. Dirceu Cleber Conde. SYLED - CLA²T, 2003. Disponível em: <http://www.tal.univ-paris3.fr/lexico/lex3-10pas/Lexico3-10premierspas-portugais.pdf>. Acesso em 26 de agosto de 2012.

LOURENÇO, Julia. A fórmula *desenvolvimento sustentável* na perspectiva da semiótica. 141 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Edição original: 1984.

_____. *Cenas da enunciação*. Org. Sírío Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Edição original: 2006.

_____. Aforização: enunciados sem texto? In: _____. *Doze conceitos em análise do discurso*. Org. Sírío Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MATTELART, Armand. *Diversidade Cultural e mundialização*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005. (Episteme; 2)

MELGAÇO, Lucas. *Securização urbana*: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MODZENSKI, Leonardo Pinheiro. A formação sócio-histórica do gênero *cartilha jurídica*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS. 4., 2007. *Anais*. Tubarão (SC): USSC, 2007, p.1204-1228. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/port/68.pdf>. Acesso em 3 de agosto de 2012.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar. *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

MUNIZ JR., José de Souza. *O grito dos pequenos*: independência editorial e bibliodiversidade no Brasil e na Argentina. Originalmente apresentado no III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.balaoeditorial.com.br/downloadable/download/sample/sample_id/6/. Acesso em 15 de abril de 2013.

NOBRE, Ana Luiza. Guerra e paz. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan / ICC, 2012. p.9-13. (Cadernos de criminologia, 1)

OLIVEIRA, Hélio. “Educação a distância”: uma fórmula discursiva. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2013.

_____. “Consciência negra”: a constituição de uma fórmula discursiva. In: Seminário do GEL, 61º, 2013, Programação. São Paulo (SP): GEL, 2013. Disponível em: <http://gel.org.br/detalheResumo2013.php?id=374>. Acesso em 1 de julho de 2014.

ONU (1999a). *Declaration on a Culture of Peace*. Disponível em: <<http://cpnn-world.org/resolutions/resA-53-243A.html>>. Acesso em 28 de julho de 2012.

_____. (1999b). *Programme of Action on a Culture of Peace*. The Culture Of Peace News Network. Disponível em: <<http://cpnn-world.org/resolutions/resA-53-243B.html>>. Acesso em 28 de junho de 2012.

_____. (2014). Site oficial de documentos das Nações Unidas em português. Disponível em: <http://www.onu.org.br/documentos/>. Acesso em 1 de julho de 2014.

PASTI, André. *Notícias, informação e território*: as agências transnacionais de notícias e a circulação de informações no território brasileiro. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PECHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3 ed. Trad. Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 2002. Edição original: 1983.

POSSENTI, Sírio. A noção de acontecimento. In: *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. (Não) fazer a lição de casa: circulação e sentidos. In: POSSENTI, Sírio; PASSETTI, Maria Célia *Estudos do Texto e do Discurso*: política e mídia. Maringá: EDUEM, 2010. pp. 103-120.

RIBAS, Jaqueline. A fórmula “liberdade de expressão”: relações de poder e opinião no discurso midiático. Relatório parcial de iniciação científica apresentado à FAPESP. 2014. (circulação restrita)

SALGADO, Luciana Salazar. *Ritos genéticos editoriais*: autoria e textualização. Prefácio de Sírio Possenti. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

_____. A leitura como um bem: *slogans* e consenso. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S. (org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

SALGADO, Luciana Salazar; ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. Criação num mundo sem fronteiras: paratopia no período técnico-científico informacional. In: *Acta Scientiarum: language and culture*. Maringá, v. 33, n. 2, p.259-270, 2011.

SALGADO, Luciana Salazar; SILVA, Helena Maria Boschi. Gênese discursiva da fórmula ‘cultura de paz’. In: *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 36, n. 2, p. 131-137, Apr.-June, 2014.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo* – globalização e meio técnico-científico informacional. 5ª ed. Edusp: São Paulo, 1994.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2012. Edição original: 2000.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/cultura_de_paz/index.php?p=8588. Acesso em 15 de fevereiro de 2012.

SERRA, Carlos Aguiar; ZACCONE, Orlando. Guerra é paz: os paradoxos da política insegurança de confronto humanitário. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan / ICC, 2012. p.23-46. (Cadernos de criminologia, 1)

SYLED-CLA2T Lexico3, Version 3.45: textometric toolbox. Centre de Lexicométrie et d'Analyse Automatique des Textes, 2001. Disponível em: <http://www.tal.univ-paris3.fr/lexico/lexico3.htm>. Acesso em 26 de agosto de 2012.

TELE.SÍNTESE. Ibope Media indica que 94,2 milhões de pessoas têm acesso a internet. Disponível em: <http://www.telesintese.com.br/index.php/plantao/21559-ibope-media-indica-que-94-2-milhoes-de-pessoas-tem-acesso-a-internet>. Acesso em 17 de dezembro de 2012.

UNESCO (1995). Unesco and a Culture of Peace: promoting a global movement (UNESCO Culture of Peace Programme). Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/monograph/page1.html>. Acesso em 24 de julho de 2011.

_____. (2000). Manifesto 2000. Disponível em: <http://www3.unesco.org/manifesto2000/>. Acesso em 28 de junho de 2012.

UNITED NATIONS (1988). 1998 UN resolution on the culture of peace. *United Nations Documentation*. Disponível em: <http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r53.htm>. Acesso em 28 de julho de 2011.

_____. (1999). Programme of Actions. *The Culture Of Peace News Network*. Disponível em: <http://cpnn-world.org/resolutions/resA-53-243B.html>. Acesso em 28 de julho de 2011.

VOSS, Jefferson. A propósito das noções de fórmula e de percurso para a análise de discurso. *Revista ProLingua*, v.6, n.1, p.15-25, 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/13546/7699>. Acesso em 10 de dezembro de 2012.

WU, Tim. *Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google*. Trad. Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

livros sobre "cultura de paz"

ALMEIDA, Jorge Miranda de (org.). *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010.

CADERNOS ADENAUER IV (2005), nº3. *Desarmamento, segurança pública e cultura de paz*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2005.

CAMPOS, Antônio. *Diálogos no mundo contemporâneo: por uma cultura de paz* = Dialogues in the contemporary world: for a culture of peace. Trad. Linda Mandel. Recife: Carpe Diem – Edições e Produções, 2011.

CONIC (CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL). *Cultura de Paz: guia para a transformação social*. 2.ed. São Paulo: Editora Salesiana, 2005.

CUNHA, Paulo Anchieta Florentinho da (org.). *Juventude Geração da Paz*. João Pessoa: Idéia, 2007.

DISKIN, Lia (2009). *Cultura de paz: redes de convivência*. SENAC São Paulo. Versão digital disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/gd4/culturadepaz/>. Acesso em 24 de junho de 2011.

EGGER, Ildemar. *Cultura da Paz e Mediação: uma experiência com adolescentes*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2008.

MACHADO, Cláudia. *Cultura de paz e justiça restaurativa nas escolas municipais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação, 2008.

MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro; NONATO JUNIOR, Raimundo (org.). *Cultura de paz: do conhecimento à sabedoria*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes; NONATO JUNIOR, Raimundo (org.). *Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Dias P. (org.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.

MIRANDA, Simão de; DUSI, Miriam. *Previna o bullying: jogos para uma cultura de paz*. Campinas, Papirus, 2011.

MOSCOSO, Davina. *Cultura da Paz & prevenção da violência*. São Paulo: Loyola, 2003.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. Brasília: UNESCO, 2004.

PELIZZOLI, Marcelo (org.) *Cultura de Paz: a alteridade em jogo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

TUBINO, Manoel José Gomes; SILVA, Kenia Maynard. *Esporte e Cultura de Paz*. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

VON, Cristina. *Cultura de Paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

anexos

8.1. formas de restrição de acesso aos jornais

Folha de S.Paulo



figura 8.1:1: resposta do Banco de Dados da FSP sobre consulta ao acervo.

Estado de S. Paulo

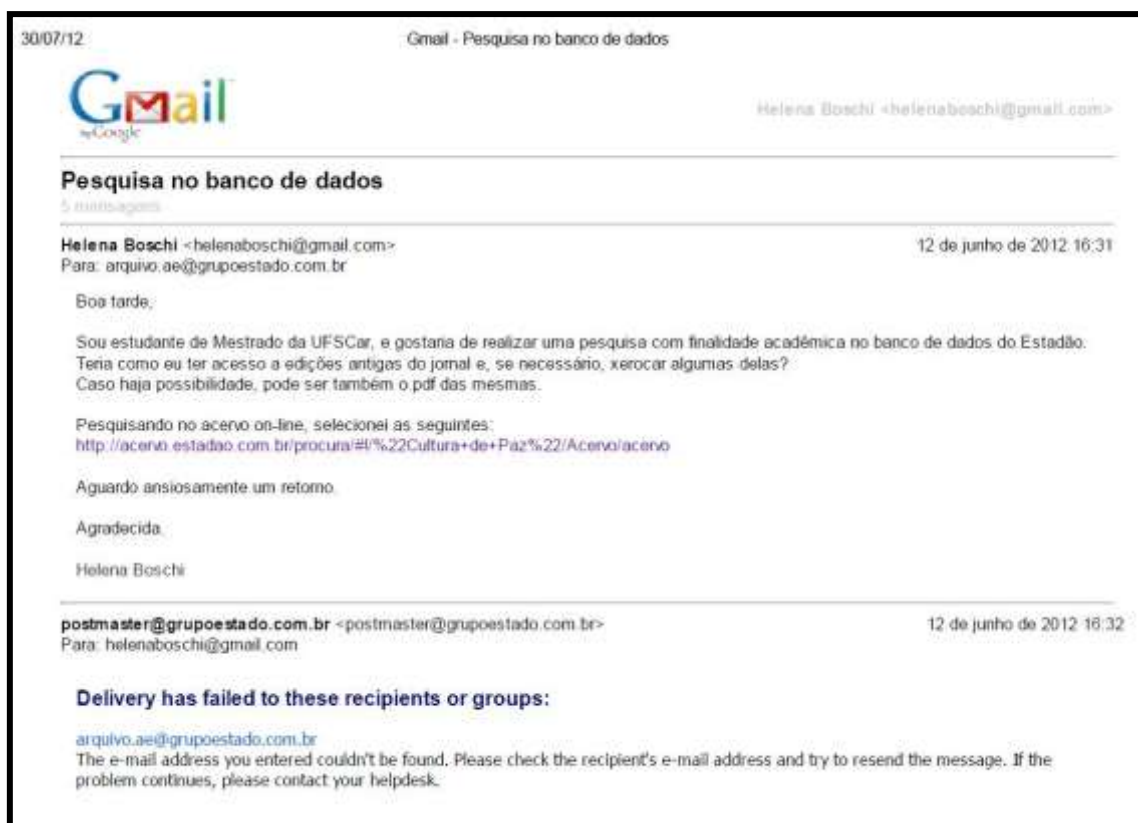


figura 8.1:2: falha na entrega de e-mail enviado ao Banco de Dados segundo endereço indicado no site do jornal (ESP).



figura 8.1:3: envio de e-mail ao serviço de atendimento do jornal (ESP).

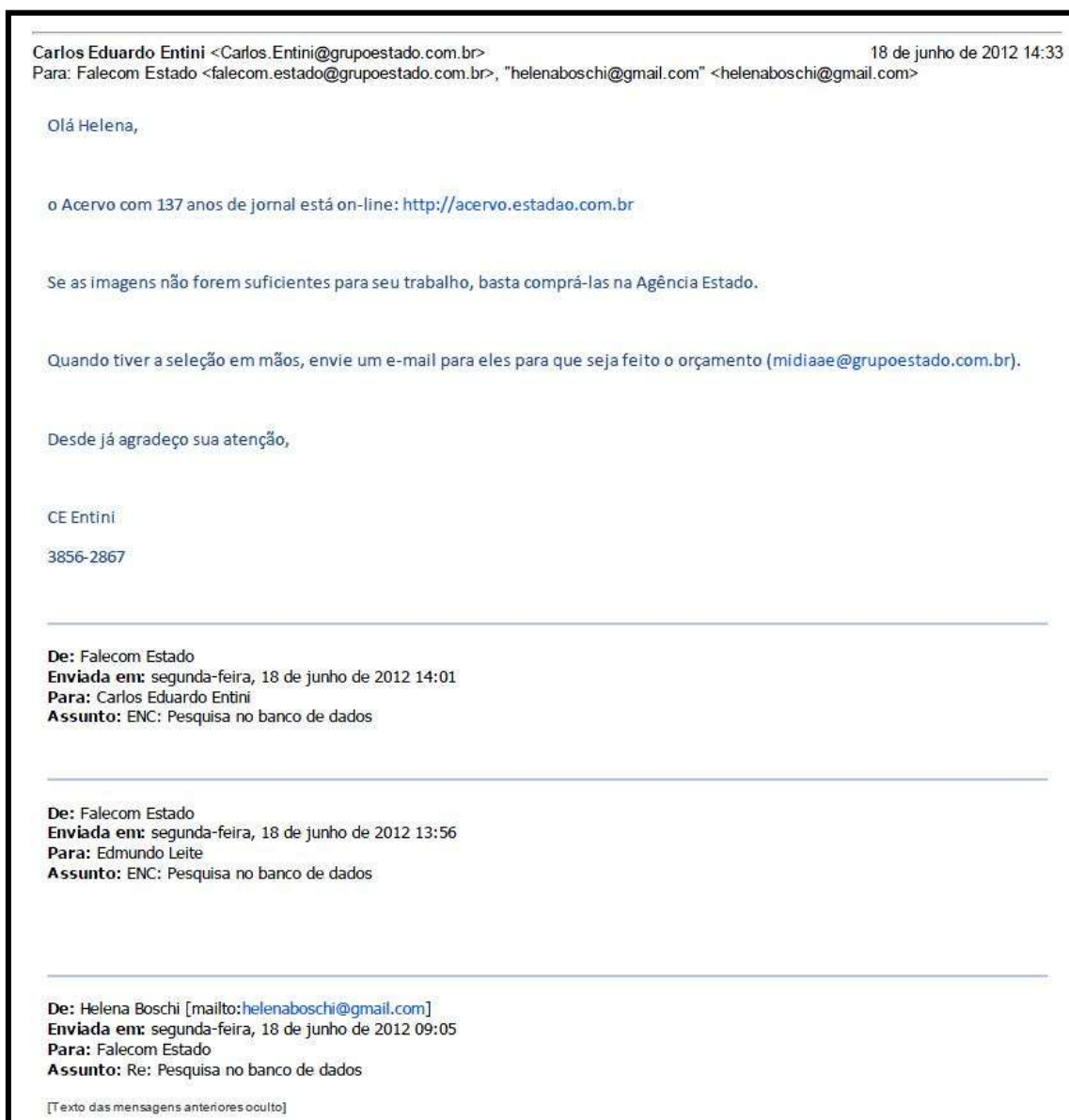


figura 8.1:4: resposta do jornal com indicação de e-mail da Agência Estado (ESP).



figura 8.1:5: falha na entrega de e-mail enviado à Agência Estado pelo endereço indicado (ESP).



figura 8.1:6: mensagem de erro na plataforma de assinatura digital do jornal exibida após envio dos dados para assinatura (ESP).

8.2. tabelas de ocorrências nos jornais:

Estado de S. Paulo

Resultados obtidos na plataforma da FSP para a sequência “cultura de paz” em pesquisa abrangendo até a data de 31/11/2011		
Data	Caderno	Página
1. 13/02/2009	Guia da Folha	GR72
2. 24/10/2008	Guia da Folha	GR37
3. 24/10/2008	Guia da Folha	GR39
4. 17/10/2008	Guia da Folha	página GR13
5. 17/10/2008	Guia da Folha	página GR20
6. 17/10/2008	Guia da Folha	página GR58
7. 12/10/2008	Revista da Folha	página GR38
8. 10/10/2008	Guia da Folha	página GR19
9. 10/10/2008	Guia da Folha	página GR26
10. 10/10/2008	Guia da Folha	página GR70
11. 03/10/2008	Guia da Folha	página GR15
12. 05/10/2007	Guia da Folha	página GR11
13. 28/09/2007	Guia da Folha	página GR77
14. 29/07/2003	Sinapse	página 17
15. 19/06/2003	Folha Ribeirão	página 20
16. 15/01/2003	Folha Campinas	página 2
	Folha Ribeirão	página 2
	Folha Vale	página 2
	Cotidiano	página 2
17. 29/10/2002	Eleições	página 2
18. 06/08/2002	Ilustrada	página 5
19. 28/05/2002	Ilustrada	página 2
20. 25/11/2001	Primeiro Caderno	página 5426746
21. 28/10/2001	Primeiro Caderno	página 97933
22. 22/10/2001	Folha Vale	página 5
	Folha Campinas	página 5
23. 09/07/2001	Folha Vale	página 6
24. 29/09/2000	Primeiro Caderno	página 679652
25. 19/09/2000	Cotidiano	página 3

26.	11/09/2000	Folhateen	página 5
27.	09/09/2000	Ilustrada	página 5
28.	07/07/2000	Cotidiano	página 699145
		Folha Campinas	página 699305
29.	07/07/2000	Folha Ribeirão	página 699330
		Folha Vale	página 699361
30.	16/05/2000	Folha Campinas	página 5
		Folha Ribeirão	página 5
		Folha Vale	página 5
31.	30/01/2000	Mais!	página 680245
32.	14/09/1999	Mundo	página 3
33.	13/09/1999	Ilustrada	página 2
34.	30/07/1999	Primeiro Caderno	página 664448
35.	29/10/1998	Primeiro Caderno	página 3
36.	06/10/1998	Primeiro Caderno	página 3
37.	14/04/1997	Ilustrada	página 7

tabela 3: lista de resultados encontrados na busca pela sequência “cultura de paz” (FSP).

Resultados obtidos na plataforma da FSP para a sequência “cultura da paz” em pesquisa abrangendo até a data de 31/11/2011			
	Data	Caderno	Página
1.	08/09/2006	Guia da Folha	página GR4
2.	31/10/2004	Revista da Folha	página GR34
3.	31/05/2003	Primeiro Caderno	página 16
4.	15/03/2003	Ilustrada	página 1
5.	24/02/2003	Turismo	página 12
6.	20/11/2002	Folha Ribeirão	página 3
7.	03/11/2002	Folha Campinas	página 92967
		Folha Vale	página 93013
		Cotidiano	página 93023
8.	16/09/2002	Ilustrada	página 4
9.	01/05/2002	Ilustrada	página 7
10.	10/10/2001	Folha Ribeirão	página 1
11.	22/05/2001	Mundo	página 2
12.	23/02/2001	Cotidiano	página 1260
13.	15/02/2001	Ilustrada	página 4
14.	29/09/2000	Primeiro Caderno	página 679652
15.	11/09/2000	Folhateen	página 5
16.	04/07/2000	Primeiro Caderno	página 2

17.	22/05/2000	Folha Vale	página 3
18.	17/05/2000	Mundo	página 1
19.	31/12/1999	Primeiro Caderno	página 671063
20.	04/10/1999	Primeiro Caderno	página 3
21.	30/07/1999	Primeiro Caderno	página 664448
22.	11/07/1999	Primeiro Caderno	página 604596
23.	29/10/1998	Primeiro Caderno	página 3
24.	09/08/1998	Primeiro Caderno	página 592579
25.	28/12/1996	Primeiro Caderno	página 2
26.	13/12/1992	Primeiro Caderno	página 4775874
27.	05/01/1988	Primeiro Caderno	página 28
28.	01/09/1977	Primeiro Caderno	página 5

tabela 4: lista de resultados encontrados na busca pela sequência “cultura da paz” (FSP).

Folha de S.Paulo

Resultados obtidos na plataforma do ESP para a sequência “cultura da paz” em pesquisa abrangendo até a data de 31/11/2011		
Data	Caderno	Página
?	Construção & Serviços	* ¹¹⁴
1. 07/07/1909	Geral	3
2. 24/12/1911	Geral	2
3. 10/03/1940	Geral	4
4. 08/09/1946	Geral	4
24/08/1948	Geral	6
5. 21/03/1952	Geral	4
6. 07/03/1953	Geral	3
7. 31/10/1956	Geral	5
8. 28/07/1960	Agrícola	13
9. 05/10/1965	Geral	15
10. 16/07/1968	Geral	14
11. 11/09/1968	Geral	34
12. 04/02/1973	Geral	26
13. 07/07/1976	Geral	7

¹¹⁴ Embora a busca indique 1 ocorrência nessa categoria, ao clicar no link para abri-la aparece a frase “Exibindo 0 ocorrências”.

14.	01/09/1977	Geral	5
15.	19/10/1982	Geral	7
	06/03/1993	Cultura	3
	09/11/1994	Seu bairro (região sul)	z12
16.	18/06/1995	Caderno 2	d4
17.	14/07/1998	Editorial	a6
18.	20/04/1999	Geral	a16
19.	11/05/1999	Geral	a18
20.	21/09/1999	Geral	a12
21.	01/06/2000	Política	a5
22.	07/07/2000	Cidades	c1
23.	01/09/2000	Caderno 2	d5
24.	06/10/2000	Caderno 2	d4
25.	13/11/2000	Cidades	c4
26.	10/03/2001	Caderno 2	d11
27.	31/10/2001	Economia	b6
	31/10/2001	Economia	b6¹¹⁵
28.	31/10/2001	Geral	a13
29.	24/11/2001	Feminino	f13
30.	07/12/2001	Especial	h3
31.	18/01/2002	Caderno 2	d7
32.	01/02/2002	Caderno 2	d6
33.	30/04/2002	Caderno 2	d3
34.	25/06/2002	Caderno 2	d5
35.	21/07/2002	Cidades	c4
36.	25/08/2002	Política	a10
37.	17/09/2002	Caderno 2	d3
38.	20/09/2002	Seu bairro sul	zs16
39.	29/10/2002	Política	h2
40.	20/11/2002	Caderno 2	d2
41.	21/11/2002	Caderno 2	d2
42.	22/12/2002	Política	a8
43.	27/12/2002	Seu bairro leste	z14
44.	28/02/2003	Seu bairro sul	zs5
45.	28/03/2003	Geral	a14
	27/04/2003	Empregos	ee2
46.	05/05/2003	Cidades	c4
47.	16/05/2003	Guia	2
48.	25/05/2003	Economia	b6
49.	25/05/2003	Economia	b1
50.	20/06/2003	Seu bairro leste	z18
51.	30/06/2003	Informática	i12
52.	20/07/2003	Caderno 2	d8

¹¹⁵ O acervo indica uma mesma ocorrência como sendo duas diferentes.

53.	31/07/2003	Empregos	ce4
54.	05/08/2003	Caderno 2	d6
55.	23/08/2003	Cidades	c6
56.	01/09/2003	Informática	i10
57.	07/09/2003	Caderno 2	d3
58.	19/09/2003	Seu bairro leste	z17
59.	26/09/2003	Geral	a15
60.	03/12/2003	Caderno 2	d4
61.	18/01/2004	Economia	b10
62.	20/03/2004	Cidades	c6
63.	25/03/2004	Geral	a13
64.	30/03/2004	Caderno 2	d3
65.	04/05/2004	Caderno 2	d4
66.	18/07/2004	Caderno 2	d6
67.	09/10/2004	Cidades	c4
68.	18/11/2004	Cidades	c3
69.	18/11/2004	Cidades	c4
70.	20/11/2004	Caderno 2	d13
71.	21/11/2004	Aliás	j4
72.	21/01/2005	Caderno 2	d6
73.	09/04/2005	Cidades	c3
74.	19/05/2005	Guia	h2
75.	11/07/2005	Cidades	c5
76.	13/08/2005	Editorial	a3
77.	22/10/2005	Cidades	c4
78.	25/10/2005	Caderno 2	d6
79.	31/10/2005	Caderno 2	d6
80.	16/03/2006	Oportunidades	co6
81.	10/06/2006	Cidades	c3
82.	01/07/2006	Caderno 2	d6
83.	21/09/2006	Caderno 2	d6
84.	16/11/2006	Caderno 2	d6
85.	08/12/2006	Política	a9
86.	15/02/2007	Cidades	c5
87.	27/03/2007	Internacional	a12
88.	27/03/2007	Internacional	a13
89.	12/04/2007	Cidades	c6
90.	16/04/2007	Economia	b5
91.	22/04/2007	Aliás	j7
92.	30/04/2007	Geral	a12
93.	06/06/2007	Cidades	c3
94.	15/07/2007	Cidades	c5
95.	13/09/2007	Oportunidades	co4
96.	01/12/2007	Caderno 2	d12
97.	04/12/2007	Caderno 2	d7
98.	12/01/2008	Opinião	a2

99. 06/08/2008	Economia	b15
100.07/08/2008	Cidades	c9
101.08/08/2008	Caderno 2	d8
102.11/08/2008	Política	a6
103.13/08/2008	Economia	b8
104.24/08/2008	Aliás	j7
105.24/08/2008	Internacional	a23
106.28/08/2008	Caderno 2	d4
107.31/10/2008	Economia	b12
108.04/11/2008	Cidades	c8
109.28/11/2008	Economia	b7
110.03/12/2008	Economia	b10
111.26/02/2009	Cidades	c4
112.08/03/2009	Cidades	c3
113.25/04/2009	Economia	b22
114.11/05/2009	Caderno 2	d2
115.08/07/2009	Política	a7
116.14/09/2009	Opinião	a2
117.18/10/2009	Caderno 2	d6
118.19/10/2009	Economia	b10
119.15/11/2009	Internacional	a13
120.17/02/2010	Economia	b5
121.22/02/2010	Economia	b8
122.15/04/2010	Geral	a21
123.17/05/2010	Geral	a16
124.15/08/2010	Internacional	a23
125.06/06/2011	Caderno 2	d2
126.03/07/2011	Cidades	c4
127.31/07/2011	Aliás	j4
128.17/11/2011	Cidades	c3

tabela 5: lista de resultados encontrados na busca pela sequência “cultura da paz” (ESP).

Brasil de Fato

Resultados obtidos em busca no acervo do <i>Brasil de Fato</i> para a sequência “cultura de paz” em pesquisa abrangendo até a data de 31/11/2011		
Data – edição	Caderno	Página
1. 17 a 23/07/2003 – 20	Comportamento	13
2. 18 a 24/09/2003 – 29	Internacional	11
3. 25 a 31/12/2003 – 43	Internacional	12
4. 22 a 28/01/2004 – 47	Agenda	15
5. 22 a 28/07/2004 – 73	Agenda	15
6. 20 a 26/01/2005 – 99	Agenda	15
7. 17 a 23/02/2005 – 103	Nacional	7
8. 03 a 09/03/2005 – 105	Nossa opinião	2
9. 10 a 16/03/2005 – 106	Agenda	15
10. 10 a 16/03/2005 – 106	Agenda	15
11. 31/03 a 06/04/2005 – 109	América Latina	10
12. 12 a 18/05/2005 – 115	Agenda	15
13. 12 a 18/05/2005 – 115	Agenda	15
14. 30/06 a 06/07/2005 – 122	Agenda	15
15. 30/06 a 06/07/2005 – 122	Agenda	15
16. 18 a 24/05/2006 – 168	Debate	2
17. 10 a 16/08/2006 – 180	Internacional	6
18. 01 a 07/07/2010 – 383	América Latina	12
19. 12 a 18/08/2010 – 389	América Latina	12
20. 07 a 13/06/2012 – 484	Brasil	8
21. 07 a 13/06/2012 – 484	Brasil	8
22. 07 a 13/06/2012 – 484	Brasil	8
23. 19 a 25/07/2012 – 490	Brasil	8

tabela 6: lista de resultados encontrados na busca da sequência “cultura de paz” (BF).

8.3. lugares discursivos da fórmula: documentos institucionais

Declaração sobre a Paz na Mente dos Homens (Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1989)

Paz é reverência pela vida.

Paz é o mais precioso bem da humanidade.

Paz é mais que o fim dos conflitos armados.

Paz é um tipo de comportamento.

Paz é um arraigado compromisso com os princípios da liberdade, justiça, igualdade e solidariedade entre todos os seres humanos.

Paz é também uma harmoniosa parceria entre a humanidade e o meio-ambiente.

Hoje, às vésperas do século 21, a paz está ao nosso alcance.

O Congresso Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, realizado por iniciativa da UNESCO em Yamoussoukro no coração da África, berço da humanidade e, no entanto, terra de sofrimento e desenvolvimento heterogêneo, reuniu homens e mulheres dedicados à causa da Paz, vindos dos cinco continentes.

A crescente interdependência entre as nações e o aumento da consciência de que a segurança é um bem comum nos dão sinais de esperança.

Medidas de desarmamento que auxiliam a diminuir tensões foram anunciadas e já implementadas por alguns países. Estão sendo feitos progressos na resolução pacífica de conflitos internacionais. Há maior reconhecimento da máquina internacional pela proteção dos direitos humanos.

No entanto, o Congresso também notou a persistência de vários conflitos armados por todo o mundo. Há também outras situações conflituosas: Apartheid na África do Sul; desrespeito à integridade nacional; racismo, intolerância e discriminação, particularmente contra as mulheres; e acima de tudo pressões econômicas sob todas as suas formas.

Além disso, o Congresso notou a emergência de novas ameaças não militares à paz. Essas novas ameaças incluem: desemprego; drogas; ausência de desenvolvimento; a dívida do terceiro mundo, resultante particularmente do desequilíbrio entre países industrializados e em desenvolvimento, juntamente com as dificuldades encontradas pelos países do terceiro mundo em transformar seus recursos em bens; e finalmente degradação ambiental produzida pelo homem, tal como a deterioração dos recursos naturais, mudanças climáticas, desertificação, destruição da camada de ozônio e poluição, que ameaçam todas as formas de vida sobre a Terra. O Congresso está determinado a gerar maior consciência sobre estes problemas.

A humanidade não pode trabalhar por um futuro que ela não consegue imaginar. Portanto, a tarefa deste Congresso tem sido a de formular visões nas quais todos possamos acreditar.

A humanidade só poderá garantir seu futuro através de um tipo de cooperação capaz de: respeitar o predomínio da lei; levar em conta o pluralismo; assegurar maior justiça no comércio internacional; fundar-se na participação de toda a sociedade civil para a construção da paz. O Congresso afirma o direito de indivíduos e sociedades à qualidade do meio ambiente como fator essencial à paz.

Adicionalmente, novas tecnologias hoje estão disponíveis para servir à humanidade. No entanto, seu uso eficaz depende da paz – tanto do fato de serem usadas para a paz, como da necessidade de um mundo pacífico para que sejam maximizados seus benefícios.

Finalmente, o Congresso reconhece que a violência não é determinada biologicamente e que os humanos não estão predestinados a terem um comportamento violento.

A busca da paz é uma experiência revigorante. O Congresso propõe, portanto, um novo programa que ofereça, de forma prática e eficaz, novas visões e abordagens sobre cooperação, educação, ciência, cultura e comunicação, levando em conta as tradições culturais das diferentes partes do mundo. Estas medidas deverão ser implementadas em cooperação com instituições e organismos internacionais, incluindo a Universidade das Nações Unidas, a Universidade para a Paz na Costa Rica e a Fundação Internacional Houphouët-Boigny pour la recherche de la paix em Yamoussoukro.

A UNESCO, por força de sua constituição, está engajada na causa da paz. A Paz é também a vocação de Yamoussoukro. O Congresso é uma confirmação das esperanças da humanidade.

PROGRAMA DE PAZ

O Congresso convida os Estados, organizações intergovernamentais e não-governamentais, as comunidades científica, educacional e cultural do mundo e ainda todos os indivíduos a:

- Ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma cultura de paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens.
- Aumentar a consciência do destino comum de toda a humanidade para fomentar a implementação de políticas comuns que assegurem justiça nas relações entre seres humanos e uma parceria harmoniosa entre humanidade e natureza.
- Incluir elementos de paz e direitos humanos como características permanentes em todos os programas educacionais.
- Encorajar ações coordenadas em nível internacional para gerenciar e proteger o meio-ambiente, e assegurar que as atividades praticadas sob a autoridade ou o controle de um Estado em particular não comprometam a qualidade ambiental de outros Estados nem causem dano à biosfera.

O Congresso recomenda que a UNESCO faça a contribuição mais completa possível para todos os programas de paz. Recomenda particularmente que as seguintes propostas sejam examinadas:

1. Endossar a Declaração de Sevilha sobre a Violência (1986), primeiro passo de um importante processo de reflexão, levando a refutar o mito de que a violência humana organizada é determinada biologicamente. Esta Declaração deve ser disseminada no maior número de idiomas possível juntamente com material explicativo apropriado. O processo de reflexão deve ter continuidade através de seminários interdisciplinares que estudem as origens culturais e sociais da violência.

2. A promoção de pesquisa educacional no campo da paz. Esta atividade deveria ser conduzida usando uma abordagem interdisciplinar objetivando o estudo do inter-relacionamento entre paz, direitos humanos, desarmamento, desenvolvimento e o meio-ambiente.
3. Maior desenvolvimento da UNESCO – UNEP, Programa Educacional Ambiental Internacional, em cooperação com os Estados Membros, em especial para implementar a Estratégia de Ação Internacional no Campo da Educação e Treinamento Ambiental para a década de '90.
4. O estudo, junto à Universidade das Nações Unidas, da implantação de um instituto internacional de educação para a paz e direitos humanos especialmente dirigido ao treinamento de futuros multiplicadores, através de um sistema de intercâmbios, cursos e estágios.
5. A compilação de textos de todas as culturas, ressaltando as lições em comum que deles advém sobre os temas da paz, tolerância e fraternidade.
6. O desenvolvimento de medidas para a aplicação otimizada de instrumentos internacionais existentes e potenciais das Nações Unidas, e especialmente da UNESCO, relacionados a direitos humanos, paz, o meio-ambiente e desenvolvimento, bem como aqueles que encorajam o uso de remédios legais, diálogo, mediação e a resolução pacífica de conflitos.

**Tradução do original em inglês: Tônia Van Acker. Revisão Técnica: Lia Diskin
(Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz)**

Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace

**UNITED
NATIONS**

A



General Assembly

Distr.
GENERAL

A/RES/53/243
6 October 1999

Fifty-third session
Agenda item 31

RESOLUTIONS ADOPTED BY THE GENERAL ASSEMBLY

[without reference to a Main Committee (A/53/L.79)]

53/243. Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace

A

DECLARATION ON A CULTURE OF PEACE

The General Assembly,

Recalling the Charter of the United Nations, including the purposes and principles embodied therein,

Recalling also the Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, which states that "since wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that the defences of peace must be constructed",

Recalling further the Universal Declaration of Human Rights¹ and other relevant international instruments of the United Nations system,

Recognizing that peace not only is the absence of conflict, but also requires a positive, dynamic participatory process where dialogue is encouraged and conflicts are solved in a spirit of mutual understanding and cooperation,

Recognizing also that the end of the cold war has widened possibilities for strengthening a culture of peace,

Expressing deep concern about the persistence and proliferation of violence and conflict in various parts of the world,

Recognizing the need to eliminate all forms of discrimination and intolerance, including those based on race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national, ethnic or social origin, property, disability, birth or other status,

Recalling its resolution 52/15 of 20 November 1997, by which it proclaimed the year 2000 as the "International Year for the Culture of Peace", and its resolution 53/25 of 10 November 1998, by which it proclaimed the period 2001–2010 as the "International Decade for a Culture of Peace and Non-Violence for the Children of the World",

Recognizing the important role that the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization continues to play in the promotion of a culture of peace,

Solemnly proclaims the present Declaration on a Culture of Peace to the end that Governments, international organizations and civil society may be guided in their activity by its provisions to promote and strengthen a culture of peace in the new millennium:

Article I

A culture of peace is a set of values, attitudes, traditions and modes of behaviour and ways of life based on:

- (a) Respect for life, ending of violence and promotion and practice of non-violence through education, dialogue and cooperation;
- (b) Full respect for the principles of sovereignty, territorial integrity and political independence of States and non-intervention in matters which are essentially within the domestic jurisdiction of any State, in accordance with the Charter of the United Nations and international law;
- (c) Full respect for and promotion of all human rights and fundamental freedoms;
- (d) Commitment to peaceful settlement of conflicts;
- (e) Efforts to meet the developmental and environmental needs of present and future generations;
- (f) Respect for and promotion of the right to development;

¹ Resolution 217 A (III).

- (g) Respect for and promotion of equal rights and opportunities for women and men;
 - (h) Respect for and promotion of the right of everyone to freedom of expression, opinion and information;
 - (i) Adherence to the principles of freedom, justice, democracy, tolerance, solidarity, cooperation, pluralism, cultural diversity, dialogue and understanding at all levels of society and among nations;
- and fostered by an enabling national and international environment conducive to peace.

Article 2

Progress in the fuller development of a culture of peace comes about through values, attitudes, modes of behaviour and ways of life conducive to the promotion of peace among individuals, groups and nations.

Article 3

The fuller development of a culture of peace is integrally linked to:

- (a) Promoting peaceful settlement of conflicts, mutual respect and understanding and international cooperation;
- (b) Complying with international obligations under the Charter of the United Nations and international law;
- (c) Promoting democracy, development and universal respect for and observance of all human rights and fundamental freedoms;
- (d) Enabling people at all levels to develop skills of dialogue, negotiation, consensus-building and peaceful resolution of differences;
- (e) Strengthening democratic institutions and ensuring full participation in the development process;
- (f) Eradicating poverty and illiteracy and reducing inequalities within and among nations;
- (g) Promoting sustainable economic and social development;
- (h) Eliminating all forms of discrimination against women through their empowerment and equal representation at all levels of decision-making;
- (i) Ensuring respect for and promotion and protection of the rights of children;
- (j) Ensuring free flow of information at all levels and enhancing access thereto;
- (k) Increasing transparency and accountability in governance;
- (l) Eliminating all forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance;

l...

A/RES/53/243

Page 4

(m) Advancing understanding, tolerance and solidarity among all civilizations, peoples and cultures, including towards ethnic, religious and linguistic minorities;

(n) Realizing fully the right of all peoples, including those living under colonial or other forms of alien domination or foreign occupation, to self-determination enshrined in the Charter of the United Nations and embodied in the International Covenants on Human Rights,² as well as in the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples contained in General Assembly resolution 1514 (XV) of 14 December 1960.

Article 4

Education at all levels is one of the principal means to build a culture of peace. In this context, human rights education is of particular importance.

Article 5

Governments have an essential role in promoting and strengthening a culture of peace.

Article 6

Civil society needs to be fully engaged in fuller development of a culture of peace.

Article 7

The educative and informative role of the media contributes to the promotion of a culture of peace.

Article 8

A key role in the promotion of a culture of peace belongs to parents, teachers, politicians, journalists, religious bodies and groups, intellectuals, those engaged in scientific, philosophical and creative and artistic activities, health and humanitarian workers, social workers, managers at various levels as well as to non-governmental organizations.

Article 9

The United Nations should continue to play a critical role in the promotion and strengthening of a culture of peace worldwide.

*107th plenary meeting
13 September 1999*

² Resolution 2200 A (XXI), annex.

B**PROGRAMME OF ACTION ON A CULTURE OF PEACE**

The General Assembly,

Bearing in mind the Declaration on a Culture of Peace adopted on 13 September 1999,

Recalling its resolution 52/15 of 20 November 1997, by which it proclaimed the year 2000 as the "International Year for the Culture of Peace", and its resolution 53/25 of 10 November 1998, by which it proclaimed the period 2001–2010 as the "International Decade for a Culture of Peace and Non-violence for the Children of the World";

Adopts the following Programme of Action on a Culture of Peace:

A. Aims, strategies and main actors

1. The Programme of Action should serve as the basis for the International Year for the Culture of Peace and the International Decade for a Culture of Peace and Non-violence for the Children of the World.
2. Member States are encouraged to take actions for promoting a culture of peace at the national level as well as at the regional and international levels.
3. Civil society should be involved at the local, regional and national levels to widen the scope of activities on a culture of peace.
4. The United Nations system should strengthen its ongoing efforts to promote a culture of peace.
5. The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization should continue to play its important role in and make major contributions to the promotion of a culture of peace.
6. Partnerships between and among the various actors as set out in the Declaration should be encouraged and strengthened for a global movement for a culture of peace.
7. A culture of peace could be promoted through sharing of information among actors on their initiatives in this regard.
8. Effective implementation of the Programme of Action requires mobilization of resources, including financial resources, by interested Governments, organizations and individuals.

B. Strengthening actions at the national, regional and international levels by all relevant actors

9. Actions to foster a culture of peace through education:

I...

A/RES/53/243

Page 6

(a) Reinvigorate national efforts and international cooperation to promote the goals of education for all with a view to achieving human, social and economic development and for promoting a culture of peace;

(b) Ensure that children, from an early age, benefit from education on the values, attitudes, modes of behaviour and ways of life to enable them to resolve any dispute peacefully and in a spirit of respect for human dignity and of tolerance and non-discrimination;

(c) Involve children in activities designed to instill in them the values and goals of a culture of peace;

(d) Ensure equality of access to education for women, especially girls;

(e) Encourage revision of educational curricula, including textbooks, bearing in mind the 1995 Declaration and Integrated Framework of Action on Education for Peace, Human Rights and Democracy³ for which technical cooperation should be provided by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization upon request;

(f) Encourage and strengthen efforts by actors as identified in the Declaration, in particular the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, aimed at developing values and skills conducive to a culture of peace, including education and training in promoting dialogue and consensus-building;

(g) Strengthen the ongoing efforts of the relevant entities of the United Nations system aimed at training and education, where appropriate, in the areas of conflict prevention and crisis management, peaceful settlement of disputes, as well as in post-conflict peace-building;

(h) Expand initiatives to promote a culture of peace undertaken by institutions of higher education in various parts of the world, including the United Nations University, the University for Peace and the project for twinning universities and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization Chairs Programme.

10. Actions to promote sustainable economic and social development:

(a) Undertake comprehensive actions on the basis of appropriate strategies and agreed targets to eradicate poverty through national and international efforts, including through international cooperation;

(b) Strengthen the national capacity for implementation of policies and programmes designed to reduce economic and social inequalities within nations through, *inter alia*, international cooperation;

(c) Promote effective and equitable development-oriented and durable solutions to the external debt and debt-servicing problems of developing countries through, *inter alia*, debt relief;

³ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, *Records of the General Conference, Twenty-eighth Session, Paris, 25 October–16 November 1995*, vol. 1: *Resolutions*, resolution 5.4, annexes.

(d) Reinforce actions at all levels to implement national strategies for sustainable food security, including the development of actions to mobilize and optimize the allocation and utilization of resources from all sources, including through international cooperation, such as resources coming from debt relief;

(e) Undertake further efforts to ensure that the development process is participatory and that development projects involve the full participation of all;

(f) Include a gender perspective and empowerment of women and girls as an integral part of the development process;

(g) Include in development strategies special measures focusing on needs of women and children as well as groups with special needs;

(h) Strengthen, through development assistance in post-conflict situations, rehabilitation, reintegration and reconciliation processes involving all engaged in conflicts;

(i) Incorporate capacity-building in development strategies and projects to ensure environmental sustainability, including preservation and regeneration of the natural resource base;

(j) Remove obstacles to the realization of the right of peoples to self-determination, in particular of peoples living under colonial or other forms of alien domination or foreign occupation, which adversely affect their social and economic development.

11. Actions to promote respect for all human rights:

(a) Full implementation of the Vienna Declaration and Programme of Action;⁴

(b) Encouragement of development of national plans of action for the promotion and protection of all human rights;

(c) Strengthening of national institutions and capacities in the field of human rights, including through national human rights institutions;

⁴ A/CONF.157/24 (Part I), chap. III.

A/RES/53/243

Page 8

(d) Realization and implementation of the right to development, as established in the Declaration on the Right to Development⁵ and the Vienna Declaration and Programme of Action;

(e) Achievement of the goals of the United Nations Decade for Human Rights Education (1995–2004);⁶

(f) Dissemination and promotion of the Universal Declaration of Human Rights at all levels;

(g) Further support to the activities of the United Nations High Commissioner for Human Rights in the fulfilment of her or his mandate as established in General Assembly resolution 48/141 of 20 December 1993, as well as the responsibilities set by subsequent resolutions and decisions.

12. Actions to ensure equality between women and men:

(a) Integration of a gender perspective into the implementation of all relevant international instruments;

(b) Further implementation of international instruments that promote equality between women and men;

(c) Implementation of the Beijing Platform for Action adopted at the Fourth World Conference on Women,⁷ with adequate resources and political will, and through, *inter alia*, the elaboration, implementation and follow-up of the national plans of action;

(d) Promotion of equality between women and men in economic, social and political decision-making;

(e) Further strengthening of efforts by the relevant entities of the United Nations system for the elimination of all forms of discrimination and violence against women;

(f) Provision of support and assistance to women who have become victims of any forms of violence, including in the home, workplace and during armed conflicts.

13. Actions to foster democratic participation:

(a) Reinforcement of the full range of actions to promote democratic principles and practices;

(b) Special emphasis on democratic principles and practices at all levels of formal, informal and non-formal education;

⁵ Resolution 41/128, annex.

⁶ See A/49/261–E/1994/110/Add.1, annex.

⁷ *Report of the Fourth World Conference on Women, Beijing, 4–15 September 1995* (United Nations publication, Sales No. E.96.IV.13), chap. I, resolution I, annex II.

(c) Establishment and strengthening of national institutions and processes that promote and sustain democracy through, *inter alia*, training and capacity-building of public officials;

(d) Strengthening of democratic participation through, *inter alia*, the provision of electoral assistance upon the request of States concerned and based on relevant United Nations guidelines;

(e) Combating of terrorism, organized crime, corruption as well as production, trafficking and consumption of illicit drugs and money laundering, as they undermine democracies and impede the fuller development of a culture of peace.

14. Actions to advance understanding, tolerance and solidarity:

(a) Implement the Declaration of Principles on Tolerance and the Follow-up Plan of Action for the United Nations Year for Tolerance⁸ (1995);

(b) Support activities in the context of the United Nations Year of Dialogue among Civilizations in the year 2001;

(c) Study further the local or indigenous practices and traditions of dispute settlement and promotion of tolerance with the objective of learning from them;

(d) Support actions that foster understanding, tolerance and solidarity throughout society, in particular with vulnerable groups;

(e) Further support the attainment of the goals of the International Decade of the World's Indigenous People;

(f) Support actions that foster tolerance and solidarity with refugees and displaced persons, bearing in mind the objective of facilitating their voluntary return and social integration;

(g) Support actions that foster tolerance and solidarity with migrants;

(h) Promote increased understanding, tolerance and cooperation among all peoples through, *inter alia*, appropriate use of new technologies and dissemination of information;

(i) Support actions that foster understanding, tolerance, solidarity and cooperation among peoples and within and among nations.

15. Actions to support participatory communication and the free flow of information and knowledge:

(a) Support the important role of the media in the promotion of a culture of peace;

(b) Ensure freedom of the press and freedom of information and communication;

⁸ A/51/201, appendix I.

A/RES/53/243

Page 10

(c) Make effective use of the media for advocacy and dissemination of information on a culture of peace involving, as appropriate, the United Nations and relevant regional, national and local mechanisms;

(d) Promote mass communication that enables communities to express their needs and participate in decision-making;

(e) Take measures to address the issue of violence in the media, including new communication technologies, *inter alia*, the Internet;

(f) Increase efforts to promote the sharing of information on new information technologies, including the Internet.

16. Actions to promote international peace and security:

(a) Promote general and complete disarmament under strict and effective international control, taking into account the priorities established by the United Nations in the field of disarmament;

(b) Draw, where appropriate, on lessons conducive to a culture of peace learned from "military conversion" efforts as evidenced in some countries of the world;

(c) Emphasize the inadmissibility of acquisition of territory by war and the need to work for a just and lasting peace in all parts of the world;

(d) Encourage confidence-building measures and efforts for negotiating peaceful settlements;

(e) Take measures to eliminate illicit production and traffic of small arms and light weapons;

(f) Support initiatives, at the national, regional and international levels, to address concrete problems arising from post-conflict situations, such as demobilization, reintegration of former combatants into society, as well as refugees and displaced persons, weapon collection programmes, exchange of information and confidence-building;

(g) Discourage the adoption of and refrain from any unilateral measure, not in accordance with international law and the Charter of the United Nations, that impedes the full achievement of economic and social development by the population of the affected countries, in particular women and children, that hinders their well-being, that creates obstacles to the full enjoyment of their human rights, including the right of everyone to a standard of living adequate for their health and well-being and their right to food, medical care and the necessary social services, while reaffirming that food and medicine must not be used as a tool for political pressure;

(h) Refrain from military, political, economic or any other form of coercion, not in accordance with international law and the Charter, aimed against the political independence or territorial integrity of any State;

(i) Recommend proper consideration for the issue of the humanitarian impact of sanctions, in particular on women and children, with a view to minimizing the humanitarian effects of sanctions;

/...

A/RES/53/243

Page 11

(j) Promote greater involvement of women in prevention and resolution of conflicts and, in particular, in activities promoting a culture of peace in post-conflict situations;

(k) Promote initiatives in conflict situations such as days of tranquillity to carry out immunization and medicine distribution campaigns, corridors of peace to ensure delivery of humanitarian supplies and sanctuaries of peace to respect the central role of health and medical institutions such as hospitals and clinics;

(l) Encourage training in techniques for the understanding, prevention and resolution of conflict for the concerned staff of the United Nations, relevant regional organizations and Member States, upon request, where appropriate.

*107th plenary meeting
13 September 1999*

I...

***International Decade for a culture of peace and non-violence for the children of the world
(2001-2010)***



UN Documents
Gathering a body of global agreements



[home](#) | [sustainable development](#) | [education](#) | [water](#) | [culture of peace](#) | [human rights](#) | [keywords](#) | [search](#)

United Nations

A/RES/53/25



General Assembly

Distr.: General
10 November 1998
Original: English

Fifty-third session
Agenda item 31

Resolution adopted by the General Assembly

[without reference to a Main Committee (A/53/L.25)]

**53/25 International Decade for a Culture of Peace and Non-Violence for
the Children of the World, 2001-2010**

The General Assembly,

Recalling its resolution 52/15 of 20 November 1997 and Economic and Social Council resolution 1997/47 of 22 July 1997 proclaiming the year 2000 as the International Year for the Culture of Peace,¹ as well as its resolution 52/13 of 20 November 1997 on a culture of peace,

Taking into account Commission on Human Rights resolution 1998/54 of 17 April 1998 entitled "Towards a culture of peace",²

Recalling the relevant resolutions of the General Assembly and the Commission on Human Rights concerning the United Nations Decade for Human Rights Education (1995-2004),

Taking into account the project of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization entitled "Towards a culture of peace",

Aware that the task of the United Nations to save future generations from the scourge of war requires transformation towards a culture of peace, which consists of values, attitudes and behaviours that reflect and inspire social interaction and sharing based on the principles of freedom, justice and democracy, all human rights, tolerance and solidarity, that reject violence and endeavour to prevent conflicts by tackling their root causes to solve problems through dialogue and negotiation and that guarantee the full exercise of all rights and the means to participate fully in the development process of their society,

Recognizing that enormous harm and suffering are caused to children through different forms of violence at every level of society throughout the world and that a culture of peace and non-violence promotes respect for the life and dignity of every human being without prejudice or discrimination of any kind,

Recognizing also the role of education in constructing a culture of peace and non-violence, in particular the teaching of the practice of peace and non-violence to children, which will promote the purposes and principles embodied in the Charter of the United Nations,

Emphasizing that the promotion of a culture of peace and non-violence, by which children learn to live together in peace and harmony that will contribute to the strengthening of international peace and cooperation, should emanate from adults and be instilled in children,

Underlining that the proposed international decade for a culture of peace and non-violence for the children of the world will contribute to the promotion of a culture of peace based on the principles embodied in the Charter and on respect for human rights, democracy and tolerance, the promotion of development, education for peace, the free flow of information and the wider participation of women as an integral approach to preventing violence and conflicts, and efforts aimed at the creation of conditions for peace and its consolidation,

Convinced that such a decade, at the beginning of the new millennium, would greatly assist the efforts of the international community to foster peace, harmony, all human rights, democracy and development throughout the world,

1. Proclaims the period 2001 - 2010 as the International Decade for a Culture of Peace and Non-Violence for the Children of the World;
2. Invites the Secretary-General to submit, in consultation with Member States, relevant United Nations bodies and non-governmental organizations, a report to the General Assembly at its fifty-fifth session and a draft programme of action to promote the implementation of the Decade at local, national, regional and international levels, and to coordinate the activities of the Decade;
3. Invites Member States to take the necessary steps to ensure that the practice of peace and nonviolence is taught at all levels in their respective societies, including in educational institutions;
4. Calls upon the relevant United Nations bodies, in particular the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and the United Nations Children's Fund, and invites nongovernmental organizations, religious bodies and groups, educational institutions, artists and the media actively to support the Decade for the benefit of every child of the world;
5. Decides to consider, at its fifty-fifth session, the question of the International Decade for a Culture of Peace and Non-Violence for the Children of the World (2001 - 2010), under the agenda item entitled "Culture of peace".

55th plenary meeting
10 November 1998

1/ Official Records of the Economic and Social Council, 1997, Supplement No. 1 (E/1997/97).

2/ Ibid., 1998, Supplement No. 3 (E/1998/23), chap. II, sect. A.

Proclamation of the year 2000 as the International Year for the Culture of Peace



UN Documents Gathering a body of global agreements



[home](#) | [sustainable development](#) | [education](#) | [water](#) | [culture of peace](#) | [human rights](#) | [keywords](#) | [search](#)

United Nations

A/RES/52/15



General Assembly

Distr: General
20 November 1997
Original: English

Fifty-second session
Agenda item 12

Resolution adopted by the General Assembly

[without reference to a Main Committee (A/52/L.15 and Add.1)]

52/15. Proclamation of the year 2000 as the International Year for the Culture of Peace

The General Assembly,

Recalling Economic and Social Council resolution 1997/47 of 22 July 1997,

Proclaims the year 2000 as the **International Year for the Culture of Peace**.

50th plenary meeting
20 November 1997

[home](#) | [sustainable development](#) | [education](#) | [water](#) | [culture of peace](#) | [human rights](#) | [keywords](#) | [search](#)



UN Documents: Gathering a Body of Global Agreements
has been compiled by the *NGO Committee on Education* of the
Conference of NGOs from United Nations web sites
and made possible through freely available information & communications technology.



Carta Aberta aos Candidatos às Eleições 2006 - ConPAZ

Sras. e Srs. Candidatos

Por meio desta Carta Aberta, o ConPAZ " Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz, órgão da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo instituído pela Resolução 829/2002, composto por 36 organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e representantes de diversas tradições religiosas, e 12 parlamentares " quer tornar pública sua missão de contribuir para que os princípios de Cultura de Paz norteiem as políticas públicas.

A Cultura de Paz está relacionada à prevenção e à resolução não-violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em um conjunto de valores da democracia e compromissos com:

" o exercício e o respeito dos direitos e deveres humanos;

" a promoção e vivência do respeito à vida e à dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito;

" a rejeição a qualquer forma de violência;

" o respeito à liberdade de expressão e às diversidades por meio do diálogo, da compreensão e do exercício do pluralismo;

" a prática do consumo responsável e do respeito a todas as formas de vida e recursos naturais do planeta;

" a tolerância e a solidariedade; e

" o empenho na prevenção de conflitos, resolvendo-os em suas fontes (que englobam novas ameaças não-militares para a paz e para a segurança, tais como a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental).

A Cultura de Paz é um esforço e dedicação para o diálogo, a negociação e a mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis, e deve ser entendida como um processo, uma prática cotidiana que exige o envolvimento de todos: cidadãos, famílias, comunidades, sociedades e Estado.

A sociedade abre-se neste momento para uma oportunidade de todos, juntos, transformarmos uma cultura pautada na desconfiança, competição e uso abusivo do poder em uma cultura de diálogo e responsabilidade partilhada. Esta transformação manifesta o anseio coletivo por valores que sustentem uma sociedade mais justa, solidária, fraterna, onde a dignidade e o respeito mútuo promovam o melhor em cada um de nós.

Sendo a cultura o modo coletivo de sentir, pensar e agir, a Cultura de Paz requer novas formas de convivência e mecanismos mais justos de distribuição da riqueza e do saber. Ela estimula conexões, desafia nossa capacidade criadora de soluções práticas, sustenta os processos de mudança que, por sua vez, exigem o empoderamento de cada indivíduo para a construção de uma cidadania planetária baseada na responsabilidade universal.

Considerando a missão da Assembléia Legislativa e dos representantes políticos de todo o povo brasileiro de acolher as aspirações genuínas da sociedade, dirigimo-nos às senhoras e aos senhores para manifestar e partilhar esta inquietação social de estabelecer a Cultura de Paz nas políticas públicas como um compromisso inadiável.

O ConPAZ está à disposição para contribuir e abrir o diálogo. conpaz@uol.com.br.

Que a Paz prevaleça!

ConPAZ " Conselho Parlamentar pela Cultura de Paz

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Julho/2006